



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**AS FUNÇÕES COGNITIVO-DISCURSIVAS DAS ANÁFORAS
ENCAPSULADORAS**

JAMMARA OLIVEIRA VASCONCELOS DE SÁ

**Fortaleza
2007**

JAMMARA OLIVEIRA VASCONCELOS DE SÁ

**AS FUNÇÕES COGNITIVO-DISCURSIVAS DAS ANÁFORAS
ENCAPSULADORAS**

Dissertação submetida à Coordenação do
Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal do
Ceará, como requisito para obtenção do
grau de Mestre em Linguística.

**Orientadora: Profa. Dra. Mônica
Magalhães Cavalcante**

Fortaleza
2007

AGRADECIMENTOS:

A Deus, pela força concedida nesta grande jornada.

Aos meus pais, que sempre estão do meu lado na difícil jornada da vida.

Aos meus filhos Artur e Henrique, pela coragem com a qual enfrentaram os momentos de renúncia da mãe e pelos sorrisos carinhosos que sempre me enchem de alegria.

Ao meu esposo, pelo grande apoio.

À minha irmã Flávia, que com sua calma e competência sempre me estimula.

Aos amigos, pelas palavras de incentivo.

Aos Mestres que me ajudaram com suas críticas e sugestões e me indicaram caminhos.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro.

À minha querida orientadora Mônica, pelas colocações, pela atenção e paciência com que sempre me recebeu, tornando-se parceira e amiga neste desafio.

“O mundo não fala, apenas nós falamos. Desde que fomos programados com uma linguagem, o mundo pode levar-nos a aderir a crenças. Mas não poderia fornecer uma linguagem para que nós falássemos. Apenas outros seres humanos podem fazê-lo”.

Richard Rorty

RESUMO

Esta dissertação tem como escopo a análise das funções discursivas das anáforas encapsuladoras e se restringe às que se realizam por meio de sintagmas nominais (também chamadas de rótulos). Adotamos a perspectiva teórica de que o fenômeno pesquisado situa-se na atividade discursiva de referenciação, concebida como uma (re)construção do real, advinda da interação entre os falantes, de forma intersubjetiva. Propomos uma classificação das possíveis funções assumidas pelas anáforas encapsuladoras em diferentes contextos discursivos. Para tal fim, abordamos, inicialmente, a proposta classificatória de Cavalcante (2003) dos processos referenciais, entre os quais estão inseridas as anáforas encapsuladoras. Partindo dessa classificação, retomamos os pressupostos de Francis (1986;1994) acerca da rotulação e discutimos os trabalhos de Carvalho (2005) e Koch (2006), que também se baseiam nos estudos da autora. Tomamos como base classificatória a sugestão de Koch (2004) sobre as funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais, e propusemos uma reorganização dos critérios que envolvem tais funções. Nosso *corpus* consta de 70 textos de gêneros variados: destes, 50 textos pertencem ao banco de dados do grupo de estudos Protexto/UFC, e os demais foram selecionados considerando apenas a ocorrência do recurso coesivo estudado. Com a análise dos dados, verificamos traços funcionais das anáforas encapsuladoras que vieram a compor nossa classificação e nos levaram a constatar que estas anáforas podem ser multifuncionais, atendendo aos propósitos discursivos de seus interlocutores. (223 palavras)

ABSTRACT

This dissertation has as a goal the analysis of discursive functions from anaphoric encapsulation. This work restricts on the analysis of these anaphoras achieved by composed nuclei from nominal group sometimes called rotulation. We adopted the theoretical perspective that the researched phenomenon is situated in the referencing discursive activity, conceived as a (re)construction of the reality, came from, the interaction between the speakers, in an intersubjective way. We propose a classification of the possible functions took on by anaphoric encapsulation in different discursive contexts. For such end, we approached, initially, the classifying proposal by Cavalcante (2003) about referential expressions, in which are inserted the anaphoric encapsulation. From this classification, we adopted the perspective by Francis (1986; 1994) about rotulation, denominated in this work as anaphoric encapsulation; we still discuss the works of Carvalho (2005) and Koch (2006) that are based on the studies of the author. It bears emphasis that based on the suggestion of Koch (2004) about the cognitive-discursive functions from the lexical referential expressions, which were the parameter for our proposal of functions of anaphoric encapsulation and organization of criteria that involved these functions. Our corpus has 70 varied-genre texts: from these, 50 texts belong to the database of Study Group Protexoto/UFC; the others were selected, considering just the occurrence of the cohesive resources studied. With the analysis of these samples, we checked functional traits of anaphoric encapsulation may be multifunctional, according to discursive proposals of their interlocutors. (240 words)

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo I: A linguagem e a referenciação	17
1.1 Algumas noções sobre linguagem e texto	17
1.2 O metadiscurso na linguagem.....	18
1.3 A referenciação.....	20
1.4 A intencionalidade e a argumentação na linguagem	23
Capítulo II: A referenciação e as estratégias de articulação tópica.....	25
2.1 A introdução referencial e os tipos de anáfora	25
2.2 A definição de encapsulamento.....	29
2.3 As anáforas encapsuladoras como uma estratégia de organização tópica.....	35
2.3.1 As anáforas encapsuladoras como marcadores na mudança de tópico	35
2.3.2 As formas referenciais e a articulação tópica	37
2.3.3 O emprego de formulações metadiscursivas como expressão encapsuladora	39
Capítulo III: Os critérios de caracterização das anáforas encapsuladoras	41
3.1 O critério semântico-lexical.....	41
3.2 Alguns critérios de usos para a caracterização dos encapsulamentos	47
3.3 O caráter argumentativo dos encapsulamentos	54
Capítulo IV: As funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais	56
4.1 As funções cognitivo-discursivas das expressões referenciais.....	56
4.2 As funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais presentes nas anáforas encapsuladoras	66
4.3 As funções cognitivo-discursivas das recategorizações	70
4.4 O processo de rotulação em textos jornalísticos opinativos	77
Capítulo V: Por uma organização dos critérios que envolvem as funções das anáforas encapsuladoras	85

5.1 Desenvolvimento tópico	85
5.1.1 Função de organização macroestrutural	85
5.1.2 Função de progressão temática.....	86
5.1.3 Função de retomada tópica	87
5.2 Organização argumentativa	87
5.2.1 Função remissiva	87
5.2.2 Função Coesiva	90
5.2.3 Função de organização enumerativa.....	91
5.2.4 Função resumitiva	91
5.2.5 Função de ativação de referentes novos	93
5.2.6 Função metaenunciativa	93
5.2.7 Função de orientação argumentativa	94
5.2.8 Função avaliação explicativa.....	95
5.2.9 Função recategorização	96
5.2.10 Função glosa por definição.....	98
5.3 As funções inerentes e eventuais que envolvem as anáforas encapsuladoras	97
 Conclusões	 100
 Referências Bibliográficas	 103

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo estudar o fenômeno da referenciação, especificamente o mecanismo das anáforas encapsuladoras.

Percebemos que existe ainda uma importante lacuna, nos estudos sobre encapsulamentos, relacionada à descrição das funções que elas exercem em variados textos, pois os trabalhos existentes não tinham por propósito um aprofundamento da questão, ou se detiveram somente em alguns aspectos do fenômeno em estudo. Dentre os trabalhos que destacamos como indispensáveis para a adequada compreensão deste importante recurso coesivo, podemos citar os seguintes: a definição de “rótulo” e sua natureza semântica, de Francis (2003); a descrição da formação estrutural dos sintagmas encapsuladores, de Apothéloz (2003); ou ainda a natureza argumentativa deste mecanismo textualizador, de Conte (2003), Koch (2004), Carvalho (2005) e Cavalcante (2006).

Com esta constatação, ressaltamos, desde já, a relevância de nossa pesquisa, dentro do quadro classificatório dos processos referenciais, pois pouco tem sido sistematizado quanto às funções cognitivo-discursivas desempenhadas pelos encapsulamentos durante a construção da argumentatividade textual. O que foi desenvolvido, até então, neste aspecto, trata apenas de como funcionam as expressões referenciais de forma geral, reduzindo o encapsulamento anafórico a uma função referencial que colabora para a argumentação de um texto.

Defendemos, aqui, que o recurso do encapsulamento anafórico pode assumir diferentes funções no desenvolvimento argumentativo do texto escrito. Mostramos que essas funções não têm o mesmo grau de importância para a própria definição do fenômeno: algumas são inerentes às anáforas encapsuladoras, já outras aparecem somente em casos específicos de uso deste recurso coesivo.

Durante a análise de nossa amostra, verificamos que, dentre as funções identificadas por Koch (2004), para as expressões nominais referenciais, também estão presentes nas anáforas encapsuladoras as seguintes funções: *ativação/reativação na memória, organização macroestrutural, atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo, introdução de informações novas, orientação argumentativa e categorização metaenunciativa de um ato de enunciação*. A caracterização dessas funções foi de crucial importância para nossa pesquisa porque foi a partir dela que (re)definimos as funções dos encapsulamentos.

Para uma adequada compreensão do recurso coesivo das anáforas encapsuladoras, iniciaremos com os fundamentos teóricos norteadores de nossa pesquisa, no qual destacamos

a importante contribuição dos trabalhos de Mondada e Dubois (2003) para a *referenciação*, redirecionando os estudos dos processos referenciais.

A abordagem da *referenciação* defende que os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo (cf. Mondada e Dubois, 2003). Segundo as autoras, nessa teoria, as categorias e os objetos de discurso, através dos quais os sujeitos compreendem o mundo, não são nem preexistentes, nem dados, mas são elaborados no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos de uso. Desta forma, as categorias e objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, que pode ser constatada através de operações cognitivas ancoradas nas práticas sociais, nas atividades verbais e não-verbais, isto é, nas negociações dentro da interação entre os interlocutores.

Essa proposta da referenciação como atividade discursiva encaixa-se perfeitamente nas tendências atuais da Lingüística de Texto defendidas por autores brasileiros como Koch e Marcuschi (1998), que têm dado importância particular às questões de ordem sociocognitiva.

Dentro desse enfoque sociocognitivo¹ dos fenômenos que envolvem o texto, podemos apontar, por envolverem o objeto desta pesquisa, trabalhos como os de Koch e Marchuschi (1998), Marchuschi (2005), Koch (2003) e Cavalcante (2003), que propõem explicitar as características funcionais dos diferentes tipos de expressões referenciais. Estes trabalhos visam investigar o papel de tais expressões na orientação da argumentatividade textual, além de buscarem explicitar as características funcionais dos diferentes tipos de expressões referenciais. Os três últimos propõem ainda classificações para algumas formas referenciais, apresentando, em alguns casos, um quadro amplo das expressões envolvidas nos processos referenciais. Já em Carvalho (2005), observa-se uma preocupação com a natureza funcional dos grupos nominais rotuladores em textos opinativos, fato que, por si só, justifica o nosso interesse por tal pesquisa.

Existem, ainda, estudos que objetivaram investigar tipos específicos de processos referenciais, dentre eles podemos citar os trabalhos sobre anáfora indireta, de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995); os estudos sobre recategorização, de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995); de Tavares (2003); de Matos (2005); os trabalhos sobre o uso dos definidos e demonstrativos nas nomeações, de Apothéloz e Chanet (2003); e as pesquisas que definem os encapsulamentos, de Francis (2003) e de Conte (2003). No que tange às funções cognitivo-discursivas destas expressões nominais rotuladoras, devemos destacar os estudos de Koch

¹ Tendência que defende a incorporação de aspectos sociais dentro dos processos cognitivos, admitindo que estes acontecem na sociedade e não somente nos indivíduos.

(2004), cuja orientação influenciou a descrição do funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião, a tese de Carvalho (2005) e o artigo sobre as funções das anáforas encapsuladoras, de Cavalcante (2006).

Dentre as pesquisas mencionadas acerca dos processos referenciais, ressaltaremos as que envolvem diretamente o escopo de nossa pesquisa, o mecanismo do encapsulamento anafórico, visando traçar um breve panorama das contribuições de cada uma delas, apontando, a cada ponto, lacunas relativas ao funcionamento do mecanismo ora em estudo.

Iniciaremos pelos estudos de Francis (2003) pelo fato de ter sido quem primeiro se preocupou em definir o processo de rotulação, um termo que a autora emprega para designar anáforas encapsuladoras por sintagmas nominais. Por sua vez, Conte (2003) denomina o fenômeno como *encapsulamento anafórico*, termo que julgamos mais apropriado para a definição de que partimos, porque acreditamos que tal nomenclatura remete à característica encapsuladora do fenômeno e, ao mesmo tempo, contempla o fato de se tratar de uma anáfora.

Este trabalho é composto de cinco capítulos, além desta introdução e das conclusões. Salientamos, desde já, o fato de apresentarmos os procedimentos metodológicos no início da descrição da amostra, aqui na Introdução, pela concisão com que ela se apresenta, já que, não havendo análise estatística, há menos passos metodológicos a serem descritos.

No primeiro capítulo, apresentamos as noções de linguagem e texto à luz de uma concepção sócio-interacional, na qual defendemos a idéia de linguagem, não como um produto acabado, mas como uma atividade constitutiva na qual o espaço de realização e construção é a interação verbal. O texto apresenta um conjunto de marcas discursivas que orientam o leitor no percurso argumentativo assumido pelo seu produtor. Concluimos este capítulo com uma seção na qual defendemos que, em caráter amplo, a intencionalidade e a argumentação estão presentes em todos os discursos.

Partindo da perspectiva de que “a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele” (Koch, 2002), o capítulo II trata da introdução referencial e dos tipos de anáfora. Admitimos, com base na proposta classificatória de Cavalcante (2003) para os processos referenciais e suas formas coesivas, as anáforas encapsuladoras como pertencentes ao grupo das anáforas indiretas. Explicitamos a definição de encapsulamento que adotaremos em nossa pesquisa e finalizamos esta parte com as contribuições das anáforas encapsuladoras para a articulação tópica do texto.

O capítulo III apresenta um panorama característico dos estudos acerca do processo coesivo dos encapsulamentos no decorrer do discurso, mostrando como autores que também estudaram o fenômeno caracterizaram esse mecanismo e analisando os critérios utilizados por cada um deles.

No capítulo IV, abordaremos as classificações das funções cognitivo-discursivas das expressões referenciais em Koch (2004) e, dentro desta classificação, apontamos quais as funções das expressões referenciais presentes também nas anáforas encapsuladoras. Discutimos estudos recentes que tratam de uma investigação funcional de fenômenos coesivos que integram o quadro de expressões referenciais, em autores como Matos (2005), que investigou o aspecto funcional das recategorizações; Carvalho (2005), que analisou o funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião e Koch (2006), que sugere uma classificação para o processo de rotulação.

Já no capítulo V, propomos um quadro de funções para as anáforas encapsuladoras dividido em dois critérios maiores: o de desenvolvimento tópico e o de organização argumentativa, que abrigam, cada um, de acordo com as amostras analisadas, suas funções.

✓ **Descrição metodológica**

Caracterização da amostra

O banco de dados que serve de *corpus* para a análise do mecanismo coesivo dos encapsulamentos é composto de 70 exemplares de gêneros textuais da modalidade escrita, sendo que sua grande maioria compõe-se de textos em linguagem formal, pelo fato de ter sido nesta modalidade que foi constatada maior ocorrência do fenômeno estudado.

Tal amostra se encontra distribuída da seguinte forma: 22 artigos de opinião, 07 resenhas, 09 termos de depoimento, 04 editoriais, 07 anúncios comerciais, 02 cartas comerciais, 09 cartas ao leitor, 03 e-mails pessoais, 03 textos narrativos literários, 01 conversação espontânea, 01 texto de instrução didática, 02 resumos de artigo. Alguns destes textos examinados foram obtidos do banco de dados do grupo de estudos Protexito, da Universidade Federal do Ceará – UFC, do qual fazemos parte. Os demais textos foram por nós coletados, mas não de forma aleatória: selecionamos os textos baseando-nos no critério de ocorrência do fenômeno do encapsulamento, por se tratar do escopo desta pesquisa.

Procedimentos

Dois procedimentos fizeram-se necessários para que pudéssemos realizar esta pesquisa. Primeiramente, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, para que chegássemos ao conhecimento necessário do conceito de encapsulamento, sua caracterização, a estruturação lexical do fenômeno, as funções discursivas das expressões encapsuladoras (objeto do estudo desta pesquisa) e sua organização classificatória.

Iniciamos com a etapa de busca sobre o que já se publicou dos processos de referência anafórica. Em seguida, selecionamos os estudos ligados diretamente ao tema desta pesquisa, visando a uma análise criteriosa dos traços que caracterizam o encapsulamento anafórico.

A segunda etapa de nosso trabalho constou da seleção qualitativa dos casos de encapsulamento anafórico em variados gêneros escritos. Após estas etapas, partimos para a observação e análise cuidadosa dos casos de encapsulamento encontrados nos gêneros escritos selecionados do nosso banco de dados. Esta análise consistiu na identificação de traços característicos de cada tipo de função, para, em seguida, reagrupar os casos em possíveis conjuntos de funções.

Concluída esta etapa, partimos para um reconhecimento das funções das anáforas estudadas que apareceram nos casos analisados, chegando a uma identificação dos critérios envolvidos nestes casos e organizando-os de acordo com os aspectos mais característicos presente em cada um deles.

Proposição de critérios classificatórios

Ressaltamos, aqui, que muitos estudiosos, ao investigarem o mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras, se detiveram em outras abordagens do fenômeno. Dentre os trabalhos que se ocuparam do assunto, resumiremos os critérios estabelecidos por cada um, esclarecendo, desde já, que uma crítica mais fundamentada se encontra no decorrer deste trabalho.

Dentre os trabalhos mencionados, iniciaremos ressaltando o critério semântico-lexical nos estudos de Francis (2003), cuja classificação discrimina, inicialmente, os rótulos em dois grupos: *os rótulos prospectivos e os retrospectivos*, acrescentando, em seguida, o terceiro grupo: *os rótulos retrospectivos e prospectivos* ao mesmo tempo (sobre os pressupostos de Francis, 2003, ver item 3.1 deste trabalho).

Já em Apothéloz (2003), verifica-se uma preocupação com os critérios estruturais que envolvem este mecanismo. O autor investiga os efeitos de sentidos de alguns dos determinantes nos sintagmas nominais, identificando três instrumentos lingüísticos da nomeação, que se encontram descritos no item 3.2 desta pesquisa.

Em Conte (2003), o critério argumentativo dos encapsulamentos é considerado o aspecto principal na caracterização do fenômeno, posicionamento com o qual concordamos inteiramente, já que ela é inerente ao fenômeno estudado.

Considerando o processo de rotulação como estratégia discursiva balizadora do projeto de dizer do autor, Carvalho (2005) propõe uma divisão dos rótulos em duas dimensões: uma que se faz referência ao conteúdo do enunciado encapsulado, portanto, relativa ao ‘**dictum**’, e a outra, ao modo como o que se diz é dito, isto é, relativo ao ‘**modus**’. Carvalho (2005) estabelece critérios funcionais para esta classificação, apontando as seguintes características como marcantes a este mecanismo: a recategorização de referentes, a avaliação de proposições, a possibilidade de abertura e retomada de tópicos e o fato de operarem argumentativamente dentro do texto. Os critérios descritos, assim como os de Koch (2006), mencionados a seguir, também nos chamam atenção pela preocupação funcional que nos interessa nesta pesquisa.

Em um artigo recente acerca do fenômeno da rotulação, Koch (2006) classifica, de forma provisória, os rótulos em dois grandes grupos: os que nomeiam e categorizam o conteúdo de proposições anteriores ou posteriores e os que atuam de forma metadiscursiva em relação às seqüências do discurso. Tal classificação, mesmo que superficial, nos interessa diretamente pelo fato de considerar o critério multifuncional do fenômeno em questão, aspecto que também norteia nossa análise acerca do fenômeno.

Partindo destas constatações e da análise da amostra que compõe nosso *corpus*, dividimos o quadro de funções que constatamos durante nossas análises em dois critérios que, na nossa concepção, nortearam as funções manifestadas nas anáforas encapsuladoras encontradas. O primeiro deles é o **desenvolvimento tópico**, por defendermos que estas anáforas podem desempenhar papel importante nos movimentos de sequenciação e progressão entre os tópicos das seqüências textuais. O segundo critério é o de **organização argumentativa**, pelo fato de acreditarmos que determinadas funções contribuem diretamente para a organização dos segmentos textuais.

É necessário ressaltar que, após a apresentação inicial feita até aqui, prosseguiremos com algumas discussões, nos capítulos seguintes, sobre os pressupostos teóricos que serviram de base para esta pesquisa, assim como, sobre os critérios utilizados para a descrição do

mecanismo das anáforas encapsuladoras. Esta distribuição fora assim organizada por tencionarmos oferecer ao leitor um panorama das teorias que nortearam este trabalho para, assim, podermos finalizar com o quadro funcional das anáforas encapsuladoras ao qual chegamos após a análise de nossas amostras.

Capítulo I: A linguagem e a referenciação

Este capítulo tem como objetivo apresentar as concepções de linguagem e texto que adotaremos no decorrer de nossa pesquisa, seguindo com uma breve discussão dos aspectos metadiscursivos envolvidos nas relações entre o texto e seus interlocutores. Em seguida, discorreremos sobre a proposta teórica da *referenciação*, teoria que respalda a presente pesquisa, e, por fim, defendemos a intencionalidade e a argumentação como características intrínsecas à linguagem e a qualquer fenômeno referencial.

1.1 Algumas noções sobre linguagem e texto.

Desde a Antigüidade que a investigação acerca da relação entre as palavras e o que elas designam é alvo de estudos, primeiramente na Filosofia e, depois, na Lingüística. Ambas buscam, cada uma ao seu modo e com métodos próprios, identificar como acontece tal relação.

Araújo (2004) considera a virada lingüística, que postula a linguagem como pano de fundo obrigatório para o pensamento filosófico contemporâneo, como o marco do pensamento ocidental acerca do problema da linguagem, provocando transformações importantes na lingüística e na filosofia da linguagem, pois, somente a partir do final do século XVIII, a linguagem deixou de ser considerada como simples instrumento que permite ao pensamento representar as coisas, e passou a ser uma estrutura articulada, independente de um sujeito ou de uma vontade individual e subjetiva, que não estará mais submetida à simples nomeação ou designação.

Para a autora, sem linguagem não há acesso à realidade e não há pensamento, pois o pensamento é sempre em torno de algo que se constitui em linguagem. É também através da linguagem que, segundo a autora, podemos não somente expressar idéias e conceitos, mas nos relacionar com a realidade.

A concepção de linguagem acima apresentada influenciará também a concepção de texto aqui apresentada: a de que a linguagem é um fenômeno histórico e cultural, que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente elaboradas, que se cruzam e podem permitir mudanças nos fatos, sem que isso possa ser identificado como desvio ou quebra de uma regra.

Desta forma, consideramos a linguagem como uma atividade constitutiva do pensamento, cujo espaço de realização e construção é a interação verbal, e não como um

produto acabado, mas como algo que se estabelece essencialmente através da prática lingüística empreendida pelos sujeitos nos processos interlocutivos atualizados nas diferentes esferas de atividade humana que integram (Bakhtin, 1979).

Se entendermos a língua como representação do pensamento e o sujeito como senhor absoluto de suas ações e de seu dizer, o texto representará um produto lógico do pensamento do autor. Como afirma Koch (2004), o conceito de texto dependerá diretamente das concepções de língua e de sujeito que admitimos. Porém, se concebermos a língua como código, ou seja, como simples instrumento de comunicação e o sujeito como (pré)-determinado pelo sistema, o texto será apenas um produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor/ouvinte, a este último sendo suficiente, para uma adequada decodificação, apenas o conhecimento do código. Já, se entendermos a língua dentro de uma perspectiva interacionista², os sujeitos serão construtores sociais, e o texto tornar-se-á o próprio lugar de interação na construção do sentido.

Dentre as concepções acima descritas, admitiremos, em nosso trabalho, o texto como uma atividade interativa complexa de elaboração de sentidos, encarando o leitor/ouvinte, assim como o autor, como sujeitos ativos no decorrer do processo comunicativo.

Partindo de uma concepção interativa da linguagem, discutiremos alguns aspectos metadiscursivos envolvidos na elaboração do texto, assim como, a relação entre o texto e seus interlocutores, pois acreditamos que, ao escrever, o produtor do texto seleciona os termos que comporão seu texto de acordo com os propósitos comunicativos que pretende atingir, razão pela qual enxergamos, no produto desta comunicação, um conjunto de marcas metadiscursivas que refletirão esta intencionalidade por parte do escritor, fato que justifica nosso interesse pelo assunto.

1.2 O metadiscurso na linguagem

Admitindo a linguagem nesta concepção interativa de elaboração dos sentidos, reconhecemos que os traços discursivos existentes no texto podem atuar de forma decisiva para a comunicação dos propósitos do seu produtor no decorrer do processo de elaboração textual, permitindo ao texto, extrapolar sua estrutura puramente gramatical e atender aos objetivos sociocomunicativos de seus interlocutores.

² Concepção que defende os interlocutores como construtores dos sentidos atribuídos aos termos da língua.

Admitimos o metadiscurso como expressão das interações entre escritor e leitor, abrangendo as relações ou conexões que possam ser estabelecidas entre os elementos utilizados para desenvolver os argumentos expostos pelo enunciador.

De acordo com Grabe e Kaplan (1996), Hyland (2005), Rottava (2006), em trabalhos que investigam o metadiscurso na dinâmica do texto, para atingir seus propósitos, ao escrever, o produtor do texto deve levar em conta seu interlocutor, pois ele influenciará o texto nos seguintes aspectos:

- a) quantos e quem são os leitores,
- b) qual o grau de familiaridade,
- c) qual o status dos participantes,
- d) qual o alcance do conhecimento prévio compartilhado,
- e) qual o conhecimento compartilhado do tópico.

Desta forma, partimos da concepção de que o escritor escolhe os elementos lingüísticos que comporão seu texto, tencionando guiar seu(s) leitor(es), orientando seu destinatário quanto às interpretações a que deseja que ele chegue. Dentro desta rede de inter-relações, o metadiscurso envolve toda a estrutura composicional e retórica do texto permitindo-lhe, através dos traços discursivos utilizados pelo elaborador, revelar seu ponto de vista, suas crenças e seus propósitos.

Portanto, conceberemos a metadiscursividade como a capacidade de um texto atuar como veículo divulgador dos propósitos comunicativos de seu produtor, servindo de instrumento condutor de argumentatividade.

Acreditamos, então, que diante de todos estes aspectos, o escritor do texto se volta para seu próprio texto e se utiliza dos recursos lingüísticos disponíveis para direcionar seu discurso, de forma a proporcionar ao seu interlocutor uma idéia clara e precisa da linha argumentativa que pretende seguir, como no exemplo (1), no qual o autor utiliza o termo “**o problema**” para introduzir prospectivamente seu ponto de vista, alertando o leitor para sua opinião sobre a discriminação de emigrantes latinos no exterior.

(1) Gonzaga é uma cidade perdida no Interior de Minas Gerais. Tem menos de 6.000 habitantes, mas possui 4.599 eleitores. A renda média mensal é de 240 reais e lá não existe leito hospitalar. Foi nessa cidade que nasceu Jean Charles Menezes, o brasileiro de 27 anos, morto dentro de um vagão de metrô de Londres com oito tiros, dizem que imobilizado e de bruços.

Um dia, como tantos outros brasileiros sem esperança, ele resolveu enfrentar a vida e escolheu Londres. Fez-se eletricitista, ralou, regularizou seus documentos e ia vivendo. **O problema** de Jean Charles é que ele não era caucasiano. Era um brasileiro de raças misturadas, como quase todos nós. Por estar em Londres, a cidade que estava sendo alvo

de atentados terroristas, Jean Charles foi perseguido por homens a paisana que eram policiais. Entrou no metrô e morreu, do jeito que todos já sabem.

(Diário do Nordeste, 31/07/2005- cartas ao leitor)

Por isso, ao defendermos, no decorrer desta pesquisa, que o mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras investigado neste trabalho, cumpre, fundamentalmente uma função metadiscursiva, pois o enunciador se concentra na própria linguagem para produzir certos efeitos de sentido.

Encetaremos, agora, uma discussão dos pressupostos básicos sobre a referenciação e de como ela aborda a relação entre a língua e as entidades do mundo, para chegarmos a uma visão mais criteriosa do mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras.

1.3 A referenciação

Para entendermos adequadamente o processo de encapsulamento anafórico, faz-se necessário compreender primeiramente a proposta sobre a referenciação e como ela explica a relação entre língua e realidade. Após explicarmos, brevemente, como a referência é vista sob diferentes quadros, nós nos deteremos nos estudos de Mondada e Dubois (2003) sobre a referenciação, por acreditarmos que a visão das autoras é a mais coerente para embasar a pesquisa que estamos desenvolvendo, uma vez que pressupõe a mesma visão de linguagem e de sujeito que assumimos e que caracterizamos anteriormente.

A questão da referência, clássica dentro da Lingüística, divide-se em pólos distintos: uma delas investe em uma concepção especular do saber e do discurso, na qual as coisas do mundo já pré-existem à linguagem, e a função dos sujeitos é apenas nomeá-las por intermédio da língua (cf. Milner, 2003). Tal posição é refutada por Mondada e Dubois (2003), por acreditarem que, ao invés de pressupor uma estabilidade *a priori* das entidades no mundo e na língua, é possível, segundo as autoras, reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias lingüísticas e cognitivas, assim como dos seus processos de estabilização.

Essa abordagem redireciona a atenção para outro pólo, retirando-a do problema da referência como valor de verdade e levando-a para o modo como as atividades humanas cognitivas e lingüísticas estruturam a realidade, dão sentido ao mundo (Mondada e Dubois, 2003). Esse processo, denominado pelas autoras de *referenciação*, é proveniente de práticas simbólicas e não de uma ontologia que fixa os seres num quadro permanente. Os textos são produzidos e interpretados por práticas sociais e não por um sujeito também ideal, intencional,

isolado. As concepções individuais e públicas são negociadas, modificadas e corrigidas intersubjetivamente. Para a referenciação, o acesso ao mundo se dá por meio de operações cognitivas e lingüísticas, resultando da interação dos indivíduos entre si e com o mundo, o que revela uma visão dinâmica de categorização que considera não só o sujeito físico, mas também um sujeito sócio-cognitivo, construtor do mundo, paralelamente à realização das suas atividades sociais, o que o torna relativamente estável pelas categorias manifestadas ao longo do discurso.

Ao propor a substituição da noção de referência pela de referenciação, Mondada e Dubois (2003) transformam também a noção de referente em objeto-de-discurso:

No interior dessas operações de referenciação, os interlocutores elaboram objetos de discurso, i.e., entidades que não são concebidas como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva.

(Mondada e Dubois, 2003)

Nessa mesma concepção, Marcuschi (2005) defende que “os processos de referenciação são constituídos” durante a interação, ressaltando que eles não se encontram prontos nem na linguagem, que não se confunde com um simples código transmissor de mensagens, nem tampouco no locutor, que não se restringe a um representante da realidade através da linguagem. Marcuschi e Koch (1998) afirmam também que a textualização do mundo por meio da linguagem não está em um mero processo de elaboração de informações, mas constitui-se em um processo de (re)construção do próprio real.

Neste processo interativo, os objetos de discurso, segundo os autores, não se confundem com a realidade extralingüística, mas são constituídos no decorrer do processo de interação, no qual a realidade é (re)construída, mantida e alterada não somente pela maneira como nomeamos o mundo, mas pela forma como sociocognitivamente interagimos com ele.

Para Koch (2005), a referenciação constitui-se em “uma atividade discursiva”, na qual o sujeito, durante o processo de interação verbal, opera sobre o material lingüístico podendo

fazer escolhas significativas para representar estados de coisas (ver, a propósito disso, Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995). A autora defende que as formas de referência, assim como os processos de remissão textual, se realizam através das escolhas do sujeito, tendo em vista seu objetivo comunicativo. Desta forma, a autora ressalta que a interpretação de uma expressão referencial anafórica, seja ela nominal ou pronominal, não se encontra somente na constatação de sua forma lingüística no texto (seu antecedente) ou em um objeto do mundo, mas nas informações ativadas na memória discursiva (cf. Apothéloz, 2003).

Pressupostos como este se apresentam indispensáveis para a compreensão de estratégias textuais, como, por exemplo, os casos de anáfora indireta, nos quais a relação entre referentes pode se dar num plano puramente cognitivo-discursivo, possibilitando a utilização de um contexto relevante para a interpretação adequada do anafórico.

Em casos como o das anáforas, é dada aos sujeitos a possibilidade de estabelecer relações de continuidade referencial com ou sem retomada de referentes cotextuais. No caso das anáforas indiretas, representadas pelo emprego do termo “**nessa união**” no exemplo (2), observa-se que a ativação da informação contida no cotexto, acontece através da interpretação de pistas textuais que são deixadas ao longo do trecho, representadas pelos termos: “**relacionamento**”, “**solteira**”, “**casado**”, “**grávida**”, “**nascer**”, “**filhos**”.

(2) (...) sendo que à representante legal da parte autora a conhece há aproximadamente uns dois anos, antes mesmo da autora vir a nascer; que sabe do relacionamento havido entre a representante legal da parte autora e o promovido, o qual durou mais ou menos um ano; que a representante legal da parte autora e o promovido não chegaram a residir sob o mesmo teto, mas se encontravam com muita frequência; que na época o promovido era casado, tendo dois filhos **nessa união**, e que a representante legal da parte autora era solteira; que a representante legal da parte autora logo ficou grávida (...)

(JuTD06 – termo de depoimento, Prottexto)

Partindo destas constatações, entenderemos, nesta pesquisa, o mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras como pertencente ao grupo das anáforas indiretas por remeterem a referentes do cotexto sem retomá-los, pressuposto, este, que desenvolveremos melhor no capítulo II desta pesquisa.

Prosseguiremos, então, na próxima seção, discorrendo acerca da intencionalidade e da argumentação como características intrínsecas à linguagem, aspectos que influenciarão diretamente nas escolhas lexicais do enunciador.

1.4 A intencionalidade e a argumentação na linguagem

Nas variadas definições do encapsulamento anafórico como mecanismo coesivo, podemos identificar, como algo consensual, a participação direta do enunciador através de suas escolhas lexicais. Acrescentemos, ainda, que essas opções lexicais são sempre associadas a uma intencionalidade do enunciador.

A intencionalidade é considerada um importante recurso para a interação verbal, incluindo-se, como já postulado por Beaugrande e Dressler (1981), entre os fatores indispensáveis para a textualidade no processo de elaboração de um texto coeso e coerente, relacionando-se, neste caso, aos objetivos tencionados pelo enunciador durante a expressão verbal.

De modo mais abrangente, a intencionalidade determina os meios pelos quais os autores planejam seus textos a fim de obterem sucesso com relação a suas intenções comunicativas. Para Koch e Travaglia (1999), a argumentatividade é um traço peculiar, subjacente à intencionalidade enquanto aspecto de cunho cognitivo do uso lingüístico. Afirmamos, então, que, ao selecionar um sintagma nominal para constituir uma expressão encapsuladora, o enunciador está mantendo um posicionamento com relação ao discurso.

O modo de articular e ordenar os sintagmas e expressões referenciais denuncia o pensamento de seu idealizador, sendo que todo este processo de escolhas determina o rumo que o discurso seguirá em sua progressão. Desta forma é que a argumentação, num plano pragmático, faz-se presente em todos os discursos. Como defende Koch (1999):

“(...) o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo”.

(Koch, 1999, p. 19)

Neste aspecto, concordamos com Brandão (2002) ao afirmar que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe por si só, de maneira prévia; e sim através da posição ideológica assumida pelo locutor no processo sócio-histórico, que acompanha a produção (ou a reprodução) lingüística.

Ao concordarmos com tal concepção, constatamos que as anáforas encapsuladoras revestem-se, em muitos casos, de alto valor argumentativo, podendo o falante/escritor

elaborar suas expressões referenciais com base na sua intenção comunicativa, a partir de seus julgamentos e avaliações sobre um determinado objeto discursivo, como se evidencia em (3).

(3) Prezada Professora,

Nossa editora costuma fazer uma análise criteriosa de todo material recebido, para, eventualmente, apresentar sugestões importantes de alterações. **Esse enorme cuidado com as publicações** revela que não tomamos decisões apressadas, ou sob pressão. Isso significa que, se você tem pressa, abrimos mão da coletânea e desejamos que a outra editora tenha sucesso com a obra.

(e-mail pessoal/ Cavalcante, 2006, p.3)

No exemplo acima, na expressão “esse enorme cuidado com as publicações” percebe-se, claramente, que a seleção lexical do sintagma adjetival “enorme” fornece alto poder argumentativo ao termo, revelando, neste caso, a intenção do redator.

Desta forma, faz-se necessário admitirmos que as anáforas encapsuladoras podem apresentar outras funções discursivas, além de poderem reapresentar objetos de discurso. Podemos afirmar que os encapsulamentos, como um tipo de expressão referencial, podem exercer múltiplas funções no discurso como mostraremos nos capítulos IV e V.

No capítulo seguinte, apresentaremos seções destinadas à discussão da classificação dos processos referenciais proposta por Cavalcante (2003), seguindo com a definição de encapsulamento anafórico, com a qual trabalharemos, e finalizaremos o capítulo com uma seção que discute a utilização das anáforas encapsuladoras como uma estratégia de articulação tópica.

CAPÍTULO II: A REFERENCIAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO TÓPICA

Este capítulo apresenta-se dividido em três seções: a primeira seção resenha a proposta classificatória de Cavalcante (2003) para as expressões referenciais, dividindo-as em dois grupos: o das introduções referenciais puras e o das expressões anafóricas – neste último se inserem as anáforas encapsuladoras, objeto de estudo desta pesquisa. Na segunda parte, mostramos como o mecanismo das anáforas encapsuladoras recebe denominações variadas entre os autores que investigaram este fenômeno. Discutimos a definição de encapsulamento com a qual trabalhamos no decorrer desta pesquisa e encerramos o presente capítulo com alguns comentários acerca das contribuições das anáforas estudadas como mecanismo de articulação tópica. A opção por analisar o desenvolvimento tópico se deve ao fato de constatarmos que tais anáforas muito podem contribuir para a manutenção e retomada dos tópicos discursivos.

2.1 A introdução referencial e os tipos de anáfora

Partindo da perspectiva de que “a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele” (Koch 2002), Cavalcante (2003), em seu artigo que busca apresentar um quadro classificatório dos processos referenciais e suas formas coesivas, considera expressões referenciais todas as formas de designação de referentes, as quais se diferenciam pelo modo como se apresentam ao “co-enunciador” (cf. Maingueneau, 2002).

A autora divide as expressões referenciais em dois grandes grupos:

- ✓ *os que introduzem novos referentes no “universo do discurso” (cf. Lyons, 1977) sem promoverem nenhum tipo de continuidade referencial;*
- ✓ *os que realizam a continuidade referencial de objetos presentes no universo discursivo, ou porque foram explicitamente evocados ou porque são dali inferíveis.*

(Cavalcante, 2003, p.2)

Admitindo as anáforas encapsuladoras como um dos tipos de expressão referencial, reconhecemos como classificação mais apropriada para estas expressões a proposta apontada por Cavalcante (2003), na qual a autora insere no primeiro grupo as introduções referenciais

puras, pois, no caso de tais expressões, ocorre apenas a introdução de referentes quando a expressão referencial instituir um objeto no discurso sem que outro elemento do contexto discursivo ou da situação imediata de comunicação o tenha evocado. Exemplificaremos com (4), em que a expressão “**um homem**”, destacada pela própria autora, constitui uma forma não-anafórica, pela sua função de não-continuidade referencial.

(4) “Se **um homem** bate na mesa e grita, está impondo controle. Se uma mulher faz o mesmo, está perdendo o controle.”

(Piadas da Internet – Cavalcante, 2003,p.3)

Diferindo das introduções referenciais puras e enquadrando-se no segundo grupo da proposta classificatória de Cavalcante (2003), encontram-se as expressões anafóricas, que são consideradas pela autora como um recurso referencial que remete a qualquer âncora do cotexto. Tais expressões estabelecem relações de continuidade e retomada entre uma âncora e outro elemento cotextual, não sendo obrigatório proporcionar sempre retomada total ou parcial de um mesmo referente. Observe-se o exemplo (5):

(5) A nova mania é o pião. Na verdade **o brinquedo** não tem nada de novo, mas voltou a entrar na moda por causa do desenho animado japonês Beyblade.

(Jornal O Povo, 2002 – Cavalcante, 2003, p. 6)

No exemplo (5), a expressão referencial “**o brinquedo**” retoma o termo “**o pião**” introduzido na sequência anterior, caracterizando-se, neste caso, como uma expressão anafórica.

Ainda tratando-se das anáforas, convém ressaltar, com base na proposta de Cavalcante (2003), que elas se dividem em dois grupos: o das que se apresentam de forma direta e o das que se realizam de forma indireta. São consideradas pertencentes ao grupo das anáforas diretas, como já foi brevemente mencionado, aquelas que dão continuidade aos referentes do cotexto, podendo tal retomada acontecer de forma total ou parcial; são ambas correferenciais. As anáforas correferenciais, segundo a autora, ainda podem subdividir-se, quanto ao significado, em dois grupos: recategorizadoras e não-recategorizadoras.

Apresentaremos, abaixo, o exemplo (6), identificado pela autora como um tipo de anáfora total correferencial, que se encaixa no grupo das anáforas correferenciais recategorizadoras:

(6) Dividimo-la em dois grupos de definições: num deles listamos as definições de cunho metafísico e psicológico; noutro, algumas de caráter mais lingüístico, em que se consideram **os seguintes fatores**: ênfase; escolha; características individuais (...).

(Revista de Letras, 1996 – Cavalcante, 2003, p.10)

Note-se que a estrutura lingüística é representada por um nome genérico, neste caso, o termo **fatores**, responsável por uma espécie de classificação dos itens elencados. A expressão “**os seguintes fatores**” retoma, cataforicamente, os referentes mencionados em seguida; a referência é direta e total.

Já no exemplo (7), a autora apresenta um caso de anáfora direta correferencial com retomada parcial do referente, no qual o termo “**dois inválidos**” é retomado em partes, de modo que um deles passa a significar “**um amigo**” e o outro “**o mais velho, o maldito**”:

(7) Dois inválidos, bem velhinhos, esquecidos numa sela do asilo. (...) Sem nada ver, *o amigo* remorde-se no seu canto. **O mais velho** acaba morrendo (...)

Não dorme, antegozando a manhã. **O outro, maldito**, lhe roubara todo esse tempo o circo mágico do cachorro, da menina, do enterro de rico.

Cochila um instante - é dia. Senta-se na cama, com dores espicha o pescoço: no beco, muros em ruína, um monte de lixo”.

(Cavalcante, 2003, p.4)

Pertencentes ao outro grupo, encontram-se, segundo Cavalcante(2003), as anáforas indiretas, que operam sem retomar referentes; apenas fazem algum tipo de remissão ao cotexto. Neste último grupo, a autora engloba as anáforas indiretas, que se subdividem em: anáfora indireta com categorização de um novo referente, anáfora indireta com recategorização lexical implícita, anáfora indireta com recategorização lexical e os encapsulamentos. Tal classificação nos chama especialmente a atenção, por envolver o grupo ao qual pertence o mecanismo coesivo estudado nesta pesquisa: os encapsulamentos. As demais subdivisões não serão aqui abordadas. Apresentaremos, abaixo, os exemplos apontados por Cavalcante (2003):

(8) Há dois anos nacionalizei-me brasileiro por opção e pelo amor que tenho por **este país**.

(Veja, 2003 – Cavalcante, 2003,p.14)

No exemplo (8), a autora atribui ao termo “**este país**” a classificação de anáfora indireta, tendo como âncora o adjetivo “**brasileiro**”.

(9) A equipe médica continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo eles, o paciente não corre risco de vida.

(Marcuschi, 1998 - Cavalcante, 2003,p.15)

Já no caso do exemplo (9), acontece, segundo a autora, uma recategorização do termo “a equipe médica” para “os médicos”, transformação que se dá implicitamente.

(10) Qualquer que seja a chuva desses campos
devemos esperar pelos estios;
e ao chegar os serões e os fiéis enganos
amar os sonhos que restarem frios.
Porém se não surgir o que sonhamos
e os ninhos imortais forem vazios,
há de haver pelo menos por ali
os pássaros que nós idealizamos.
Feliz de quem com cânticos se esconde
e julga tê-los em seus próprios bicos,
e ao bico alheio em cânticos responde.
E vendo em torno as mais terríveis cenas,
possa mirar-se as asas depenadas
e contentar-se com as secretas penas.

(poema, Jorge de Lima- Cavalcante, 2003, p. 16)

Em (10), identificado pela autora como um caso de anáfora indireta com recategorização lexical, a expressão “**pássaros que nós idealizamos**” autoriza a categorização de anáforas indiretas como “**seus próprios bicos**” e “**ao bico alheio**”. Como afirma Koch (2003):

As anáforas indiretas caracterizam-se, assim, pelo fato de não existir no cotexto um antecedente explícito, mas um elemento de relação, algumas vezes portador de uma estrutura complexa considerado decisivo para a interpretação; ou seja, trata-se de formas nominais que se encontram em dependência interpretativa de determinadas expressões da estrutura textual em desenvolvimento, o que permite que seus referentes sejam ativados por meio de processos cognitivos inferenciais, possibilitando, assim, a mobilização de conhecimentos dos mais diversos tipos armazenados na memória dos interlocutores
(...)

(Koch, 2003, p.107)

Classificado por Cavalcante (2003) como um tipo de anáfora meio direta, meio indireta, e designados como “rótulos” quando realizados por sintagma nominal, o mecanismo coesivo do encapsulamento é ilustrado abaixo pelo sintagma nominal “**o assunto**”, que resume a seqüência textual anterior. Vejamos no exemplo (11):

(11) Um dos pontos de discussão no governo do PT diz respeito à extensão da jornada de trabalho. Por sugestão da CUT, estuda-se a hipótese de apresentar um projeto de lei

reduzindo a carga semanal de trabalho das atuais 44 horas para 40. **A idéia** é inspirada no modelo europeu, principalmente o francês, e tem um objetivo principal: se as pessoas trabalharem menos, mais gente pode ser contratada. Um estudo sobre **o assunto** realizado pelo sociólogo José Pastore mostra que a estratégia pode não funcionar.”

(Veja, 2003- Cavalcante, 2003, p.17)

Consideramos necessária a compreensão das diferenciações feitas acima sobre o fenômeno das introduções referenciais, assim como sobre os casos de anáfora apresentados, por julgarmos indispensável entender a inserção do encapsulamento no quadro de classificação das anáforas. É necessário deixar claro que, assim como Cavalcante (2003), consideraremos o encapsulamento como um tipo de anáfora indireta pelo fato desta expressão referencial não retomar os referentes, de forma direta, no decorrer do discurso.

Admitimos, porém, que a anáfora encapsuladora também tem semelhanças com as anáforas diretas, pois, em determinados casos, as primeiras recategorizam referentes do discurso, constatação esta que nos levou a atribuir às anáforas encapsuladoras a função recategorizadora, como podemos verificar através da expressão “**a idéia**” em (11), que além de encapsular a seqüência anterior, recategoriza a proposta do partido como uma idéia.

2.2. A definição de encapsulamento

O processo de encapsulamento assume denominações variadas nos estudos sobre o tema. A primeira definição do fenômeno como “rótulo” surgiu com Francis (2003), referindo-se aos casos em que o encapsulamento se manifestava por sintagma nominal.

Apothéloz (2003) tratou do encapsulamento de maneira mais ampla, contemplando tanto os que se realizavam por SN quanto os que formalizavam por pronomes. O autor descreveu como *nomeação* (ou *nominalização*) esta operação discursiva que consiste em referir-se a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição. Vejamos um dos exemplos selecionados pelo autor:

(12) O Dicionário da Academia é, pela primeira vez, publicado em edição de bolso (de A a Z; estando o segundo volume previsto para 1996, e o terceiro, para 1999). **Esta publicação** coincide com um aniversário, porque foi em 24 de agosto de 1964 que uma delegação da Academia francesa remeteu ao rei os dois volumes da primeira edição de seu Dicionário.

(Le Monde des débats, junho/94 – Apothéloz, 2003, p.133)

Apothéloz (2003), utilizando-se do exemplo acima mencionado, chama atenção para o equívoco de chamar o encapsulamento de *nominalização*, pois o termo é utilizado

indistintamente para referir-se ao lexema empregado para nominalizar um verbo, e para marcar a operação propriamente dita de sumarização. O autor defende que a informação recuperada pela nomeação é considerada como *informação-suporte* da proposição.

O autor ressalta também, como principal particularidade das nomeações, o fato de fornecerem um estatuto de referente, ou de objeto de discurso, às informações-suporte, que antes não tinham esse estatuto discursivo. É o que podemos observar no exemplo (13), no qual o escritor, através do emprego da expressão “**esta publicação**”, faz com que ela funcione como informação-suporte da proposição, promovendo-a ao estatuto de referente, ou de *objeto de discurso*, como nomeia Apothéloz (2003).

Como vemos, o fenômeno em estudo apresenta uma grande divergência terminológica. Este mecanismo coesivo designado por Conte (2003) de *encapsulamento anafórico*, como dissemos, é tratado por Francis (2003) como uma estratégia de *rotulação*, sempre que se tratar de sintagmas nominais plenos, e é denominado por Apothéloz de *nomeação*. Vejamos como cada um define tal recurso.

Francis (2003) se fundamenta nos estudos de Winter (1982,1992) para definir *rótulo* como um elemento nominal não-específico cujo significado no discurso necessita ser precisamente decifrado. A autora indica como principal característica para esse recurso coesivo o fato de exigir realização lexical em seu cotexto, como no exemplo abaixo:

(13) O New York Post, que vem liderando o mercado dos tablóides, acrescentou **dois detalhes picantes** a esta história vazia. Foi noticiado por esse jornal que o alegado ataque aconteceu em uma escada que vai da casa dos Kennedy até a praia. De maneira ainda mais sensacionalista, o Post afirma que, na sexta-feira, Ted Kennedy, seminu, saltitava pela propriedade com uma segunda mulher, enquanto o alegado ataque ocorria. **Esta alegação** foi, na melhor das hipóteses, duvidosa e, na pior das hipóteses, uma mentira deslavada.

(The Times – Francis, 2003, p.193)

Para Francis (2003), o fato de existirem modificadores lexicais ou qualificadores adicionais, como o termo **picantes**, no exemplo (13), dentro do grupo nominal “**dois detalhes picantes**”, exige a lexicalização na substituição da oração “**acrescentou dois detalhes picantes**” pelo rótulo “**esta alegação**”, destacado pela autora no exemplo do **The Times**.

Conte (2003), a exemplo de Francis, mas utilizando-se de outra terminologia, a de *encapsulamento anafórico*, define o fenômeno como um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente³ do texto. Segundo a autora, através do encapsulamento anafórico um novo referente discursivo é

criado sob a base de uma informação velha. Tal segmento do texto, considerado novo, pode apresentar extensão e complexidade variada, indo de uma sentença a porções maiores do texto, como se vê, respectivamente, nos exemplos (14) e (15):

(14) Hoje, todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado. Levará tempo para mudar **esta situação**.

(Jornal Corriere della Sera – Conte, 2003, p.178)

(15) E Kohl [...] vê sua missão, agora, como sendo a de ancorar profundamente a Alemanha numa Europa unida. Ele quer que a Alemanha, a França e vários outros mudem rapidamente para [...] uma única moeda corrente e quer um Parlamento Europeu fortalecido. [...] **O assunto**, contudo, não estimula exatamente as taxas na Bavária ou em North Rhine- Westphalia, que dirá na antiga Alemanha Oriental.

(Revista Newsweek - Conte, 2003, p.179)

Conte (2003) ressalta, através dos exemplos (14) e (15), a diferença entre os encapsulamentos do tipo “**esta situação**” e “**o assunto**”, e os exemplos-padrão de anáfora, apontando duas características para essa diferenciação:

I – Os referentes dos sintagmas nominais anafóricos não são indivíduos, mas referentes identificados por Lyons (1977) como entidades de uma ordem superior, como estados de coisa, eventos, situações, processos ou fatos, proposições, atos de enunciação. Vê-se isso no exemplo (16):

(16) Mas aqueles que sonharam reformar programas eram, na verdade, ingênuos – e, agora, eles temem que a corrupção associada com os programas de reforma da Rússia leve a um retrocesso político em favor de nacionalistas ou comunistas que alegam ter as mãos limpas.

O risco existe em qualquer lugar, também. Na Venezuela, o governo de Carlos Andrés Péres introduziu um pacote de reforma econômica neoliberal em 1989, cortando subsídios e tentando trazer alguma sanidade às finanças públicas.

(Revista Newsweek – Conte, 2003, p.181)

A característica, observada nos exemplos (14), (15), (16) e (17) como diferenciadora dos casos-padrão de anáfora, pode ser constatada pelo fato de o núcleo dos termos “**esta situação**”, “**o assunto**”, “**o risco**” e “**este fato**” não se tratar de indivíduos, mas de entidades de ordem superior, de acordo com Lyons (1977).

³ Conte (2003) não chama a atenção para o fato de os encapsuladores anafóricos poderem realizar operações de remissão catafórica.

II – O antecedente, para Conte, não é claramente delimitado pelo texto, mas deve ser construído ou reconstruído pelo ouvinte/ leitor, como no exemplo (17):

(17) A Verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político. **Este fato** provocou uma excessiva fragmentação da rede privada, sobretudo no Centro-Sul.

(Jornal Corriere della Sera – Conte, 2003, p.178)

Tal característica, constatada no exemplo (17), além de reforçar a justificativa de Lyons para a diferenciação entre os exemplos mencionados pela autora e os casos clássicos de anáfora, ilustra bem a segunda característica na qual Conte (2003) atribui ao antecedente a condição de não ser precisamente identificado. No exemplo (17), quando o escritor utiliza expressões do tipo “**profunda anomalia do nosso sistema de televisão**” e “**o peso do poder político**”, ele apenas resume uma declaração, sem se referir pontualmente a nenhum objeto de discurso.

Assim como Conte (2003) e Francis (2003), Koch (2003) trata o encapsulamento como uma importante estratégia de progressão referencial, concordando com Apothéloz (2003) quanto à necessidade de distinguir a operação de nominalização do lexema a ser utilizado como termo nuclear durante o processo. Koch (2003) chama atenção, assim como Apothéloz (2003), para a capacidade de a nominalização, enquanto operação, atribuir o estatuto de referente a um conjunto de informações que anteriormente não possuíam tal status, representando, ao mesmo tempo, uma mudança de nível e uma condensação da informação anterior.

A autora define a nominalização como uma expressão anafórica representada em sua forma lingüística por um substantivo-predicativo. Segundo Koch (2003), tal característica justificaria o fato de alguns autores preferirem identificar esse processo como *nomeação* ou *denominação*. Koch (2003) considera o encapsulamento como uma função particular das nominalizações, responsável pelo empacotamento da informação-suporte presente nos segmentos precedentes do texto, sintetizando-a sob a forma de um substantivo-predicativo. A autora remete o leitor aos estudos de Schwarz (2000), que define estes casos como “anáforas complexas”, as quais nomeiam não um referente específico, mas referentes textuais abstratos, como estado, fato, atividade, questão etc.

Já Cavalcante (2001), em um artigo cuja preocupação é relacionar certos subtipos de expressões nomeadoras a diferentes funções discursivas que elas desempenham em gêneros textuais escritos, concorda com Conte (2003) ao definir a nomeação como a operação que

consiste em encapsular porções textuais de extensão variada, considerando-a, assim como Conte (2003) e Francis (2003), como um importante recurso de organização das informações no discurso.

Nesse artigo, Cavalcante (2001) designa o encapsulamento como um processo de *nomeação* e aponta alguns recursos lingüísticos pelos quais as diferentes formas de nomeações podem se manifestar:

- ✓ por pronomes substantivos demonstrativos, como no exemplo indicado por Cavalcante:

(18) “Cardoso (1994,1995 e 1996), a partir da análise de produções orais, defende que ao contrário do que prega a tradição, o demonstrativo não tem por função apontar para objetos ou fatos envolvidos na situação imediata de comunicação. Mais que **isso**, os demonstrativos introduzem pressuposições no discurso cuja interpretação é condicionada ao conhecimento partilhado dos falantes.”

(artigo científico – Cavalcante,2001,p.1)

Através da utilização do pronome demonstrativo “**isso**”, o escritor resume toda a proposição anterior.

- ✓ por sintagmas nominais introduzidos por artigo definido, como em:

(19) “**O trabalho** (...) focaliza as dimensões contextual e causal dos verbos predicadores Benefactivos, quer em sua acepção básica, quer em suas incursões metafóricas.”

(resumo acadêmico – Cavalcante,2001, p. 2)

A expressão “**o trabalho**”, composta pelo sintagma nominal “**trabalho**” introduzida pelo artigo definido “**o**”, encapsula a sequência posterior.

- ✓ por sintagmas nominais assinalados por demonstrativos, advérbios ou outras formas indiciais equivalentes, como na seguinte ocorrência:

(20) “Nos últimos seis anos, 454 empresas industriais, nacionais e estrangeiras, se instalaram no estado. **Essa revoada** propiciou investimentos de US\$ 5,4 bilhões (...)”

(CL02 – Carta ao Leitor- Cavalcante,2001, p.2)

Cavalcante (2001) adverte, assim como Apothéloz e Chanet (2003), para o caso das nomeações manifestadas por SN’s, que várias alternativas ainda são possíveis, dependendo do item lexical selecionado pelo falante, podendo, segundo a autora, consistir de:

- ✓ um nome morfológicamente derivado de um verbo da proposição que forneceu as informações-suporte, como alegar – *a alegação*; afirmar – *essa afirmação*; recomendar –

tal recomendação etc; ou uma forma supletiva (à falta de um correspondente na língua), como em o sono, o medo, este encargo etc.;

- ✓ um nome que evidencie o valor ilocutório ou perlocutório da enunciação, como em o aviso, essa explicação, este comentário etc.;
- ✓ um nome que transforme processos específicos em processos genéricos, como em essa tarefa, a análise, esta distinção etc.;
- ✓ um nome que exprima juízo de valor, como em essa desculpa, este preconceito, esse erro de interpretação etc.

A autora, baseada em estudo anterior (cf. Cavalcante, 2001 a e b), afirma que as nomeações realizadas por pronomes, diferentemente das que se materializam por sintagmas nominais, permitem ao falante despender pouco esforço cognitivo, uma vez que não precisará escolher o nome que designe mais apropriadamente suas intenções comunicativas. Assim, segundo Cavalcante, quando em interações de processamento *on line*, como em (21), abaixo, a autora acredita ser mais cômodo para o escritor, pelo alto grau de genericidade, empregar apenas uma pró-forma resumidora, como em:

(21) É aquela posição subumana do condenado que prefere omitir-se sobre a injustiça da pena que lhe foi imposta, por temor de que a simples discussão possa agravá-la ainda mais. Quando se transporta **isso** para o âmbito de uma nação (...).

(Jornal O Povo, 4/9/00- Cavalcante, 2001, p.3)

Cavalcante (2001) salienta, pelo exame dos dados analisados no artigo mencionado, que, dependendo do gênero e dos propósitos comunicativos do falante, as nomeações são empregadas, muitas vezes, apenas para encapsular informações. A autora chama atenção para a necessidade de pesquisas mais aprofundadas acerca do processo de encapsulamento no desenvolvimento discursivo, lacuna esta que a presente pesquisa pretende suprir.

Optamos por denominar este fenômeno de *anáfora encapsuladora*, porque o critério que elegemos como ponto de partida foi o da retomada de referentes do discurso, o que dá ao fenômeno o caráter de anafórico. O fato de encapsular é a segunda maior característica, aquela que permite, como afirma Conte (2003), orientar a condução argumentativa do texto.

Entenderemos, nesta pesquisa, a anáfora encapsuladora como um recurso coesivo capaz de referir-se a uma porção textual anterior ou posterior do discurso, representando uma ferramenta importante para a construção argumentativa do texto, podendo sinalizar para um ponto de vista do enunciador, fornecendo ao interlocutor sinais lingüísticos sobre a linha argumentativa a ser defendida pelo enunciador.

2.3 As anáforas encapsuladoras como uma estratégia de organização tópica

Partindo do pressuposto de que as anáforas encapsuladoras, através dos movimentos de recuo ou avanço das informações, podem funcionar como importante recurso durante a ligação entre os tópicos, pelo fato destas anáforas servirem como expressões que resumem segmentos do texto, podendo, ainda, estabelecer, em alguns casos, uma retomada de seqüências textuais anteriormente mencionadas.

Partindo destas constatações, discutiremos as contribuições de Pinheiro (2005) em uma pesquisa que visa analisar e descrever como se manifestam os mecanismos responsáveis pela organização dos temas no texto.

Nesta pesquisa, o autor entende a topicidade como uma estratégia de organização textual através da qual se torna possível analisar a construção dos sentidos das seqüências textuais, levando em conta a formulação e interligação dos segmentos tópicos, dentro de uma abordagem textual-interativa. Durante sua análise, o autor alerta para a necessidade de se considerar o contexto de uso para uma adequada interpretação dos tipos de relações que aparecem durante a articulação entre os tópicos discursivos, revelando as direções interpretativas que o enunciador pretende dar ao discurso, percurso este que acreditamos poder ser revelado, também, pelas anáforas encapsuladoras, escopo de nossa pesquisa.

Para Pinheiro (2005), os mecanismos de articulação tópica, descritos funcionalmente em uma perspectiva textual-interativa do processo de elaboração textual, se dividem em cinco categorias, que dependerão dos instrumentos lingüísticos utilizados pelo enunciador, sendo eles: *marcadores discursivos*, *formas referenciais*, *formulações metadiscursivas*, *perguntas e paráfrases*.

Dentre tais mecanismos, apontados pelo autor durante sua análise do processo de organização tópica, abordaremos, somente, *os marcadores discursivos*, *as formas referenciais* e *as formulações metadiscursivas*, por envolverem as anáforas encapsuladoras.

2.3.1 As anáforas encapsuladoras como marcadores na mudança de tópico

Segundo Pinheiro (2005), quando ocorre uma mudança de tópico, os marcadores discursivos têm a função de ligar dois quadros tópicos que podem, ou não, funcionar no mesmo plano de hierarquia na organização tópica do texto, revelando, assim, o percurso argumentativo que o locutor pretende assumir no decorrer do seu discurso, ou sinalizando para a entrada de um novo tópico no discurso. Apesar de o autor apontar como representante

mais recorrente, na amostra que compõe seu *corpus*, o marcador “agora”, aparecem também, segundo ele, casos que apresentam os marcadores “mas”, “bom”, “ainda”, “depois” e “já”.

Pinheiro (2005) não desenvolve, em sua pesquisa, muitas considerações sobre o funcionamento das anáforas encapsuladoras como um dos mecanismos de mudança tópica, limitando sua análise apenas aos marcadores discursivos. De acordo com nossos dados, o movimento textual da topicidade pode ser realizado, também, por estas anáforas, fato que podemos identificar claramente nos exemplos (22) e (23):

(22) Olá....

Só vi seu e-mail agora...sexta de manhã...:):) Vc já deve está trabalhando, né? Eu vou trabalhar em casa hj.....provas e trabalhos...aulas pra preparar.....:):)

Quanto a repetir a conversa.....adoraria!! até pensei nisso /ontem.../eu /te liguei mas estava na secretária...nem fui pra net ontem...fui lerlamentei sua ausência.....:):)

Refaço **o convite**: quem sabe qualquer hora dessas/ você não aparece por aqui, prá conhecer os encantos (muitos encantos) do Ceará?

(EEm11, e-mail pessoal, Prottexto)

(23) Um dos assuntos da primeira epístola de João é endereçado aos falsos profetas. Estes falsos profetas – “proclamavam uma iluminação especial pelo Espírito, que lhes oferecia a verdadeira gnósis theou”. Com este pensamento, João via como um orgulho espiritual e arrogância, que os levaram a desprezar os outros cristãos que não tinham esta iluminação superior. Vemos também aqui um grande erro teológico combatido nessa epístola(I) foi a encarnação de Cristo, que era negada pelos gnósticos cétricos.

Podemos ver que com esta visão de negação da encarnação de Cristo pelos gnósticos, e combatidas por João nas suas Epístolas, muitas outras coisas poderiam ser negadas como: Jesus como Filho de Deus, a verdadeira salvação por intermédio de Cristo e do seu sacrifício na cruz.

Ainda nessa primeira Epístola vemos que João se contrapõe ao pensamento gnóstico no que diz respeito a salvação(iluminação superior). João afirma para aqueles que rejeitaram a luz superior gnóstica que a única certeza de vida eterna(salvação) é por intermédio de Cristo(I Jo 5. 11-13).

Outro ponto importante que João toca na primeira epístola é sobre a vida cristã. Ele mostra que o crente não pode viver no pecado, tem que ter um amor verdadeiro uns pelos outros e tem que permanecer em Cristo. Permanecer em Cristo quer dizer obediência. Não para ser salvo pelas obras, mas porque já está salvo pela fé em Cristo.

(Are03 – *resenha de artigo*, Prottexto)

No exemplo (22), verifica-se que o autor utiliza o termo “**o convite**” como encapsulador da seqüência seguinte, realizando, através desta anáfora, o movimento de mudança do tópico discursivo. Observamos que, além de o termo “**o convite**” ser responsável pela ligação entre os tópicos, ele prepara o leitor para a proposta de viagem que o enunciador fará ao destinatário. Já no exemplo (23), nota-se que o movimento de mudança do tópico é feito de forma mais explícita e mais avaliativa, exprimindo o ponto de vista do escritor,

através da utilização da expressão “**outro ponto importante**”, que abrirá a exposição das exigências que a primeira epístola de João faz para quem pretende viver “em Cristo”.

Partindo destas constatações, defendemos também que, ao utilizar uma expressão encapsuladora para introduzir um novo tópico no texto o enunciador tenciona não somente ligar tópicos, mas pretende também redirecionar a atenção do leitor para a nova seqüência que se seguirá, endossando, assim, a importância das anáforas como agentes condutores da linha argumentativa do texto.

2.3.2 As formas referenciais e a articulação tópica

Concordando com a teoria de base desta pesquisa, que defende a referenciação como atividade discursiva, divergindo da concepção tradicional, que a trata como uma simples possibilidade de a linguagem referir-se ao mundo, Pinheiro (2005) parte desta noção de referência para dividir as pesquisas que separam as expressões referenciais em dois tipos. O primeiro grupo que busca apenas descrever os elos coesivos que envolvem a elaboração textual; e um outro que investiga os processos de introdução e manutenção de referentes, abordando as expressões referenciais pelo seu carácter multifuncional.

Considerando este aspecto dos estudos que envolvem as expressões referenciais, o autor destaca as pesquisas de Koch (2002) acerca deste tema, ressaltando a classificação de Cavalcante (2002) para as formas referenciais, que a autora divide em: formas referenciais livres⁴ e formas lexicais⁵, atribuindo-lhes a função de articuladores tópicos. Assim, tentamos alertar para o fato de que já podemos observar um grande avanço dentro do quadro de estudos destas expressões, pois trabalhos recentes acerca das expressões referenciais consideram-nas como mecanismos indispensáveis à construção da argumentação textual. Citamos, dentre eles: Carvalho (2005), Matos (2005) e Koch (2006), que discutiremos nas próximas seções desta pesquisa.

O autor enfatiza, ainda, os três tipos de processos de referenciação que podem aparecer também como articuladores tópicos; são eles: *a encadeamento de referentes vinculados a um contexto central*, que consiste na inter-relação que estes referentes mantêm entre si durante a elaboração do texto, caracterização que atribuímos às anáforas indiretas; *a reiteração de um*

⁴ São as expressões referenciais chamadas de “pró-formas” que podem ser manifestadas por: pronomes (pessoais, demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos, relativos), numerais(cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários), advérbios pronominais, expressões adverbiais e formas verbais remissivas.

⁵ Consideradas por Cavalcante(2002) como grupos nominais definidos que fornecem instruções de conexão e de sentido, por fazer referência a algo no mundo extralingüístico.

mesmo referente, que consiste na reapresentação de um mesmo referente discursivo, processo que admitimos tratar-se das anáforas diretas; e *a conferição de estatuto de referente a um conjunto de informações difundidas no contexto anterior*, que associamos às anáforas encapsuladoras, conforme o próprio autor o admite.

Quando o produtor do texto faz uso de uma anáfora encapsuladora com o objetivo de sumarizar toda uma sequência textual, ele pode, através dela, revelar uma avaliação pessoal, como no caso de (24), em que o produtor reforça o potencial avaliativo da anáfora encapsuladora “**essa nova postura da administração pública**”, focalizando-a como um resumo dos argumentos anteriormente apresentados.

(24) O Brasil parece ter ingressado definitivamente numa era nova, em que os discurso dos governantes sobrepõe à ação de governar. Ou seja, vai-se tornando comum a prática de substituir o enfrentamento dos problemas pela solução de dá-los por resolvidos ou de aceitá-los como contingência normal e irrefutável.

A análise de alguns acontecimentos aparentemente isolados termina por revelar **essa nova postura da administração pública**.

(Jornal O Povo, set / 00-artigo de opinião)

De acordo com nossos dados, há também casos em que tais anáforas não aparecem pontualmente identificadas dentro do texto, ou seja, o conjunto de informações que dizem respeito a estas expressões referenciais encontra-se difundido em todo o universo discursivo e pode atuar como mecanismo de mudança, sequenciação e articulação tópica, como vemos no emprego da anáfora “**o presente depoimento**”, em (25), funcionando como instrumento de encadeamento tópico.

(25) Por fim, dada a palavra à nobre representante do Ministério Público, a testemunha respondeu: que a autora é pessoa portadora de excelente conduta e responsável; que a autora goza de boa saúde física e mental, para assumir o munus a que se propõe; que a tutelanda goza de boa saúde e é muito bem cuidada; que além da tutelanda moram com a requerente os dois irmãos, um filha solteira e um outro filho com a sua esposa; que a casa é grande. E como nada mais foi dito ou perguntado, mandou a MM. Juíza encerrar **o presente depoimento** que lido e achado conforme vai devidamente assinado.

(JudD07- termo de depoimento, Prottexto)

Casos como o exemplo (25) endossa o argumento de que o enunciador pode utilizar as anáforas encapsuladoras como um mecanismo de articulação tópica, direcionando o percurso argumentativo que pretende dar ao texto.

2.3.3 O emprego de formulações metadiscursivas como expressões encapsuladoras

Para Pinheiro (2005), o metadiscurso destaca-se pela propriedade da auto-reflexividade do enunciado em unir o que é dito com o ato de dizer, referenciando no texto o ato enunciativo do qual se origina. Segundo ele, os enunciados provenientes desses discursos possuem propriedades diferentes dos enunciados portadores de conteúdo informacional, pois o metadiscurso carrega base informacional ligada ao universo da atividade enunciativa que os originou, constatação que identificamos também em nosso *corpus* através do emprego de expressões como “**três funções maiores**” no exemplo (26), que introduz de forma metadiscursiva as três principais atribuições dos sinais de pontuação que serão expostas na sequência seguinte.

(26) O estudo teórico e a análise dos dados conduziram à formulação de uma proposta pedagógica, em que os sinais de pontuação são tratados como integrantes da formulação textual, associados à leitura e à compreensão, destacando-se **três funções maiores**: a segmentação sintática, a discriminação semântica e o desdobramento enunciativo/estilístico.

(Ara 02 – *resenha de artigo*, Prottexto)

Dentro desses universos discursivos, as formulações metadiscursivas estabelecem a ligação entre os segmentos textuais, promovendo a amarração entre segmentos tópicos disponíveis na superfície do texto em contextos de sequenciação, retomada e mudança dos tópicos, contribuindo, assim, para a progressão temática do texto. É o que se encontra na expressão “**dessas primeiras léguas**” em (27), resumindo de forma retrospectiva e atuando, ainda, como mecanismo de retomada de tópico após o relato do percurso sofrido do sertanejo.

(27) (...)
 Sempre pensara em ir
 A caminho do mar.
 Para os bichos e rios
 Nascer já é caminhar.
 Eu não sei o que os rios
 têm de homem do mar;
 sei que se sente o mesmo
 e exigente chamar.
 Eu já nasci descendo
 a serra que se diz do Jacará,
 entre caraibeiras
 de que só ser por ouvir contar.
 (pois, também como gente,
 não consigo me lembrar)

dessas primeiras léguas

de meu caminhar

(...)

(MELO NETO, João Cabral de (2000) *Morte e Vida Severina e outros poemas*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 11)

Como afirma Pinheiro (2005), através das formulações metadiscursivas, o produtor do texto estabelece a articulação entre os tópicos, atuando de forma interacional e textual, simultaneamente, fato que observamos, também, entre as anáforas encapsuladoras analisadas em nossa pesquisa, pois através delas o produtor do texto chama a atenção do leitor para o caminho argumentativo que ele deve seguir, como podemos observar em (28), pelo emprego do termo “**a expressão**”:

(28) Barth denomina a oração de “tônica básica”, pois trata-se do meio de comunicação entre o homem e seu Deus. E é por isso que o autor recomenda que além de outras janelas abertas (para o mundo e para a igreja) é imprescindível que a janela em direção ao céu esteja constantemente aberta para que possamos receber a luz vinda do alto num movimento ininterrupto, correspondente **a expressão**: “orai sem cessar”; transformando a vida em oração e a oração em vida, que é trabalho, que é serviço feito com amor.

(Are 02 – *resenha*, Prottexto)

Mesmo reconhecendo a necessidade de pesquisas mais aprofundadas que investiguem a utilização das expressões referenciais como estratégias de articulação tópica, torna-se inegável a contribuição das anáforas encapsuladoras como mecanismo de mudança, seqüenciação e articulação tópica, fato que, conforme as constatações acima mencionadas, mostrou-se evidente durante a análise de nossas amostras.

Prosseguiremos nossas discussões apontando como escopo do capítulo seguinte uma caracterização do mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras, tencionando discutir os critérios já utilizados por outros autores para a descrição deste recurso coesivo.

CAPÍTULO III: OS CRITÉRIOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS ANÁFORAS ENCAPSULADORAS

Visando traçar um panorama dos estudos sobre o processo coesivo das anáforas encapsuladoras no decorrer do discurso, mostraremos, neste capítulo, como autores que também investigaram este fenômeno caracterizaram tal mecanismo, analisando os critérios utilizados por cada um deles.

Iniciaremos pelo critério semântico-lexical da proposta de Francis (2003), que sugere a divisão dos rótulos em dois grandes grupos: os rótulos prospectivos (que remetem para a frente) e os retrospectivos (que empacotam uma extensão anterior do discurso). Ainda dentro de uma abordagem semântico-lexical, a autora agrupa os rótulos em quatro classes: nomes ilocucionários, nomes de atividades languageiras, nomes de processo mental e nomes de texto.

Na segunda seção do capítulo, tratamos dos critérios de uso dos encapsulamentos apontados por Apothéloz (2003) e analisados por Cavalcante (2001). Estas pesquisas refletem sobre os efeitos de sentido de alguns dos determinantes nos sintagmas nominais. Finalizamos o capítulo com as observações de Conte (2003) sobre o aspecto argumentativo dos encapsulamentos.

3.1 O critério semântico-lexical

Denominados por Francis (2003) de *rótulos*, os sintagmas nominais encapsuladores são caracterizados, pela autora, principalmente por exigirem realização lexical em seu cotexto. Em um artigo cujo objetivo é identificar, descrever e ilustrar os tipos de sintagmas nominais encapsuladores, a autora utiliza-se da análise do *corpus* composto de uma série de edições completas do *The Times* para traçar um panorama característico do processo de rotulação e propor uma classificação para os rótulos. Vêm-se, abaixo, as demais características mencionadas por Francis em seu artigo, consideradas importantes para a identificação do processo de rotulação:

- ✓ o rótulo tem um caráter metadiscursivo e encapsulador que o faz funcionar como uma macroproposição;

- ✓ constitui-se de um sintagma nominal de caráter inespecífico, pois não se refere a um grupo nominal específico, mas a informações difusas do contexto; portanto não possui um referente pontual;
- ✓ é apresentado como equivalente à oração ou orações que ele substitui, ao mesmo tempo que as nomeia pela primeira vez;
- ✓ tem qualidade anafórica e/ou catafórica;
- ✓ é um elemento de coesão lexical, ou seja, um dispositivo retórico de coesão textual, que liga trechos do texto;
- ✓ não constitui uma repetição lexical; tem caráter informativo;
- ✓ pode ser considerado um sinalizador textual ou operador argumentativo;
- ✓ contribui para a organização textual, introduzindo mudanças de tópico ou alterações dentro de um tópico, ao mesmo tempo que preserva uma continuidade, colocando informações novas dentro de uma estrutura dada.

Ilustraremos, abaixo, com o exemplo (29), apontado pela autora, no qual termos como “**esta ironia**” podem referir-se a resultados de padrões discursivos e de operações estilísticas, utilizados como recurso para fazer evoluir a atividade verbal:

(29) Assim como o grande rei da Babilônia, Nabucodonosor, foi obrigado a ouvir Daniel, o profeta do povo oprimido de Israel, Saddam, o tirano de Bagdá, foi forçado a ouvir o porta-voz dos curdos, um povo que ele despreza. As forças do ocidente não devem desperdiçar **esta ironia**.

(The Times-Francis, 2003, p.207)

Francis (2003) separa os rótulos em dois grupos: *prospectivos*, aqueles que exercem funções catafóricas, precedendo sua lexicalização, e *retrospectivos*, aqueles que têm função anafórica, seguindo sua lexicalização. Ao longo do artigo, a autora propõe uma classificação semântico-lexical dos rótulos, agrupando-os em quatro classes: *nomes ilocucionários*, *nomes de atividades languageiras*, *nomes de processo mental* e *nomes de texto*.

Mesmo admitindo o pioneirismo da pesquisa de Francis (2003), alertamos para o fato de que uma classificação baseada principalmente no critério semântico-lexical não pode levar a explicações suficientes e satisfatórias sobre o papel discursivo do mecanismo de rotulação, levando em consideração a multifuncionalidade deste importante recurso coesivo.

Rótulos Prospectivos

Para Francis (2003), são chamados rótulos *prospectivos* os sintagmas nominais que dirigem a atenção do leitor para a passagem seguinte do texto, preparando-o para o que esperar, daí a autora atribuir ao rótulo prospectivo uma natureza preditiva. Como podemos verificar no exemplo (30), apresentado pela autora para ilustrar este tipo de rótulo:

(30) Eu sei que aproximadamente 12 por cento da população é canhota. Por que, então, deve existir uma predominância tão grande de jogadores de golfe destros que, eu me informei, se entende também aos tacos? Em resposta a esta indagação, um colega meu, jogador de golfe, apresentou **duas razões**.

A primeira foi que os iniciantes normalmente começam com tacos que foram herdados de outras pessoas, que são, em geral, destros. A segunda foi que, por motivos técnicos, pessoas canhotas tornam-se bons jogadores de golfe com a mão direita.

(The Times-Francis, 2003, p.192)

Segundo a autora, a utilização do termo “**duas razões**”, no exemplo acima, autoriza o leitor a predizer a informação que seguirá, reconhecendo-a como uma explicação para a passagem “a preponderância de jogadores de golfe destros”, caracterizando, assim, o grupo nominal “**duas razões**” como um rótulo prospectivo, pois anuncia e resume as duas razões que serão apresentadas em seguida.

Rótulos Retrospectivos

Francis(2003) denomina de *retrospectivos* os grupos nominais que servem para encapsular ou empacotar uma extensão do cotexto anterior. A autora utiliza como critério para a identificação de um grupo nominal anaforicamente coesivo o fato de o rótulo retrospectivo não possuir nenhum grupo nominal particular a que ele se refira, ou seja, o rótulo retrospectivo não é uma repetição ou um sinônimo de nenhum elemento precedente. Em vez disso, segundo Francis, ele é apresentado como equivalente à oração ou orações que substitui, nomeando-a(s) pela primeira vez e indicando ao leitor como tal parte do discurso deve ser interpretada, fornecendo o esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido, como no exemplo (31):

(31) ...o sistema de imunidade dos pacientes reconheceu os anticorpos do rato e os rejeitou. Isto significa que eles não permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes.

A segunda geração de anticorpos agora em desenvolvimento é uma tentativa de contornar **este problema** ‘humanização’ dos anticorpos do rato, usando uma técnica desenvolvida por...

(The Times-Francis, 2003, p.195)

Para Francis, o rótulo retrospectivo “**este problema**” é precedido por sua lexicalização, levando o leitor a interpretar a rejeição aos anticorpos do rato como “um problema”. Através da utilização do rótulo retrospectivo, o leitor seria influenciado diretamente a interpretar uma extensão do texto de determinada forma. Para a autora, a porção anterior do texto encapsulada pelo rótulo não necessita ser indicada com precisão.

Note-se que, exceto pelo traço remissivo de apontar para trás, os prospectivos têm as mesmas características, mencionadas acima, dos retrospectivos.

Ressaltamos, ainda, como ponto importante dos estudos de Francis (2003), o fato de o critério semântico-lexical, utilizado pela autora para a caracterização dos rótulos, ter orientado a diferenciação deles dentro dos rótulos metalingüísticos em quatro grupos: *nomes ilocucionários*, *nomes de atividades languageiras*, *nomes de processo mental* e *nomes de texto*, os quais diferenciaremos abaixo.

Rótulos Metalingüísticos

Segundo Francis (2003), dentro do processo de rotulação, torna-se possível isolar um conjunto de nomes que tenham um traço importante em comum; são os *metalingüísticos*, assim denominados por rotularem uma extensão discursiva como um tipo particular de linguagem. Para a autora, são usados pelo escritor para forjar relacionamentos localizados inteiramente dentro do próprio discurso, instruindo o leitor a interpretar o status lingüístico de uma proposição de modo particular, distribuindo-se, como já mencionado em:

✓ *Rótulos de nomes ilocucionários*

Francis (2003) define-os como nominalizações de processos verbais, normalmente atos de fala, compostos tipicamente por verbos ilocucionários cognatos. Como no exemplo (32):

(32) Assim que saímos da consulta, minha esposa disse: “Potter ficou maluco e eles não sabem o que fazer”. Eu não queria acreditar que ela tivesse razão. Só aceitei **essa explicação** quando minha esposa confidenciou suas suspeitas a um amigo psicanalista, que exclamou: “Isso é uma coisa terrível de se dizer sobre o terapeuta de seu filho!” **Esse nível de negação** convenceu-me de que era verdade.

(The Times-Francis, 2003, p.205)

Para a autora, os termos “**explicação**” e “**nível de negação**”, no exemplo (32), são os nomes ilocucionários que representam o modo como o escritor escolhe interpretar o ato de fala presente na sequência.

✓ *Rótulos de nomes de atividades languageiras*

São representados, segundo Francis (2003), por nomes nucleares que se referem a variados tipos de atividade languageira ou aos resultados destas. A autora esclarece que chegam a assemelhar-se aos nomes ilocucionários, embora geralmente não possuam os verbos cognatos, comuns aos nomes ilocucionários. De acordo com a autora, no grupo dos rótulos com nomes de atividades languageiras, incluem-se também os nomes que se referem aos resultados de padrões discursivos e de operações estilísticas como: *adivinhação, imagem, imaginação, ironia, metáfora e paradoxo*, assim como nomes utilizados para fazerem evoluir a atividade verbal. Um exemplo disso está em (33), na expressão “**essa descrição**”:

(33) Foster, o organizador da Fife-based, disse: “Tantos carros esportivos maravilhosos são considerados apenas como peças de exposição em museus hoje em dia, de modo que é uma grande honra para a Escócia ter se tornado um dos primeiros locais em que essas máquinas incríveis serão usadas”.

Essa descrição foi levemente exagerada. McLaren estará dirigindo o seu Jaguar Lightweight tipo E. John Coombes, agora baseado em Mônaco, estará dirigindo um Jaguar tipo D...

(The Times-Francis, 2003, p.207)

✓ *Rótulos de nomes de processo mental*

Nesse grupo, segundo Francis (2003), estão os nomes que se referem a estados e processos cognitivos e a seus resultados, incluindo-se as nominalizações de verbos de processo mental do tipo que são usados para projetar idéias como *pensar e acreditar*. Para a autora, quando os nomes de processo mental são usados como nomes nucleares em rótulos, seus referentes já foram expressos verbalmente. Francis (2003) ressalta ainda que alguns desses rótulos se referem a aspectos dos estados cognitivos alcançados como resultados do processamento de pensamentos e experiências, outros podem se referir tanto ao resultado, quanto ao processo. Isso ocorre no exemplo (34), no qual o termo “**essa visão**” resume um ponto de vista:

(34) Em uma nota de imprensa em Londres, durante a reunião de inauguração das autoridades dos bancos, Henning Christophersen, vice-presidente da Comissão Européia, disse: “O EBRD não deve ser uma instituição política, mas pura e simplesmente um banco”.

Essa visão contrastou com a de Jaques Attali, presidente do Banco Europeu, o qual considera que o papel do banco é político e econômico.

(The Times-Francis, 2003, p.209)

✓ *Rótulos de nomes de textos*

Segundo Francis (2003), os sintagmas nominais desse grupo referem-se à estrutura formal do texto. Nos rótulos deste grupo, não existe interpretação envolvida, eles somente rotulam extensões do cotexto precedente. Os nomes nucleares deste tipo são inseridos no “modo sintático da metalinguagem”, em oposição ao semântico, incluindo *sintagmas nominais, pergunta, sentença, palavras, página, parágrafo, passagem...*, que se referem às estruturas formais sem ser considerados unidades sintáticas. No exemplo (35), observa-se o uso do termo “**citação**” como representante de um nome nuclear de “texto”:

(35) “Os projetos também estão introduzindo mudanças nos modos de ensino. Eles estão cada vez mais aparelhados para fornecer aos estudantes a oportunidade de desenvolvimento a iniciativa, a motivação, a habilidade na solução de problemas e outras qualidades pessoais. O mais importante desta abordagem é a transferência para os próprios estudantes da responsabilidade pela administração de seu aprendizado e da aplicação do seu conhecimento.”

Esta citação não é do relatório Plowden, mas da revisão de 1995 do Technical and Vocational Education Initiative.

(The Times-Francis, 2003, p.211)

Observamos que a classificação atribuída por Francis (2003) ao mecanismo coesivo da rotulação reflete uma investigação baseada na natureza semântico-lexical deste processo, tendência esta que, na nossa concepção, não dá conta da multiplicidade de funções deste recurso, porém admitimos que os estudos pioneiros da autora sugeriram a necessidade de considerarmos, durante a análise das amostras que compõem o *corpus* de nossa pesquisa, a possibilidade de as anáforas encapsuladoras, assim como os rótulos, desempenharem o movimento prospectivo e retrospectivo das informações distribuídas ao longo do texto.

Outro aspecto que se faz necessário reconhecer, como um ponto que serviu de reflexão durante nossas análises, está na característica de algumas destas expressões se referirem ao próprio ato discursivo; é por esta razão que a autora os denominou como *nomes metalingüísticos*. Entendemos que seria mais apropriado afirmar que essa característica funcional é, na verdade, *metaenunciativa*.

3.2 Alguns critérios de usos para a caracterização dos encapsulamentos

Em um artigo que aborda os traços orientadores na escolha dos sintagmas nominais definidos ou os sintagmas nominais demonstrativos, Apothéloz e Chanet (2003) descrevem os efeitos de sentido de alguns dos determinantes, sugerindo como três os instrumentos lingüísticos da nomeação:

I. Pelo fato de as nomeações não fazerem uso, necessariamente, de uma expressão lexical, um pronome demonstrativo pode executar a operação destinada à nomeação, evitando repetições, como se vê no exemplo (36):

(36) Salvo cataclisma (natural ou provocado), o homem terminará inevitavelmente por controlar sua própria evolução. Não nos enganemos se ele adquirir esta capacidade, fará uso dela obrigatoriamente. Para o melhor e para o pior. **Isto**, provavelmente, ainda está longe, mas é necessário refletir desde já.

(Le Monde, 1994 – Apothéloz, 2003, pg.134)

Para os autores, o pronome demonstrativo “**isto**”, utilizado no exemplo (36), substitui adequadamente a seqüência textual anterior, desfazendo a obrigatoriedade da utilização de uma expressão lexical. Aceitando tal característica, o autor admite, portanto, que haja encapsulamento mesmo quando ele não se realiza por sintagmas nominais rotuladores. Seguiremos o mesmo posicionamento, admitindo que os encapsulamentos, ou as anáforas encapsuladoras, como estamos denominando aqui, abrangeriam, portanto, os SN’s resumitivos que rotulam e os pronomes também sumarizadores.

II. Em casos em que a expressão nomeadora está implícita, a nomeação é o sujeito zero da proposição gerundiva. Vejamos no exemplo (37):

(37) Mais mil duzentos e quarenta e nove cubanos foram interceptados pelos guardas costeiros americanos na costa da Flórida, levando a mais de 12 mil o número de refugiados presos.

(Radio, 1994 – Apothéloz, 2003, p. 136)

No exemplo (37) a expressão nominal está implícita no emprego do verbo no gerúndio “levando”, tornando-se o sujeito zero da proposição, que equivaleria a um pronome demonstrativo **isso** implícito. Trata-se, portanto, a nosso ver, do mesmo caso anterior: o que muda é apenas a forma de manifestação, que passa a ser uma forma zero.

III. Quando a expressão é lexical e comporta o substantivo predicator, ela não é obrigatoriamente um derivado morfológico do verbo empregado na proposição que forneceu as informações-suporte, pois nem sempre existem na língua tais formas, como é o caso nas expressões: foi preso... a prisão, iriam fechar o fechamento, foi publicado ... a publicação. Com isso, Apothéloz (2003) pretende mostrar que nem sempre o nome encapsulador provém necessariamente de um processo morfológico de nominalização: uma coisa não está necessariamente atrelada à outra. Veja-se o exemplo (38):

(38) A mina de carvão de Tavershall incendiava há anos; (...) E, quando o vento soprava de lá, o que acontecia com frequência, a casa ficava cheia de fedor que exalava **nessa combustão** sulfurosa dos excrementos da terra.

(Apothéloz, 2003, pg. 137)

A expressão lexical “**nessa combustão**”, utilizada no exemplo (38), é considerada por Apothéloz e Chanet (2003) como portadora de um substantivo predicator, neste caso, representado pelo substantivo “**combustão**”, não sendo um derivado morfológico do verbo *incendiar*. Mesmo assim, o fenômeno do encapsulamento permanece aqui, de modo que nominalização e encapsulamento não são equivalentes. Concordamos com o autor quanto ao fato de não se poder atrelar o encapsulamento a um caso morfológico de nominalização.

Ainda com base nos resultados de sua pesquisa composta de *corpus* com exemplos escritos, Apothéloz e Chanet (2003) constataam que os SN's utilizados nas nomeações manifestam uma nítida tendência para uma determinação demonstrativa, ressaltando que quase sempre se pode substituir uma nomeação definida por uma demonstrativa, mas o inverso não é verdadeiro. Consideramos tal constatação importante, porém insuficiente, por priorizar somente a inter-substituição das formas de determinante. Todavia, como algumas observações dos autores concernem aos fatores, por vezes pragmáticos, que motivam o uso de definidos e demonstrativos, achamos procedente resenhar essa proposta. Seguem, então, do ponto de vista do codificador, mais do que do decodificador, os fatores que, segundo Apothéloz e Chanet (2003), favorecem o uso do demonstrativo:

- ✓ Em textos escritos infantis, Apothéloz e Chanet (2003) justificam a preferência pelo uso do demonstrativo neutro ao invés do uso de sintagmas nomeadores de processos. Veja-se o exemplo (39):

(39) Se fosse proibido (fumar), **isso** nos estimularia ainda mais a fumar, pois para nós isto é uma grande “descoberta” (a idéia de que não se deve). Para alguns, o cigarro ajuda muito, para outros *isso* seria roer as unhas, beber etc.

(Apothéloz e Chanet, 2003, p. 143)

Os autores atribuem a utilização repetitiva do pronome neutro “**isso**”, no exemplo (39), aos problemas de acesso ao léxico, comuns em escritos infantis. Isso corrobora a hipótese de Cavalcante (2001) de que o esforço cognitivo empregado na escolha desses pronomes neutros é menor do que o que se emprega na seleção de uma expressão nominal plena.

- ✓ Há tendência para a escolha do demonstrativo toda vez que o substantivo predicador escolhido operar uma recategorização metafórica do processo, ou comportar-se com uma conotação axiológica evidente. Note-se que a motivação, neste caso, é pragmática e aponta para a função discursiva do encapsulamento em questão. Vejamos o exemplo (40):

(40) Enquanto a economia vai bem, as coletividades se comportam freqüentemente como novos ricos: queimam seus recursos até o último tostão, e até bem mais. **Esta imprevidência** tem dois efeitos negativos maiores.

(Courrier Neuchâtelois, 1993- Apothéloz e Chanet, 2003, p. 145)

Observa-se, em (40), que o substantivo predicador “**imprevidência**” comporta uma avaliação evidente por parte do produtor do texto, exprimindo um juízo de valor, surgindo, daí, a tendência, segundo Apothéloz e Chanet (2003), para a utilização do demonstrativo. A descrição dos aspectos formais só se faz relevante nesta pesquisa na medida em que estiver associada a uma motivação funcional, discursiva, como neste caso.

- ✓ Observa-se igual tendência para a utilização do demonstrativo quando o substantivo escolhido é colocado a distância por aspas de conotação autonímica, isto é, quando o locutor retira das palavras sua “evidência de adequação”; a mesma tendência existe para as aspas de denominação reportada, como podemos ver no exemplo (41):

(41) A grande Casa[a Comédia Francesa] deverá modificar seus hábitos. A sala Richelieu fechará para obras até o mês de dezembro, os espetáculos se darão no Mogador e na Ópera Cômica. Simultaneamente a **esta “deslocalização”**, a trupe será renovada, aumentada.

(Le Monde, 1994 - Apothéloz e Chanet, 2003, p. 146)

Para os autores, ao usar as aspas de conotação autonímica no sintagma “**deslocalização**”, o autor do texto retirou das palavras utilizadas sua evidência; isso justifica

o uso do pronome demonstrativo “**esta**” para reforçar a distância pretendida pelo autor. Mais uma vez, notamos que a motivação para o emprego do demonstrativo é de base funcional-discursiva. Neste caso, a ênfase recai sobre um aspecto polifônico: o demonstrativo do encapsulamento e as aspas servem para evidenciar que o enunciador se distancia de seu dizer para refletir sobre ele, promovendo alterações de significado e de referência.

- ✓ Conduzem a uma determinação demonstrativa as expressões nas quais o substantivo predicador é qualificado por meio de uma expressão não-determinativa (adjetivo ou complemento nominal). Observe-se o exemplo (42):

(42) Prenderam-no de manhã bem cedo[...]
 Mais surpresos que ele, de fato, ficaram os próprios autores **desta prisão brutal e sem motivo declarado**, ao encontrá-lo calmo e dócil naquela altura dos acontecimentos.
 (La caravane des féredjès – Apothéloz e Chanet, 2003, pg.146)

No caso do exemplo (42), o pronome demonstrativo “**desta**” é estreitamente solidário com o valor não determinativo do material lexical que qualifica o substantivo. Se examinarmos por um outro viés, veremos que a “expressão não-determinativa” é, na verdade, um modificador de uso axiológico, pois exprime um juízo de valor. A motivação, portanto, de uso do demonstrativo é, mais uma vez, pragmática, e tem caráter expressamente avaliativo. Nesta pesquisa, estamos propondo que se analisem separadamente os casos em que há manifestações formais evidentes do valor axiológico que se quis imprimir à expressão encapsuladora, como no exemplo acima.

- ✓ No processo de elaboração do parágrafo, a escolha pelo demonstrativo aparece como um meio de tornar perceptivamente saliente uma expressão, como podemos observar no exemplo (43):

(43) [Com relação à futura rainha Margot] Mesmo sendo católica, sua mãe Catarina de Médicis planeja casa-lá com Henrique de Navarro, protestante, e futuro rei Henrique IV, primogênito dos Bourbons. **Essas bodas** são celebradas contra a vontade de Margarida, a 18 de agosto de 1572. Longe de ser um fator de reconciliação, **este casamento** vai ser uma das causas da tragédia de São Bartolomeu.
 (Libération, 1994 - Apothéloz e Chanet, 2003, p.150)

Os termos “**essas bodas**” e “**este casamento**” utilizados no exemplo (43) enfatizam as expressões usadas dentro do discurso. Para nós, o fato de tais expressões abrirem novos tópicos só enfatiza a idéia de que o demonstrativo apenas reforça o condicionamento

discursivo do uso. cremos, portanto, que esta característica, de saliência discursiva, seja própria de todos os encapsulamentos que fazem uso do demonstrativo.

Ao investigar o contexto de uso dos definidos no processo de nomeação, Apothélos e Chanet (2003) apresentam os seguintes fatores que favorecem a utilização do definido:

- ✓ A presença, na expressão nominal que comporta o substantivo predicator, de um complemento nominal designando um actante do processo identificado por este substantivo. Veja-se o exemplo (44):

(44) Os sérvios da Bósnia anunciaram ontem que eles iriam fechar a única estrada que permite, há quatro meses, os civis de entrar em Sarajevo. Segundo o porta voz das Nações Unidas, Claire Grimes, **o fechamento da estrada** deverá sobrevir a partir de hoje.
(L'Express, 1994 - Apothélos e Chanet, 2003, p.155)

No exemplo (44), o determinante equívale a um complemento nominal, satisfazendo à seguinte configuração: determinante definido + substantivo predicativo + complemento nominal, representado pela expressão “**o fechamento da estrada**”. O condicionamento apontado pelos autores parece ser puramente formal neste caso.

- ✓ Quando o lexema escolhido como substantivo predicator é um derivado morfológico do verbo que aparece na proposição nomeada, como se verifica no exemplo (45):

(45) A polícia local de Schwytz prendeu um suposto falsificador de dinheiro. (...) **A prisão** aconteceu em colaboração com a Interpol.
(Le Matin, 1994 – Apothélos e Chanet, 2003, p.158)

O autor explica o uso do definido, na expressão “**a prisão**”, pela razão de o termo utilizado ser um derivado morfológico do verbo **prender**, que aparece na sequência anterior. Haveria aqui, segundo o autor, uma motivação morfológica, não-funcional, argumento do qual discordamos, por defendermos, nesta pesquisa, que mesmo uma aparente neutralidade de expressões deste tipo tenha uma natureza funcional.

- ✓ Casos em que o objeto identificado pelo anafórico é uma enunciação compreendida por um de seus atributos, em particular por seu valor de ação, como no exemplo (46), abaixo:

(46) Dixit MC. Solaar: “*Foi graças à herança do jazz que o homem-macaco se tornou o homem-sábio*”. **O preceito**, que faz comungar uma geração de rappers em busca de boas vibrações, começa a ficar ultrapassado.

(Libération, 1994 – Apothéloz e Chanet, 2003, p. 160)

O termo anafórico “**o preceito**”, no exemplo (46), compreende os atributos da sequência de ação anterior. Este caso se aproxima dos rótulos meta-enunciativos, pois classifica um modo de dizer: *pergunta, afirmação, norma, preceito...*, ou ainda, *nomes metalingüísticos*, conforme classificou Francis (2003).

Salientamos a importância de conhecermos os fatores descritos acima, pois, em nossa pesquisa, nos deteremos nos encapsulamentos formados por sintagmas nominais, porém alertamos para o fato de que uma descrição que privilegie a oposição formal entre definidos e demonstrativos, como fazem os autores, relega a segundo plano o caráter funcional deste mecanismo coesivo.

Cavalcante (2001) revê os critérios acima descritos em um artigo cujo interesse é analisar essas “expressões nomeadoras”. Assim como Apothéloz e Chanet (2003), a autora ressalta alguns critérios de uso para a caracterização de tais expressões, marcadas pela definitude formal, motivo que, segundo ela, justificaria a presença de artigos definidos e/ou de elementos indiciais (demonstrativos ou circunstanciais) na estrutura lingüística destas expressões.

Para Cavalcante (2001), o definido é sempre permutável com o demonstrativo nos sintagmas nomeadores, o que nos parece uma generalização perigosa, de vez que, dependendo do contexto, nem sempre as duas formas são intercambiáveis. Para a autora, o problema central na análise destes sintagmas está em descobrir quando se emprega o definido, que corresponderia a nomeadores anafóricos, e quando se utilizam os demonstrativos ou advérbios, que formariam o que ela classificou como *dêiticos discursivos* (cf. Cavalcante 2000). A autora tem mostrado que as nomeações com definido cumprem procedimento anafórico, ao passo que as nomeações com demonstrativo desempenham procedimento dêitico. Não se confunda, aqui, anáfora como procedimento anafórico, nem dêixis com procedimento dêitico. Seguindo as reformulações dos estudos da própria autora (ver Cavalcante, 2003), diríamos que todos os encapsulamentos (ou nomeações) são, na realidade, anáforas. Elas só são simultaneamente dêiticas quando comportam um elemento dêitico, como demonstrativo, advérbio e alguns adjetivos dêiticos.

Cavalcante (2001) ainda salienta que os fatores identificados por Apothéloz e Chanet (2003) e por Koch (2001) como condicionadores do uso do definido são de ordem estrutural. Resumimos, abaixo, os fatores apresentados por Cavalcante (2001):

- ✓ Presença de um adjunto adnominal ou de um complemento nominal no SN rotulador, como no exemplo (47):

(47) A Câmara Municipal de Fortaleza pode estar um passo à frente na análise e discussão de projetos que tenham a mulher como tema. Desde o final do ano passado foi criada no Legislativo Municipal a Comissão da Mulher, da Juventude e da Criança. **A iniciativa do Legislativo Municipal** é pioneira, já que o Legislativo Federal e Estadual não dispõem de uma comissão permanente específica para a mulher.

(Editorial – Jornal O Povo- Cavalcante, 2001, p.12)

No exemplo (47), o complemento nominal do sintagma nominal “**a iniciativa**” é representado pela expressão “**do Legislativo Municipal**”.

- ✓ Substantivo derivado morfologicamente de nominalizações, como se observa no exemplo (48):

(48) “Terceiro, apresentarei os meus resultados oriundos de um trabalho ainda em andamento, que focaliza a variação, tomando em consideração as regras dos diferentes gêneros de texto. **A apresentação** segue com os aspectos tipológicos, que abrangem questões de nível universal (...)”

(artigo científico – Cavalcante, 2001, p.10)

O termo **a apresentação**, no exemplo (48), foi derivado morfologicamente do verbo *apresentar*.

- ✓ Nomes metalingüísticos propriamente ditos, constatados no exemplo (49):

(49) “ ‘- Obrigá papai noel [quando eu] [ileg] eu [ileg] abri o presente’. **A frase** é iniciada em discurso direto e imediatamente entra em discurso indireto, sem nenhuma marca.”

(artigo científico – Cavalcante, 2001, p.10)

No exemplo (49), observa-se o sintagma nominal “**a frase**” rotulando, por meio de uma expressão que se refere ao próprio código, a sentença anterior.

- ✓ Hiperônimos representados por nomes altamente genéricos, principalmente quando não seguidos de expansão e quando em posição de sujeito, como se vê no exemplo (50):

(50) “Apenas 9% estão nas indústrias, onde em geral as colocações são de melhor qualidade. Entre os homens, o percentual na indústria é de 27%. Com relação aos rendimentos, **a situação** não é melhor.”

(Jornal O Povo - Cavalcante, 2001,p.10)

Já no exemplo (50), a expressão “**a situação**” representa para o enunciado um genérico por natureza, ocupando a posição de sujeito da sentença à qual pertence. Diríamos que este caso de nomes gerais, como *situação*, *negócio*, *caso*, se aproxima do uso de pronomes demonstrativos neutros para encapsular proposições.

Cavalcante (2001) conclui esta parte de seu artigo apresentando dois aspectos que parecem comuns aos fatores estruturais mencionados: um maior grau de genericidade do nome rotulador, que lhe confere um poder mais sumarizador do que avaliativo, e, como consequência disso, um grau mais baixo de novidade para o destinatário. Esta observação é importante para nós, porque aponta para um fator de ordem funcional com a função de resumir através de um nome genérico.

Reconhecemos que, das considerações apresentadas pela autora, fica a idéia de que é possível falar em condicionamentos puramente formais da escolha do definido. Acreditamos, no entanto, que também a seleção de um definido seja motivada pragmaticamente. Não nos ocuparemos, contudo, dessa análise, pois ela foge ao escopo da presente pesquisa.

3.3 O caráter argumentativo dos encapsulamentos

Considerado importante recurso coesivo durante a elaboração do texto escrito, o encapsulamento anafórico, para Conte (2003), tem como a característica principal o aspecto argumentativo, especialmente quando o texto tem como sequência dominante (ver Adam, 1998) a argumentativa.

Para fornecer uma análise da característica argumentativa dos encapsulamentos, Conte (2003) ressalta como importantes, dentre outros, os estudos de Wanda d’Addio (1998, 1990), nos quais o encapsulamento anafórico é considerado primariamente como uma categorização dos conteúdos do cotexto precedente. Tal categorização, para a autora, ocorre por meio de nomes neutros, mas também se dá na avaliação dos estados de coisa por meio de nomes avaliativos que podem fazer parte de sintagmas nominais com um adjetivo avaliativo como

modificador, os quais a autora denomina termos “axiológicos”. Vejamos um exemplo de Conte (2003), onde um nome axiológico constitui um encapsulamento:

(51) É de ontem a notícia de que um superpetroleiro afundou ao largo da costa báltica derramando a carga inteira no mar. Hoje se pergunta: **esta enésima catástrofe ecológica** poderia ser evitada?

(Conte, 2003, p.181)

Para Conte (2003), em encapsulamentos cujo nome encapsulador é um nome axiológico, como no exemplo (51), o determinante demonstrativo é quase inevitável, já que existe um tipo de afinidade entre demonstrativos e termos avaliativos (axiológicos). Esses termos axiológicos, para a autora, fazem com que o texto ofereça uma avaliação dos fatos e eventos descritos. Esta é, basicamente, a mesma conclusão a que também chegaram Apothéloz e Chanet (2003). Veja-se o exemplo (52):

(52) Irado com a multidão que protestava contra ele, a apenas sete semanas da eleição geral, o presidente romeno Ion Iliescu saltou furioso de sua limusine e agrediu um jornalista da oposição.

Este incrível episódio, que provocou fortes reações, ocorreu no último sábado...

(Conte, 2003, p.186)

Segundo a autora, as mudanças de apresentação de detalhes para a generalização e a descrição de fatos ou eventos, como no exemplo (52), são pontos cruciais neste caso, revelando o ponto de vista do produtor do texto. Para ela, o encapsulamento anafórico opera tranqüilamente com esses pontos, pois funciona como um recurso coesivo e como princípio organizador, tornando-se um poderoso meio de manipulação do leitor, que recorre a complexos processos de inferência.

Salientamos, porém, que não basta reiterar a função primordialmente argumentativa dos encapsulamentos, pois isso seria apenas reafirmar que toda anáfora encapsuladora contribui para o desenvolvimento argumentativo dos discursos. Acreditamos que este recurso referencial, além de comportar, em si mesmo, a função argumentativa, pode apresentar outras funções e ainda tornar-se multifuncional, atendendo aos propósitos discursivos do enunciador.

CAPÍTULO IV: AS FUNÇÕES COGNITIVO-DISCURSIVAS DAS EXPRESSÕES NOMINAIS REFERENCIAIS

Neste capítulo, apresentaremos os trabalhos que se preocuparam com as funções discursivas das expressões referenciais. Dentre eles, destacamos quatro estudos recentes sobre o tema: a pesquisa de Matos (2005), que se propõe investigar as funções das recategorizações existentes nos processos de anáfora direta correferencial; e dois trabalhos de Koch (2004, 2006): o primeiro sobre o caráter funcional das expressões nominais referenciais e o segundo sobre a rotulação como estratégia textual de construção do sentido. Por fim, destacamos a pesquisa de Carvalho (2005), que investiga o funcionamento textual-discursivo dos rótulos em textos opinativos.

Embora Koch (2004) e Matos (2005) não tenham se detido em uma investigação específica das funções cognitivo-discursivas dos encapsulamentos, discutiremos estes trabalhos, ao longo deste capítulo, por investigarem as funções discursivas das expressões referenciais em geral, e analisaremos, dentre as funções atribuídas por Koch (2004) para as expressões referenciais, quais as que aparecem nas anáforas encapsuladoras.

4.1. Algumas funções cognitivo-discursivas das expressões referenciais

Koch (2004) defende que as expressões nominais referenciais desempenham uma série de funções cognitivo-discursivas importantes na construção textual do sentido. A autora trata da funcionalidade não apenas das anáforas encapsuladoras, mas das expressões nominais em geral, mas seu trabalho suscita investigações mais específicas sobre a funcionalidade de tipos particulares de expressões referenciais. A autora aponta as seguintes funções para as expressões referenciais nominais:

✓ *Ativação / reativação na memória:*

Koch (2004) postula que as expressões nominais podem funcionar como formas de remissão a elementos antes apontados no texto ou sugeridos através do co-texto precedente. Desta forma, estas expressões possibilitariam, segundo a autora, a sua (re)ativação na memória do interlocutor, isto é, sua alocação ou focalização na memória operacional. Representariam, além disso, uma recategorização ou refocalização dos referentes no discurso.

Para a autora, quando este processo é operacionalizado por uma expressão nominal, estas expressões, além de encapsularem e rotularem as informações-suporte, possuem, ainda, função predicativa. Koch (2004) trata esses casos como formas híbridas, por acumularem tanto a informação dada, como a informação nova, operação denominada por Schwarz (2000) como *tematização remática*. Muitas vezes, as expressões referenciais cumprem, ao mesmo tempo, as duas funções: de referência e de predicação, o que ocorre em todos os casos de avaliação explícita, conforme constatamos em nossos dados.

Já em estudo recente acerca do processo de rotulação, Koch (2006) defende que, através da sumarização/encapsulamento, ocorre uma categorização de um segmento textual, servindo como base para novas predicações do referente textual; os rótulos cumpririam, assim, uma **função cognitiva**. Neste caso, podemos apontar o exemplo (53), no qual o título “**deslavada mentira**” atua como um tipo claro de encapsulamento, pois condensa de forma prospectiva todo o texto, além de funcionar como instrumento de ativação de tudo o que conhecemos sobre mentira. Salientamos que, muitas vezes, as expressões referenciais cumprem, ao mesmo tempo, as duas funções: de referência e de predicação, o que ocorre em todos os casos de avaliação explícita.

(53) **Deslavada mentira**

Numerosas passagens históricas condenam a mentira, apesar de a chamada *lorota* ser usada somente por alguns seres vivos. Teologicamente, o termo é, de modo freqüente, num sentido diferente, de modo acessível, equivalente a infidelidade ou pecado. A partir de Santo Agostinho até o século XIX, a tradição católica é da mesma opinião que outrem na condenação do emprego de uma enunciação conscientemente falsa, i.é, em desacordo com o próprio pensamento. Santo Tomás, de acordo com alguns intérpretes, referia-se exclusivamente à intenção explícita e não à implícita.

H. Grócio e S. Pufendorf, a partir do século XVII, tornam público nova concepção de mentira, cuja aprovação foi aceita nos meios católicos, mas as exclusões não foram admitidas pelos célebres Kant e Fichte. Falsilóquio é mentira, afirmam estes dois: o falsilóquio injusto viola o direito alheio à verdade.

(Diário do Nordeste, 17/07/2005 – artigo de opinião)

✓ *Encapsulamento (sumarização) e rotulação*

Segundo Koch (2004), o encapsulamento funciona como uma função particular das nominalizações que sumarizam as informações-suporte contidas nas seqüências precedentes do texto. As expressões nominais encapsuladoras se transformariam em objetos-de-discurso. Aqui, a autora remete aos estudos de Schwarz (2000) para enquadrar os encapsulamentos nos casos de anáforas “complexas”, pelo fato de os encapsulamentos não nomearem um referente específico, mas referentes inespecíficos. Note-se que a autora inclui o próprio fenômeno de

encapsulamento como uma função de algumas expressões nominais definidas. Duas observações cabem aqui: primeiro, é preciso separar o fenômeno do tipo de função que ele desempenha, que é, neste caso, a resumitiva; segundo, deve ficar claro que tal função não é específica apenas das expressões nominais, muito menos das definidas, exclusivamente.

Para a autora, a interpretação dos encapsulamentos obrigaria o interlocutor a exercitar estratégias cognitivas (cf. Musseler e Rickheit, 1990) e ainda exigiria a interpretação de informações adicionais. A autora acrescenta que os encapsulamentos, além de rotularem informações do cotexto que as precede, seriam responsáveis pela elaboração de um tema que direcionaria as informações contidas nas seqüências seguintes.

Discordamos da autora em dois pontos: primeiramente, pelo fato de não se definir acerca da nomenclatura desta função, misturando uma das características do mecanismo, que é a sumarização, com o próprio fenômeno do encapsulamento. A autora também sugere que os encapsulamentos podem assumir outras funções, porém não desenvolve satisfatoriamente este aspecto, restringindo-se a mencionar como possíveis funções dos encapsulamentos a rotulação e o estabelecimento de um novo referente. Acreditamos que resumir e inaugurar um novo referente são características peculiares aos encapsulamentos.

Em pesquisa posterior, Koch (2006) atribui aos rótulos uma multifuncionalidade e, neste aspecto, como já enfatizamos no decorrer deste trabalho, concordamos com a autora, porém consideramos superficial, em seu trabalho, o fato de ela atribuir somente três funções discursivas aos rótulos: **a função cognitiva, a função de organização textual e a função de orientação argumentativa.**

Ainda neste artigo, Koch (2006) divide os rótulos, de forma provisória, segundo a autora, em dois grandes grupos: os que nomeiam/categorizam o conteúdo de proposições anteriores ou posteriores e os que atuam de forma metadiscursiva em relação às seqüências do discurso.

Para Koch (2006), os rótulos de conteúdo encapsulam de forma neutra. Questionamos, no entanto, tal neutralidade, pois defendemos que, mesmo sem carregar valor axiológico, o rótulo, ao qual nos referimos ao longo desta pesquisa como encapsulamento, pode ser utilizado para manter um ponto de vista neutro, ou seja, de não-envolvimento por parte do escritor, o que já é, em si, um tipo de posicionamento. A autora aponta como exemplo o caso seguinte:

(54) “O tratamento do diabetes passa por uma grande transformação. Da alçada da endocrinologia, a doença será de agora em diante considerada também uma especialidade

da cardiologia. **Essa ampliação** é decorrente da estreita relação entre o diabetes e os distúrbios cardiovasculares.

(Veja,2004 – Koch,2006, p.8)

A utilização do termo “**essa ampliação**”, em (54), objetiva manter a linha argumentativa do escritor, segundo a autora, revelando o pouco envolvimento com os fatos expostos, sendo, assim, intencional o uso da expressão em destaque.

Já os rótulos metadiscursivos que a autora trata especificamente como metaenunciativos acrescentam, de acordo com Koch (2006), uma qualificação ao ato de enunciação realizado pelos interlocutores, podendo acontecer de quatro formas:

- ✓ Categorizando-o como um ato ilocucionário (do tipo: promessa, ordem, conselho etc.) como no exemplo (55):

(55) O presidente afirmou em recente entrevista que não é um neoliberal, mas que defende um Estado Moderno (...) **A explicação** não convenceu os presentes.

(Koch, 2006,p.9)

- ✓ Categorizando-o como resultado de um determinado tipo de operação cognitivo-discursiva, como em (56):

(56) Dixit MC. Solaar: “Foi graças à herança do jazz que o homem-macaco se tornou o homem-sábio”. **O preceito**, que faz comungar uma geração de rappers em busca de boas vibrações, começa a ficar ultrapassado.

(Libération,1994 – Apothéloz, 2003, p.160)

- ✓ Fornecendo-lhe uma denominação metalingüística, como no termo “**a frase**” em (57):

(57) “ ‘- Obrigá papai noel [quando eu] [ileg] eu [ileg] abri o presente’. **A frase** é iniciada em discurso direto e imediatamente entra em discurso indireto, sem nenhuma marca.”

(artigo científico – Cavalcante, 2001, p. 10)

- ✓ Anunciando uma atitude metaenunciativa do produtor em relação a uma denominação anteriormente presente no texto. Este tipo de anáfora, denominado por Carvalho (2005) de rótulos parafrásticos, são, para Koch (2006), fatos de polifonia, como no caso do termo “**esse caminho** ” em (58):

(58) “ao considerar a situação de dependência, na análise de desenvolvimento da América Latina, o que se pretende ressaltar é que o modo de integração das economias nacionais

no mercado mundial supõe formas definidas e distintas de inter-relação dos grupos sociais de cada país, entre si e com os grupos externos”. Um amontoado de generalidades, sem qualquer sentido ou realidade.

Difícil encontrar algo mais vazio... Por **esse caminho** o autor chega à conclusão, que aparenta ser apenas idiota, para dizer o mínimo: o caminho do desenvolvimento é a dependência ou a subordinação às nações imperiais em processo que ganhou a designação de globalização, palavra mais moderna para enganar mentecaptos.

(Caros Amigos, Agosto/00 – Carvalho, 2005, p.141)

✓ *Organização macroestrutural*

Sobre a contribuição das formas remissivas nominais para a organização macrotextual, Koch (2004) concorda com Francis (2003) ao afirmar que elas funcionam como sinalizadores argumentativos, podendo indicar que a seqüência textual anterior foi fechada, ou ainda que o autor pretende direcionar sua argumentação para um estágio seguinte.

Neste caso, os encapsulamentos colaboram, segundo a autora, para os processos de retroação e progressão textual, tornando-se recurso indispensável para a introdução, mudança ou desvio de tópico, assim como para a ligação entre tópicos e subtópicos, como podemos constatar em (59), no qual a anáfora encapsuladora “**outro aspecto**” serve de mecanismo de mudança de tópico no texto e, através do movimento de prospecção, ajuda a estabelecer a progressão textual.

(59) Não existem critérios lingüísticos objetivos para distinguir claramente idiomas de dialetos e estes de falares regionais. O prestígio político das partes envolvidas é sem dúvida um dos fatores considerados. Não estou, com essas observações, defendendo que as pessoas deixem de aprender o castelhano ou se satisfaçam com o portunhol. Só afirmo que a prioridade do espanhol é, no meu entender, mais baixa que a do inglês e de outras duas ou três línguas européias que, valendo-me de um critério que combina legado literário e dificuldade de compreensão, parecem-me mais fundamentais.

Outro aspecto a considerar é o dos lobbies interessados. Estamos falando da contratação de um exército de várias dezenas de milhares de professores. A disputa pelo material didático a ser adotado também tende a ser uma briga de foice. Sintomaticamente, editoras espanholas vêm nos últimos anos conquistando espaço crescente no mercado editorial brasileiro. Longe de mim sugerir que deputados tenham recebido mensalões dos espanhóis, mas não creio que os mais altos interesses do Brasil tenham sido observados na votação desse dispositivo.

(Folha on-line, 14/07/2005 - artigo de opinião)

Acreditamos que este reconhecimento acerca da contribuição dos encapsulamentos para a organização micro e macroestrutural do texto tenha levado a autora, em estudo posterior (Koch, 2006), a atribuir aos rótulos a função de organização textual.

✓ *Atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo*

Para Koch (2004), o uso de um hiperônimo com função anafórica pode funcionar como uma forma de atualizar os conhecimentos do interlocutor, ou seja, de glosar um termo desconhecido por ele, como no exemplo (60), de Apothéloz e Reichler-Béguelin (2003), destacado por Koch (2004), em que se ilustra um caso de “hiperônimo corrigido”:

(60) O argônio é um elemento encontrado em diminuta proporção na atmosfera terrestre.
Este gás nobre incolor e inodoro é utilizado no enchimento de lâmpadas elétricas.
 (Apothéloz & Reichler-Béguelin, 1995 – Koch, 2004, p.74)

Segundo a autora, mesmo que o interlocutor não tenha o conhecimento lexical do termo, no caso do exemplo “**o argônio**”, o próprio discurso poderá levar o leitor à construção desse conhecimento através do que se predica sobre o referente. Esta constatação, embora seja exemplificada com uma anáfora direta correferencial, é de grande relevância para nossa pesquisa, porque aponta para o emprego deste mecanismo anafórico, como veículo colaborador para a manutenção da argumentatividade textual, traço inerente aos encapsulamentos. Uma das constatações de nossa pesquisa é que essa função também aparece nas anáforas encapsuladoras, conforme discutiremos na próxima seção deste trabalho.

✓ *Especificação por meio da seqüência hiperônimo/ hipônimo*

Koch (2004) denomina de anáfora especificadora os casos em que ocorre um refinamento da categorização, freqüentemente introduzida, segundo a autora, por artigo indefinido. Para Koch, este caso de anáfora pode fornecer, de forma condensada, novas informações acerca do objeto-de-discurso, como em (61):

(61) **Uma catástrofe** ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. **Uma epidemia de Ebola** já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva.

(Koch, 2004, p.74)

Este caso nos parece muito próximo do anterior, (60), porque também parece cumprir uma espécie de função informativa. A diferença entre eles reside num aspecto semântico, pois, no exemplo (61), especifica-se uma generalização feita antes. No caso das anáforas encapsuladoras, não identificamos esta função nas amostras que compõem nosso *corpus*, o que não significa que não possam desempenhar esta função em outros contextos de uso, não

presentes em nossos dados.

✓ *Construção de paráfrases definicionais e didáticas*

As paráfrases realizadas por expressões nominais, para Koch (2004), podem funcionar como elaboradoras de definições, denominadas “definicionais” e “didáticas”, por proporcionarem também a ampliação do léxico na memória do interlocutor. No caso das anáforas definicionais, o termo técnico (*definiendum*) é antecipadamente introduzido, e o *definiens* é representado pela expressão anafórica, podendo vir acompanhada, segundo a autora, por expressões como “**um tipo de**”, “**uma espécie de**”, como no exemplo (62):

(62) Entre os conjuntos musicais populares do Nordeste brasileiro encontram-se, ainda, as bandas de **pífaros**. É bastante curioso ouvir **esta espécie de flautim militar, que produz sons agudos e estridentes**.

(Koch, 2004, p.75)

Já nas anáforas didáticas, a ordem de aparecimento dos termos apresenta-se de forma inversa dos casos de anáforas definicionais. Segundo Koch (2004), primeiramente, na sequência introdutora, apresenta-se o *definiens*, representado no exemplo (63) pela expressão “**aparelhos que indicam a direção dos ventos de superfície**” e, posteriormente, aparece o *definiendum*, representado pelo termo “**as birutas**”.

(63) Para orientar as manobras dos aviões, os aeródromos são dotados de aparelhos que indicam a direção dos ventos de superfície. **As birutas**, que têm a forma de sacola cônica, são instaladas perpendicularmente à extremidade de um mastro.

(Koch, 2004, p.75)

Este tipo de anáfora representa uma importante estratégia na elaboração de gêneros didáticos e de divulgação científica, como bem observa Koch (2004), por auxiliar na definição ou introdução de um vocabulário técnico de forma prática. Não encontramos, em nossa amostra, nenhuma ocorrência de anáfora encapsuladora exercendo tal função, mas não descartamos a possibilidade de ela se dar em outros usos.

Todas essas possibilidades de função, pioneiramente definidas por Koch, precisam ser testadas em um *corpus* mais amplo e mais diversificado de gêneros. A autora propõe funções aplicáveis a expressões nominais em geral; algumas parecem ser mais próprias, às vezes, de um tipo de anáfora do que de outro. Certas funções se evidenciaram entre as anáforas

encapsuladoras e foram confirmadas por nossos dados; outras (como esta), porém, precisam ainda ser investigadas por pesquisas posteriores.

✓ *Introdução de informações novas*

Koch (2004) define a operacionalidade desta função por meio da *relação de pára-sinonímia* e *pela introdução de novas informações do referente*. No primeiro caso, a autora postula que a anáfora nominal introduzida pelo demonstrativo prende o referente à denominação que representa um sinônimo presente no cotexto, carregando, neste caso, informações antes desconhecidas acerca do objeto-de-discurso, como no exemplo (64):

(64) A polêmica parecia não ter fim. Pelo jeito, **aquele bate-boca** entraria pela noite adentro, sem perspectiva de solução.

(Koch, 2004, p.76)

Já nos casos de introdução de novas caracterizações do referente, a autora aponta como freqüente a apresentação de informações novas sobre o referente através da anáfora nominal (definida ou indefinida) com a intenção de discriminá-lo de uma forma específica, como em (65):

(65) O prefeito é especialmente exigente para liberar novos empreendimentos imobiliários, principalmente quando estão localizados na franja da cidade ou em áreas rurais(...) O crescimento urbano tem de ser em direção ao centro, ocupando os vazios urbanos e aproveitando a infra-estrutura, não na área rural, que deve ser preservada, repete **o urbanista que entrou no PT em 1981 como militante dos movimentos populares por moradia**.

(Caros amigos, n.º 78, 2003 – Koch, 2004, p.76)

Acreditamos que esta função de **introdução de informações novas** se assemelhe à de *atualização de conhecimentos por meio de glosas* e ainda se aproxime também da de *especificação por meio da seqüência hiperônimo/hipônimo*. As três coincidem quanto à estratégia textual do locutor de preocupar-se com a atualização dos conhecimentos do interlocutor. Em vista disso, sugerimos que estas funções possam condensar-se em uma só. No que tange às anáforas encapsuladoras nominais, podemos afirmar que constitui um traço peculiar a elas o fato de introduzirem uma expressão referencial nova no discurso, a qual, quase sempre, porta informações novas, exceto quando se manifestam por nomes gerais, do tipo *coisa, assunto, negócio* etc.

✓ *Orientação argumentativa*

A orientação argumentativa pode ocorrer, segundo Koch (2004), pela utilização ou não de expressões metafóricas, representando um importante mecanismo de divulgação do ponto de vista do locutor dentro do texto (Koch, 2006). Tal recurso é considerado freqüente pela autora em gêneros opinativos, como no exemplo (66), extraído de nossos dados:

(66) “Grave erro de política internacional (...), megalomania condenável (...), mero luxo injustificável...”. Sosseguem, não é a candidatura brasileira ao Conselho de Segurança, como poderia parecer, que foi assim fulminada pelo “Jornal do Brasil”. Na época, aliás, ninguém sonhava com ONU ou Conselho de Segurança. O objeto da ira do jornal era bem mais prosaico. Na véspera, mais de cem anos atrás, Brasil e Estados Unidos tinham elevado a embaixadas suas missões diplomáticas em Washington e no Rio de Janeiro. Foi no longínquo 13 de janeiro de 1905.

O leitor de hoje nem compreenderá porque tanta severidade com **ato tão inocente**. Afinal, todo mundo tem agora embaixadas, até microestados de alguns milhares de habitantes. Não foi sempre assim, porém. Faz um século, eram raras as embaixadas. Quase apanágio de potências importantes. Na capital americana, não passavam de sete – quase 200 em nossos dias – e havia uma só latino-americana, a do vizinho México. No Rio, não havia nenhuma. A fim de elevar a embaixada uma legação, não bastava querer. Era preciso que o outro país também quisesse.

(Diário do Nordeste, 23/07/2005 – cartas ao leitor)

No exemplo (66), vemos que o emprego da anáfora encapsuladora “**ato tão inocente**” direciona a atenção do leitor para o ponto de vista defendido pelo autor, mantendo a linha argumentativa que ele pretende desenvolver no texto.

Todavia, acreditamos que certas expressões encapsuladoras podem contribuir para a orientação argumentativa do texto sem revelar explicitamente uma avaliação, como através da utilização da expressão “**outro ponto comum**”, em (67), que, diferente de (66), auxilia na condução argumentativa do texto, sem manifestar claramente o ponto de vista do enunciador.

(67) A façanha de Bin Laden poderia ter sido maior, poderia ter derrubado, a um só tempo, além das Torres Gêmeas e do Pentágono, a Estátua da Liberdade, a Casa Branca, a torre Eiffel e o Big Ben que jamais passaria perto de obter o que, em sua mente desvairada, imaginam os ideólogos do terrorismo apocalíptico. O terror é sempre a resultante da luta de quem, de saída, não pode vencer. Quanto mais direcionado a alvos civis, a gente comum que trafega pelas ruas e que vai ao trabalho, maior é a tradução da sua impotência.

Outro ponto comum entre as duas ideologias é a atração que exercem sobre a juventude. Os operários do terror são todos jovens, com raras exceções. Hasib Mir Hussain, morador da suburbana Leeds, tinha apenas 18 anos quando saiu em missão com uma mochila-bomba nas costas, na manhã do último dia 7. Havia se tornado religioso aos 16. Jovem como os mais radicais anarquistas modernos que, na mesma época, se batiam contra a polícia nas redondezas de Edimburgo, onde se reuniam os governantes dos países mais ricos do planeta.

(Diário do Nordeste, 17/07/2005 – Cartas ao leitor)

Com base nesta constatação, diremos, à falta de um termo que melhor explicita esta idéia, que toda expressão referencial é argumentativa, pois colabora com a orientação argumentativa de um discurso, mas que somente algumas revelam claramente, por meio de recursos lexicais, a avaliação pretendida. Assim, empregar um encapsulamento do tipo *esse assunto* não é o mesmo que usar *essa divergência*, por exemplo, porque, neste último, o ponto de vista da voz que ele representa está evidentemente contido na própria anáfora encapsuladora.

✓ *Categorização metaenunciativa de um ato de enunciação*

Koch (2004) afirma que as expressões nominais admitem introduzir, no texto, referentes denominados por Apothélos (1995) de “objetos clandestinos”, por comportarem-se metaenunciativamente, sem provocar uma recategorização do conteúdo da predicação, mas a avaliação de um ato de enunciação. Isto comprovaria a dinamicidade dos objetos-de-discurso durante o processo de interação verbal, no qual os referentes são construídos e reconstruídos, como no exemplo (68):

(68) “O que falta é um **promoter** ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil.” **A bronca** não é de nenhum **popstar** ou dinossauro do **rock** que ainda não pisou no país, mas do mineiro Max Cavalera, ex-vocalista do Sepultura e atual líder do Soulfly.

(Folha de S.Paulo, Março, 2001 – Koch, 2004, p.78)

Observa-se que as informações difusas do exemplo (68), “**O que falta é um promoter ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil**”, erigem-se em um referente categorizado pelo termo axiológico “**a bronca**”, que comporta uma avaliação feita pelo escritor. Por entendermos que as anáforas encapsuladoras podem apresentar uma função baseada no universo discursivo criado pelos interlocutores, atribuímos a denominação de **função metaenunciativa** aos casos que ilustram esta característica.

4.2 As funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais presentes nas anáforas encapsuladoras

Nesta seção, tencionamos analisar, dentre as funções apontadas por Koch (2004) para as expressões referenciais, quais as que também estão presentes no mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras. Verificamos, no decorrer de nossas análises, que estas anáforas possuem características e funções que as identificam como um grupo anafórico autônomo dentro do quadro de expressões referenciais. Entendemos, no entanto, que a intenção da autora era chamar a atenção para a função de resumir proposições, o que, como mostraremos, é intrínseco a qualquer encapsulamento.

De acordo com o exame de nossos dados, as seguintes funções classificadas por Koch (2004) para as expressões referenciais não se apresentam entre as anáforas encapsuladoras: **especificação por meio de hiperônimo/hipônimo, construção de paráfrase definicionais e didáticas**. Entretanto, como dissemos, não podemos afirmar, taxativamente, que elas não possam se dar em outra amostra, e deixamos esse veio de análise para estudos futuros. Verificamos, por outro lado, que as anáforas encapsuladoras desempenham algumas outras funções próprias de algumas expressões referenciais em geral, que são: **ativação/reativação na memória, organização macroestrutural, atualização de conhecimentos por meio de glosas através do uso de hiperônimo, introdução de informações novas, orientação argumentativa e categorização metaenunciativa de um ato de enunciação**, as quais discutiremos em seguida.

✓ Ativação / reativação na memória

Partindo da afirmação de Koch (2004) de que algumas expressões nominais possibilitam a (re)ativação, na memória do interlocutor, de referentes anteriormente apresentados no texto, verificamos que as anáforas encapsuladoras, estudadas em nossa pesquisa, também podem desempenhar este importante papel, contribuindo de forma decisiva para a progressão textual, reativando informações diluídas no contexto. É o que podemos observar no exemplo (69), no qual o enunciador utiliza o termo “**esta mensagem**” para ativar na mente do co-enunciador um conhecimento sobre o que se toma por “**mensagem**”, tentando, a um só tempo, imprimir um tom humorístico e disfarçar a seriedade do texto, porque sabe que ninguém compreenderá o conteúdo como sendo o de uma carta do leitor, pois há evidências de que se trata do gênero anúncio.

(69) Moça da Sociedade Paulista

Empresário europeu deseja conhecer, para fins de amizade e breve compromisso, moça de elevada índole moral, culta, de inegável beleza física e com convicção interior e sensibilidade, que o faça acreditar que ainda existem mulheres de bons princípios, caráter íntegro, romântico, que crêem na existência e encontro do verdadeiro amor.

Características pessoais: europeu, 38 anos, livre, 1,77m, 75Kg, situação financeira e social definida, ótima apresentação.

Características pretendidas: 26/34 anos, livre, exigente em relação ao que quer da vida, entretanto simples, meiga, voltada prioritariamente ao lar, de boa família, companheira e amiga.

Pede-se foto de corpo inteiro e carta de próprio punho que serão devolvidas em sigilo.

Se você existe, pode confiar e escrever sem receios. **Esta mensagem** é absolutamente séria.

Caixa postal: xx.xxx.xxx CEP:xx.xxx-xxx

São Paulo

(O Estado de São Paulo, 2000 – anúncios)

✓ Organização macroestrutural

Constatamos que as anáforas encapsuladoras, além de poderem proporcionar o avanço ou recuo de informações na dinâmica textual através dos movimentos de prospecção e retrospecção, podem, ainda, remeter para frente e para trás ao mesmo tempo, movimento denominado em nossa pesquisa de remissão retroprospectiva. Constatamos que as anáforas encapsuladoras atuam como recurso indispensável na organização da macroestrutura textual, podendo orientar o leitor para as informações importantes no texto. Veja-se, por exemplo, a expressão “**esse procedimento**”, utilizada em (70), que resume retrospectivamente as orientações anteriores, e ainda alerta para a necessidade do respeito a elas. A expressão organiza todo um pedaço de informação descrito anteriormente e define essa macroestrutura como um “procedimento”.

(70) CARREGAR A BATERIA

Com o telefone desligado, carregue a bateria por 8 horas antes do seu primeiro uso. Use o telefone até que a bateria esteja completamente descarregada. Repita **esse procedimento** mais duas vezes, perfazendo um total de três ciclos de carga.

Conecte o carregador a uma tomada de corrente alternada;

Com o telefone desligado, conecte o cabo do carregador à base do telefone. Se o telefone estiver ligado, os avisos carregador conectado e carregando aparecem. O indicador de carga da bateria (ou barra indicadora) aparece no visor e começa a oscilar. Se a bateria estiver completamente descarregada, as barras do visor podem levar alguns minutos para aparecer no visor.

Quando a barra indicadora para de oscilar, a bateria estará carregada. Desconecte o carregador da tomada e do telefone.

Importante: não deixe a bateria ligada a um carregador por mais de 72 horas, pois a carga excessiva pode encurtar sua vida útil.

(Manual do usuário de telefone celular, Nokia, 2002)

✓ **Atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo**

De acordo com a análise de nossa amostra e com o que foi postulado por Koch (2004) acerca das funções cognitivo-discursivas para as expressões referenciais, observamos que, em alguns casos, as anáforas encapsuladoras são utilizadas para glosar um termo, visando orientar a compreensão do interlocutor. É o que podemos verificar em (71), no qual o autor utiliza a expressão encapsuladora “**a quimera**” com a função de introduzir toda a seqüência posterior, demonstrando prospectivamente uma avaliação da seqüência que iniciará, o que ilustra o caso das anáforas que cumprem a função de **glosa por definição** (cf. Matos, 2005).

(71) **A quimera** de que é necessário e possível derrubar a golpes violentos – de preferência em um só e certo chofre que dê início ao desabamento sistêmico – o mundo equivocado que nos oprime ou que está em franco desacordo com nossas convicções povoa o ideário que nos é próximo há muito tempo.

(Folha on-line, 15/07/05 – artigo de opinião)

✓ **Introdução de informações novas**

As anáforas encapsuladoras, através de sua lexicalização, podem introduzir informações diluídas no co-texto e, ao mesmo tempo, promover referentes no decorrer do discurso, condensando, desta forma, duas funções típicas das expressões referenciais apontadas por Koch (2004): **função de introdução de informações novas** e a **função de ativação/reativação de referentes na memória**.

Partindo desta constatação, decidimos atribuir aos encapsulamentos apenas a **função de ativação de referentes novos**, por acreditarmos que estas anáforas, como mostraremos no decorrer deste trabalho, servem como estratégia empregada na ativação de novos objetos do discurso, tornando-se, assim, recurso indispensável para a condução da linha argumentativa do texto e para sua conseqüente progressão. É o que podemos verificar claramente pelo movimento de prospecção, realizado pela expressão “**o convite**” em (72), chamando a atenção do leitor para uma interessante proposta de viagem.

(72) Olá....

Só vi seu e-mail agora...sexta de manhã...:):) Vc já deve está trabalhando, né? Eu vou trabalhar em casa hj.....provas e trabalhos....aulas pra preparar....:):)

Quanto a repetir a conversa.....adoraria!! até pensei nisso /ontem.../eu /te liguei mas estava na secretária...nem fui pra net ontem...fui lerlamentei sua ausência.....:):)

Refaço **o convite**: quem sabe qualquer hora dessas/ você não aparece por aqui, prá conhecer os encantos (muitos encantos) do Ceará?

(EEm11, e-mail pessoal, Prottexto)

✓ **Orientação argumentativa**

Defendemos que a natureza argumentativa destas anáforas é inegável e que, através delas, o enunciador pode nortear o percurso argumentativo que pretende dar ao texto, podendo oferecer ao leitor uma avaliação dos fatos e eventos comentados. Tais pressupostos, também endossados pela análise de nossos dados, nos levaram a atribuir às anáforas encapsuladoras as seguintes funções: a de **orientação argumentativa** e a **função de avaliação explícita**.

Através da análise dos termos encapsuladores “**desse ângulo**”, em (73), e “**esses antecedentes**”, em (74), podemos observar que, utilizando estas anáforas, o produtor do texto pode apenas ajudar a conduzir a linha argumentativa do texto, servindo de ponte para a explicitação de uma tese, como em (74), ou pode, através das anáforas encapsuladoras, apresentar o ponto de vista do enunciador, de forma mais aparentemente neutra, como em (74), ou de modo mais explícito, como através da expressão “**esta baderna**” em (75):

(73) **O Direito ao Trabalho em Condições Justas**

O trabalho permite a pessoa humana desenvolver sua capacidade física e intelectual, conviver de modo positivo com outras pessoas e realizar-se integralmente como pessoa. Por isso, o trabalho deve ser como um direito de todo ser humano.

Mas o trabalho é, ao mesmo tempo, o modo pelo qual cada pessoa expressa a solidariedade devida às demais pessoas, é o meio através do qual cada um dá sua retribuição por tudo o que recebe dos demais. Visto **desse ângulo**, o trabalho é um dever de toda pessoa humana.

Todas as atividades que contribuem para melhorar a qualidade de vida das pessoas, aumentando o bem-estar material, proporcionando satisfação estética, favorecendo o equilíbrio psicológico e propiciando a paz espiritual, são dignas e úteis. Assim, todos os trabalhadores são iguais merecedores de respeito, sejam qual for o trabalho que executem, pois todos contribuem para que as outras pessoas tenham atendidas suas necessidades básicas e possam viver melhor.

(DALLARI, Dalmo de Abreu. In: Viver em sociedade. São Paulo: Moderna, 1985.)

(74) Era fim-de-mundo, no final da Ladeira da Consolação. Lá residiam ao imigrantes recém-enriquecidos: Martinelli, Crespi, Matarazzo, Riskallah, Von Bullow. Após isso, aí pelos anos 50 e 60, o acelerado processo de urbanização da cidade varreu dali os 24 casarões, como o que ocupava o n.º 46 da avenida. No seu lugar, surgiram prédios, alguns deles, enquadrados entre os mais modernos do mundo como o Citibank e o Banco Sudameris.

Já completamente ladeada e prédios de porte, foi a recente inauguração do metro que lhe conferiu novo charme.

Com todos **esses antecedentes**, ela é hoje, apesar das contradições, a avenida mais moderna, mais dinâmica, mais nervosa da cidade, eleita pelos próprios moradores, como mais fiel retrato de São Paulo.

(Folha de São Paulo, 20/11/91)

(75) Aos 97 anos, Eugênio Gudim disse o seguinte: “Já quase alcancei os 100 anos e estou indo embora, mas vou com muita pena de meus patrícios, enquanto os homens não melhorarem o Brasil não vai melhorar. **Esta baderna** que estamos vendo é fruto exclusivo da incapacidade de nossos homens. Temos que nos conscientizar de que não podemos trocar homens ordinários, por outros também ordinários”.

(JoEd 03 – Editorial, Prottexto)

✓ **Categorização metaenunciativa de um ato de enunciação**

Reconhecemos, em nossa pesquisa, a **função metaenunciativa** como aquela que, de acordo com Koch (2004), nomeia o próprio ato de fala. Através de expressões que apresentam esta função, observamos que o discurso é condicionado pelo grau de formalidade escolhido pelo escritor para seu texto, ou ainda pelo poder que pretende dar ao texto, exigindo do leitor um conhecimento cultural e metalingüístico, como podemos observar através da anáfora “**essa explicação**”, em (76), que se reporta ao hábito de atribuírem razões falsas às questões bélicas que envolvem os africanos.

(76) A mídia internacional adora explicar que as guerras na África são consequência de diferenças étnicas, particularmente entre os grupos hutus e tutsis, majoritários na região. Aparentemente, os números são assustadores. Basta lembrar a guerra entre os grupos hutus e tutsis de Ruanda e Burundi, que matou pelo menos 1 milhão de seres humanos, entre abril de 1994 e maio de 1997, além de deixar centenas de milhares em miseráveis campos de refugiados, expostos a todo tipo de peste e desnutrição.

“**Essa explicação**” étnica é útil, confortável e racista. Útil porque esconde aqueles que lucram com a guerra (incluindo os que vendem armas em troca de diamantes, ouro e outras riquezas) (...)

(Caros Amigos, jul/00, p.34)

A maioria dessas funções propostas por Koch(2004) foi retomada por Matos (2005), que analisou as funções cognitivo-discursivas presentes nas anáforas correferenciais recategorizadoras. Investigaremos se o quadro de funções apontados pela autora apresenta-se também nos dados que compõem nosso *corpus*.

4.3 As funções cognitivo-discursivas das recategorizações

Em uma pesquisa que objetiva investigar o caráter funcional das recategorizações existentes nos processos de referenciação, Matos (2005) investigou as funções cognitivo-discursivas das anáforas correferenciais, propondo a seguinte classificação das funções argumentativas deste tipo de anáfora:

- 1) – função avaliativa
- 2) – função não-avaliativa
- 3) – função de glosa, a qual se subdivide em:
 - a) *glosa por definição*
 - b) *glosa por correção*
 - c) *glosa por especificação*
- 4) – função estético-conotativa

Matos (2005) ressalta que, sob o aspecto estrutural, as funções apontadas podem manifestar-se através de instrumentos lingüísticos do tipo: paráfrase, nomes gerais, nomes metalingüísticos, nomes especificadores (hipônimos), nomes que expressam relação metonímica, expressões nominais, dentre outros.

A autora defende, ainda, que a escolha das manifestações semântico-formais das recategorizações não é aleatória, pois tal seleção, segundo ela, atende aos propósitos enunciativos do enunciador. Contudo Matos (2005) alerta para o fato de que, sobre os aspectos formais relacionados a estas funções, pesquisas mais completas devem ser desenvolvidas.

Com base na manifestação das funções descritas em sua pesquisa, Matos (2005) chama a atenção para a necessidade de observação do contexto no qual cada recategorização se insere e defende a multifuncionalidade da anáfora correferencial recategorizadora. Argumenta a autora que somente as funções avaliativa e não-avaliativa são mutuamente excludentes, pois cada expressão recategorizadora terá a função avaliativa ou não-avaliativa, podendo estas últimas co-existirem com as demais, auxiliando na construção dos sentidos do enunciado. Tal constatação também se aplica às anáforas encapsuladoras, que são multifuncionais e sempre argumentativas.

Resumiremos, em seguida, o que a autora propõe para cada uma das funções apontadas para os casos de anáfora recategorizadora:

1) *A função avaliativa*

Para Matos (2005), a função avaliativa ocorre quando há uma denominação axiológica, ou seja, um juízo de valor formulado na recategorização, atribuindo, assim, um sentido valorativo à expressão, representado pelo emprego de expressões ou paráfrases nominais que demonstram uma determinada opinião ou posicionamento sobre o objeto referido. Segundo a autora, esse tipo anafórico equivale ao que Apothélos e Reichler-Béguelin (1995) denominam como “argumentação”. No caso dos encapsulamentos, verificamos que contribuem diretamente para o desenvolvimento argumentativo, mas que nem todos são explicitamente avaliativos.

Matos (2005) defende que a argumentação não está presente apenas em um tipo de recategorização, mas em todas, posicionamento que também sustentamos aqui com relação às anáforas encapsuladoras. Desta forma, a autora concorda com Koch (1999) sobre a natureza ideológica, em maior ou menor grau, dos discursos. Matos (2005) defende, ainda, que a função argumentativa está diluída em todas as outras, ainda que dependa dos contextos. As outras funções estariam sujeitas, na verdade, aos propósitos argumentativos.

Apontaremos um exemplo selecionado por Matos (2005) para ilustrar a função argumentativa em alguns casos de recategorização:

(77) Novo! Gillette MACH 3 Turbo

A Gillette apresenta **uma inovação que vai virar o mundo do barbear de cabeça para baixo**. Com o novo Gillette MACH3Turbo, você tem um barbear mais confortável em qualquer direção, mesmo no sentido contrário ao crescimento dos pêlos. As inovadoras lâminas, os microsensores mais flexíveis e a fita lubrificante reforçada garantem que você possa escanhoar sem irritar a pele. Tudo para um barbear mais suave. Alguém contra?

Barbear confortável mesmo quando os pêlos são do contra.

Suavidade em todos os sentidos.

(Veja, maio, 2005-Matos, 2005 p.103)

No exemplo (77), a utilização da expressão axiológica “**uma inovação que vai virar o mundo do barbear de cabeça para baixo**” no gênero anúncio oferece ao interlocutor uma avaliação bastante positiva do referente, tencionando convencê-lo da importância do novo produto.

Em relação à observação dos casos de anáfora encapsuladora analisados, defendemos que a natureza argumentativa destas anáforas é característica inerente à elas, podendo ser expressa de forma mais avaliativa ou não. Como ocorrência de termos encapsuladores que expressam explicitamente o ponto de vista do produtor do texto, podemos citar o termo “essa

nova postura da administração pública”, em (78), que, além de ser avaliativo, também recategoriza a sequência anterior.

(78) O Brasil parece ter ingressado definitivamente numa era nova, em que os discurso dos governantes sobrepõe à ação de governar. Ou seja, vai-se tornando comum a prática de substituir o enfrentamento dos problemas pela solução de dá-los por resolvidos ou de aceitá-los como contingência normal e irrefutável.

A análise de alguns acontecimentos aparentemente isolados termina por revelar **essa nova postura da administração pública**.

(Jornal O Povo, set / 00)

2) *A função não-avaliativa*

Segundo Matos (2005), esta função se caracteriza por não apresentar juízos de valor na sequência recategorizadora. Neste caso, esta anáfora desempenha uma função referenciadora de forma atributiva, sem acrescentar, segundo a autora, avaliações ao objeto reativado, como no exemplo (79):

(79) Estão abertas as inscrições para o curso de Redação para o Vestibular de Direito, Medicina e Enfermagem (UVA/UFC). O curso será ministrado pelo professor Vicente Martins, mestre em educação e docente do curso de Letras, com larga experiência no ensino de redação para o vestibular. (...)

Durante o curso, **o ministrante** vai utilizar o método processual de escrita que consiste na elaboração de textos em partes. (...)

(Jornal da UVA, 2005 - Matos, 2005 p.107)

Para a autora, o termo recategorizado “**o ministrante**” estaria isento de qualquer juízo de valor por parte do escritor, daí por que ela tratou o caso como função não-avaliativa. Não assumiremos, aqui, no entanto, o posicionamento de que as anáforas encapsuladoras podem ser ou não avaliativas. Diremos que todas cumprem função argumentativa e avaliativa, mas que, somente em algumas ocorrências, o produtor deixa marcas explícitas do ponto de vista que assume no seu texto, como podemos constatar no exemplo (78) apresentado anteriormente, porém, em casos como (80), observamos que o autor utiliza o termo encapsulador, representado, neste exemplo, pela expressão “**uma dúvida**” para conduzir a linha argumentativa do seu texto, sem revelar explicitamente seu ponto de vista, ou seja, sem fazê-lo incidir sobre a própria anáfora encapsuladora.

(80) Como cidadã, revolta-me saber de esquemas de lavagem de dinheiro e de sonegação, até porque essa imagem dificulta a defesa dos cidadãos em geral. Mas **uma dúvida** permanece: por que será que na investigação de particulares há essa devassa de privacidade, esse cerceamento abrupto de defesa e essas prisões liminares, enquanto no

caso de políticos corruptos, que roubaram o dinheiro de milhares de brasileiros e que até já assumiram sua infração, o que se vê é um show de palhaçada nacional?

(Diário do Nordeste, 17/07/2005 – artigo de opinião)

3) A função de glosa

Em sua proposta de classificação, Matos (2005) define a função de glosa como responsável por recategorizar um referente com o objetivo de explicitar ou elucidar a natureza ou categoria na qual ele está inserido. Partindo desta definição, a autora, pautando-se pela classificação de Koch (2004) para as expressões referenciais, subdivide a função de glosa em três tipos: *glosa por definição*, *por correção* e *por especificação*. Vejamos como a autora diferencia cada um deles:

a) *Glosa por definição* – este tipo, segundo a autora, serve para explicar a natureza do objeto em foco no discurso, através de uma expressão nominal ou de uma paráfrase definidora, podendo ser manifestada, diferentemente do que postula Koch (2004), não somente pelos hiperônimos, mas por outras expressões nominais, como já mencionado anteriormente. A autora constata também que a glosa recategorizadora atua como uma importante estratégia de constituição dos mais variados gêneros, podendo ainda expressar avaliação ou não, razão por que a considera importante estratégia metaformativa⁶.

Apontaremos um exemplo da autora (81), no qual a expressão recategorizadora “**o tema**”, composta por um nome geral, ilustra bem esta função. Observando a amostra analisada em nossa pesquisa, admitimos que esta função também se aplique às anáforas encapsuladoras, como podemos observar em (82), no qual o termo encapsulador “**um fantástico desafio**” é utilizado para glosar, prospectivamente, a sequência textual seguinte, através da definição.

(81) O futuro está aqui

Começo de ano é sempre uma boa época para pensar no futuro. (...)

No entanto o futuro não promete só coisas bacanas. (...)

E para quem gosta **do tema**, uma boa dica para saborear a ficção enquanto ela não vira realidade. No começo do mês vai estrear um novo filme do gênero: “A Linha do Tempo”, baseado no best seller homônimo de Michael Crichton, o mesmo de “Parque dos Dinossauros”.

(Revista Galileu, 2004 - Matos, 2005 p.110)

⁶ Segundo Matos (2005), estratégias metaformativas são utilizadas para reformular passagens do discurso, visando oferecer maior clareza ao interlocutor.

(82) Terminada a tarefa de desvendar o universo das competências, Roberta e Paola se uniram aos outros jornalistas e artistas gráficos da revista para **um fantástico desafio**: conhecer a realidade das escolas rurais e de seus professores. Como será que eles vêem as alterações que estão sacudindo a vida de educadores e alunos? Seu dia-a-dia permite que se sintam integrados às novas propostas? Ou o isolamento é grande? Algumas dessas respostas você verá em nossas páginas no mês que vem.

(Revista Nova Escola, set / 2000, JoCaL01)

b) glosa por correção – este tipo de glosa ocorre quando o falante recategoriza com o objetivo de negar, reformular ou corrigir uma denominação anterior, indicando outra como a mais conveniente e assinalando, explicitamente, a inadequação da primeira. Para a autora, estas glosas aparecem através de expressões nominais ou de paráfrases, podendo vir após a indicação de expressões corretivas do tipo *ou melhor*, *quer dizer* e outras; ou através de certos comentários metalingüísticos, como no exemplo (83) no qual a autora analisa a utilização da expressão recategorizadora “**velhas construções**” como corretora para a categorização do termo “**palácios em mármore branco**”, estabelecida anteriormente.

(83) “Palácios em mármore branco!” – gritava-se. Eu via somente **velhas construções** enfileiradas umas após as outras, formando treliças, por assim dizer.

(Gasparin, idem, v1, p. 147) (Mondada e Dubois, 1995, p. 33)

Diferentemente das constatações de Matos (2005), observamos que tal função não aparece nos casos de anáfora encapsuladora analisados, porém admitimos que esta função pode aparecer em outros casos não analisados neste trabalho.

c) glosa por especificação – Neste caso, a glosa, segundo Matos (2005), serve para recategorizar os referentes de forma específica, partindo de um sentido geral para um particular, renomeando o que Koch (2004) chama de “anáfora especificadora”, termo utilizado por Koch (2004) para designar os casos em que se faz um refinamento da categorização através da sequência hiperônimo / hipônimo, de modo a trazer informações novas, de forma reduzida, ao objeto-de-discurso. Veja-se o exemplo (84):

(84) Cientistas da Universidade de Massachusetts seqüenciaram o genoma de um microorganismo que pode sobreviver em condições dez vezes mais salgadas do que a água do mar. Os dados genéticos deverão esclarecer como **esse organismo – Halobacterium** – vive em ambientes extremos, como minas de sal ou lagos salgados. A idéia dos pesquisadores é utilizar essas informações para o desenvolvimento de produtos biotecnológicos, como planta de arroz, que possam crescer em solos salinos.

(Koch, 2002- Matos,2005 p.110)

Através da expressão “**esse organismo – Halobacterium**”, no exemplo (84), verifica-se que ocorre uma especificação da introdução referencial anterior “**um microorganismo que pode sobreviver em condições dez vezes mais salgadas do que a água do mar**”, ilustrando claramente este caso de glosa. Contudo, diferentemente dos exemplos de anáforas recategorizadoras analisadas em Matos(2005), os casos de anáforas encapsuladoras analisados nesta pesquisa não apresentam a função de glosa por especificação .

4) *A função estético-conotativa*

Matos (2005) destaca que este tipo de função é encontrada, mais freqüentemente, em textos literários. Neste caso, para a autora, a recategorização assume um papel crucial, recriando os referentes a partir de um mundo ficcional, constituindo uma rede de relações inferenciais complexas e ambíguas, responsáveis por dar coerência ao texto. A autora recorre aos estudos de Jaguaribe (2005) para constatar que a referência literária é extremamente instável e multiforme e, muitas vezes, processa-se em nível cognitivo-discursivo, desencadeando transformações semânticas que não se explicitam no modo de designação, como acontece com relação a certas repetições na progressão do discurso. Vejamos o exemplo (85):

(85) A MULHER

Havia uma hora em que não existia nada:

nem sol, nem terra, nem lua.

Não havia nem espaço nem dimensões havia.

(...) E surgiu, com a criação do homem, **a mulher**

que se doou em amor e (que) se tornou

a sublime inspiração da vida.

(Poema de Ary de Albuquerque, 2002 – Matos,2005 p.126)

Para Matos, nos versos do exemplo (85), a função *estético-conotativa* da recategorização se estabelece pela paráfrase “**a mulher que se doou em amor e (que) se tornou a sublime inspiração da vida**”.

A autora ressalta que as funções das anáforas recategorizadoras classificadas por ela devem ser analisadas sob o ponto de vista da intencionalidade do produtor do texto nos vários contextos de ocorrência, concluindo que as funções apontadas não se excluem, mas podem coexistir em vários contextos. Como já dissemos, para os casos de encapsulamento, esta característica multifuncional também se apresenta.

Ainda sobre o quadro de classificação funcional das anáforas correferenciais apontado por Matos (2005), observamos que a função *estético-conotativa* não aparece no quadro de classificação das funções cognitivo-discursivas das expressões referenciais apontado por Koch (2004). Já algumas funções identificadas por Koch (2004) apresentam-se com outra nomenclatura na classificação de Matos (2005) para as anáforas correferenciais, que são: a função avaliativa e a função de glosa (*por definição, por correção e por especificação*).

De acordo com o que já ilustramos anteriormente, dentre as funções identificadas por Matos (2005) para as anáforas correferenciais, constatamos, com base nas análises de nossas amostras, que a função *estético-conotativa* não se aplica ao recurso coesivo das anáforas encapsuladoras.

4.4 O processo de rotulação em textos jornalísticos opinativos

Em uma pesquisa que utilizou como *corpus* textos jornalísticos opinativos, visando abordar o processo de rotulação discursiva em textos opinativos à luz de uma perspectiva sociocognitiva e textual-interativa, Carvalho (2005) reconhece os encapsulamentos como rótulos resultantes de operações de nominalizações que podem funcionar através de nomes deverbais ou não. Já no caso das nominalizações, a autora as identifica como expressões compostas por um lexema-núcleo resultante de uma transformação verbo-nominal. Vejamos um dos exemplos de nominalização analisado pela autora, iniciando por artigo definido.

(86) *Malvadeza caiu; e o PT?* (José Arbex Jr.)

Certo: *Malvadeza caiu*; mas isso não é suficiente para autorizar qualquer “euforia democrática”. Primeiro, porque *Malvadeza* não caiu como resultado direto de qualquer movimento organizado de massas, mas, muito mais, como resultado de disputa de interesses entre as gangues no poder, embora a “opinião pública” tenha sido importante – dado o fato de que, em tese, haverá eleições em 2002.

Segundo, porque *Malvadeza* continua mandando naquilo que ele considera a “sua” capitania hereditária, mesmo se sai enfraquecido de Brasília. Terceiro, porque o Planalto continua sob a ocupação de um governo autoritário apoiado pelo capital financeiro internacional, associado a oligarquias regionais e respaldado por um aparelho de “inteligência” e repressão que nada deve, em método e vocação, àquele que existia à época da ditadura. Mas, é óbvio, **a queda de ACM** assinala que algo mudou na conjuntura. É um sintoma da crise na cúpula do governo, que, nesse caso específico, é composta de muitos ingredientes explosivos – dos escândalos de corrupção ao desgaste provocado pelo “apagão”. O problema é avaliar a profundidade e a extensão da crise. (...)

(Caros Amigos – Dezembro/01-Carvalho, 2005, p.77)

Uma constatação que salta aos olhos é que a autora se baseia, em primeiro lugar, no caráter semântico-lexical do processo e no caráter remissivo, afirmando que a seleção de um

termo para constituir uma expressão nominal é de fundamental importância para o direcionamento argumentativo do texto. Isso reforça a importância dos movimentos de remissão textual para a progressão textual, como se vê pelos exemplos seguintes: prospectivo: “**um fato absolutamente novo na história da humanidade**”, no exemplo (87); retrospectivo: “**a experiência**”, no exemplo (88); e retrospectivo e prospectivo, simultaneamente, o termo: “**a questão**”, no exemplo (89).

(87) *Efeitos do pensamento único*

(...) Somos contemporâneos de **um fato absolutamente novo na história da humanidade**: a era imagética. Somos a primeira geração televisiva da história. Nossos bisavós, tataravós e “metralhavós” não conheceram isso. A minha avó jamais poderia imaginar que, sentada no sofá da casa dela, pudesse assistir a um evento do outro lado do planeta em tempo real. (...)

(Caros Amigos, janeiro/01 – Carvalho, 2005, p.88)

(88) Os austríacos conseguiram transportar um fóton, partícula atômica de proporções penelhesimais. O talzinho foi batizado de “Capitão kirk”, em honra do explorador espacial que tanto se utiliza da teleportação no seriado Jornada nas Estrelas, mas ainda estamos a anos-luz de realizar **a experiência** com um ser vivo. De qualquer forma, a coisa é como a clonagem daquela ovelha Dolly: começou, não pára mais.

(Caros Amigos, setembro/99 – Carvalho, 2005 p.143)

(89) (...) Todos sentimos no ar do país um certo pesar como se só nos restassem agora as ilusões perdidas. No entanto, não é o que dizem os jornais, a TV – a grande imprensa oficial que manda no Brasil e que obviamente reflete o otimismo governista; e de que os sorrisos do presidente FHC são a manifestação mais evidente. **A questão** tem obviamente a ver com o que o sistema quer do Brasil. Quanto mais o presidente reafirma que é fácil governar o Brasil, tanto menos se concede à possibilidade de que sobrevenha alguma mudança. A começar pela possibilidade real de uma vitória da oposição. Não há uma só das reformas propostas pelo governo que acene para os benefícios concretos à nação.

(Caros Amigos, Outubro/00 – Carvalho, 2005, p.141)

Partindo de uma abordagem sociocognitiva da linguagem, na qual se concebe que o sujeito controla de forma enunciativa e pragmática o seu discurso, Carvalho(2005) insere os rótulos no processo da enunciação como objetos-de-discurso por meio dos quais, segundo ela, o produtor do texto revela sua atividade discursiva.

Desta forma, a autora propõe uma divisão dos rótulos em duas dimensões: uma delas em que se faz referência ao conteúdo do enunciado que encapsulam, portanto, relativo ao ‘*dictum*’, e a outra, ao modo como o que se diz é dito, isto é, relativo ao ‘*modus*’. Os rótulos, segundo a autora, agrupam-se da seguinte forma:

1) Relativos ao conteúdo: recaem sobre o ‘*dictum*’– rotulam um conteúdo expresso em segmentos textuais, anteriores ou posteriores, nomeando-os (rotulando-os), em geral, por

meio de termos genéricos ou nomes deverbais (no caso das nominalizações). São, geralmente, não-avaliativos.

Nesta classificação, verifica-se que a autora identifica este grupo de rótulo como de conteúdo por abrigar expressões rotuladoras compostas de nome gerais e de nominalizações morfológicas. Carvalho(2005) se concentra, assim, em uma análise baseada apenas no caráter semântico-lexical destas expressões, o que não nos parece dar conta do caráter multifuncional deste recurso coesivo.

Carvalho (2005) aponta como amostra de rótulo de conteúdo o exemplo (90), no qual o termo “**esse orgulho**” funciona como rótulo retrospectivo também identificado, pela autora, como uma nominalização.

(90) *VÔO CEGO*

Em certo momento de sua história, o Brasil se orgulhou de ser um povo mestiço, aberto a novas experiências. Hoje não temos mais **esse orgulho**.

(Caros Amigos, março/99 – Carvalho, 2005, p. 221)

2) Metadiscursivos: relativos ao ‘*modus*’ – rotulam não o conteúdo de um segmento textual (antecedente ou subsequente), mas um ato de enunciação, na construção, ativação de um novo referente. Acreditamos que este grupo corresponda às anáforas encapsuladoras que reconhecemos exercerem, em nossa pesquisa, a *função metaenunciativa* por se referirem ao próprio discurso. Apontaremos abaixo os casos que, na concepção de Carvalho (2005), pertencem a este grupo:

- a) Designando-o como um tipo de ato ilocucionário;
- b) Nomeando-o como resultado de determinado tipo de atividade cognitivo-discursiva realizada pelo seu enunciador;
- c) Aplicando-lhe uma denominação metalingüística;
- d) Adotando uma postura reflexiva quanto a uma enunciação anterior, própria ou alheia (metaenunciativos). Subdividem-se em dois grupos: os recategorizadores e os de “segunda-mão” (parafrásticos).

No exemplo (91), a autora aponta o termo “**um outro evento**” como um rótulo recategorizador do evento anterior, numa posição metaenunciativa em relação à sequência anterior.

(91) (...) Somos contemporâneos de um fato absolutamente novo na história da humanidade: a era imagética. Somos a primeira geração televisiva da história. Nossos bisavós, tataravós e “metralhavós” não conheceram isso. A minha avó jamais poderia imaginar que, sentada no sofá da casa dela, pudesse assistir a um evento do outro lado do

planeta em tempo real. Somos também contemporâneos de **um outro evento**, que não é novidade, mas é raridade: mudança de época. Ou seja, não estamos vivendo apenas uma época de mudanças, vivemos uma mudança de época. A última vez que isso ocorreu no Ocidente foi na passagem do período medieval para o período moderno, nos séculos 15 e 16. Agora, passamos do período moderno para o período denominado pós-moderno. (...)

(Caros Amigos, Setembro/00 – Carvalho, 2005, p. 88)

Carvalho (2005), em uma crítica à classificação puramente semântico-lexical de Francis (2003) para o fenômeno da rotulação, propõe uma modificação para a categoria dos rótulos metalingüísticos desta autora, passando a denominá-los de metadiscursivos, pois, segundo Carvalho, o que se identifica como metadiscursivo envolve o que é de natureza meta, ou seja, englobando a enunciação e a realidade sociocultural, daí a necessidade de uma abordagem sociocognitiva para o fenômeno da rotulação. Ratificamos, neste ponto, a crítica da autora à abordagem de Francis (2003), por entendermos como indispensável uma análise de natureza sociocognitiva, mas observamos que Carvalho (2005) termina por repetir a classificação de Francis(2003), por ela criticada, além de continuar privilegiando um aspecto semântico-lexical, ainda que o relacionando ao pragmático-discursivo. Não condenamos o apelo ao caráter formal, mas defendemos que ele deva ser sempre atrelado ao aspecto funcional.

Carvalho (2005) reconhece, e nisso concordamos inteiramente com a autora, a multifuncionalidade dos rótulos, ressaltando que tal postura exige identificar o funcionamento deste mecanismo coesivo como instrução para a construção de sentidos dentro do universo textual. A autora admite a possibilidade de emprego deste recurso para encadear proposições, revelando pontos de vista do autor durante o processo de construção da argumentatividade.

Neste processo interativo, a rotulação apresenta-se como uma importante estratégia cognitivo-discursiva, que, segundo a autora, além de revelar o projeto de dizer do autor, carrega uma avaliação para o segmento ao qual se refere, revelando-se uma das estratégias lingüístico-discursivas empregadas no processo de construção de textos resultante de um exercício sociocognitivo com a linguagem.

Em tal mecanismo coesivo, durante o processo de formação da expressão rotuladora, fatores como a utilização ou não de determinantes e a escolha do sintagma-núcleo demonstram o percurso argumentativo que o autor pretende defender, como no exemplo (92), no qual Carvalho (2005) analisa o termo “**esse orgulho**” como uma nominalização resultante do encapsulamento sem a ocorrência de uma sumarização de proposições. Neste caso, discordamos da autora por considerarmos a expressão em destaque como um encapsulamento:

(92) Vôo cego (César Benjamin)

Em certo momento de sua história, o Brasil se **orgulhou** de ser um povo mestiço, aberto a novas experiências. Hoje não temos mais **esse orgulho**.

Muitos motivos somaram, ao longo de nossa história, para tornar especialmente difícil a tarefa de decifrar, mesmo imperfeitamente, o enigma brasileiro. Já independentes, continuamos a ser um animal muito estranho no zoológico das nações: sociedade recente, filha da modernidade, concebida desde o início, para servir ao mercado mundial, alicerçada em um escravismo prolongado e tardio, única monarquia em um continente republicano, assentada sobre uma extensa base territorial situada nos trópicos, com um povo em processo de formação, sem um passado profundo em que pudesse ancorar sua identidade. Que futuro estaria reservado para uma nação assim? (...).

(Caros Amigos, Agosto/02 – Carvalho, 2005, p.109)

Carvalho (2005) reconhece, ainda, o fenômeno da rotulação, e nisso concordamos com a autora, como um dos mecanismos de garantia da progressão textual, pois, segundo ela, o movimento de retrospecção pode revelar-se como uma ferramenta para o acréscimo de novas informações, estabelecendo os elos textuais e garantindo a continuidade do tópico.

(93) O general escapou. E agora? – (José Arbex Jr.) (...).

Claro, a comunidade das nações não está dotada de mecanismos jurídicos internacionais capazes de aplicar os princípios contidos na Declaração dos Direitos da ONU. Isso não significa que esses princípios não sejam válidos, mas que, ao contrário, é urgente a criação de mecanismos que possam lhes dar força. **Essa questão** já vem se colocando na prática. Apenas na década de 90, o Conselho de Segurança da ONU constituiu dois tribunais especiais, um para a antiga Iugoslávia (1993), outro para Ruanda (1994).

Em 17 de julho de 1998, uma conferência da ONU aprovou, em Roma, o estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI). O documento recebeu 120 votos favoráveis, sete contrários e 21 abstenções. O tribunal se instalará em Haia, na Holanda, nos próximos anos, quando pelo menos sessenta países aderirem ao tratado internacional. Washington votou contra, assim como os governos de Israel, China, Filipinas, Índia, Sri Lanka e Turquia. (...)

Assim, **a questão urgente**, colocada na prática da própria atividade da ONU, é o funcionamento do TPI. Outra coisa é que sua inexistência não pode servir de garantia de impunidade aos criminosos.

(Caros Amigos, Maio/01 – Carvalho, 2005, p. 131)

No exemplo comentado por Carvalho (2005), o sintagma nominal encapsulador “**essa questão**”, além de resumir o segmento textual anterior, orienta a introdução do tópico discursivo que seguirá, neste caso, a expressão “**a questão urgente**”.

Ainda sobre a utilização da rotulação como estratégia cognitivo-discursiva na dinâmica textual, Carvalho (2005) ressalta este mecanismo como recurso organizador e conector do “projeto de sentido” do seu autor, o que demonstra, através das escolhas lexicais, o ponto de vista defendido pelo autor como em (94):

(94) Esse trabalho, além de inspirar inúmeras pesquisas semelhantes em vários Estados brasileiros nas décadas de 30 e 40, evidenciou, pela primeira vez, as condições de fome crônica de grandes populações do Nordeste açucareiro. Das famílias analisadas, por exemplo, constatou-se que apenas 19 por cento consumiam leite e apenas 16 por cento comiam frutas, mesmo assim em quantidades insignificantes, que só foram computadas em respeito ao rigor científico. A quase totalidade das famílias recenseadas sobrevivia à base de uma alimentação extremamente desequilibrada, constituída apenas por feijão, carne-seca, café, açúcar. A respeito **dessa pesquisa**, Josué de Castro afirmaria que a experiência desses “seres estiolados com deficiência física e mental” não se devia ao suposto mal da miscigenação, mas sim ao estômago vazio, que produzia um “mestiço débil, raquítico e anêmico”. Assim, ao estudar não famintos esqueléticos, mas gente alquebrada por uma alimentação insuficiente que impede um desenvolvimento pleno, esclarecia-se pela primeira vez – e já muito tardiamente – que sofriamos de um “mal de fome, e não de raça”.

(Caros Amigos, Janeiro/02 – Carvalho, 2005, p. 136)

Neste exemplo, enfatizamos que a anáfora encapsuladora “**dessa pesquisa**”, além de servir como conector textual, direciona o argumento do autor para a nova seqüência a ser introduzida, endossando a importância deste mecanismo coesivo para a condução da linha argumentativa do texto.

✓ Algumas observações sobre os resultados da pesquisa de Carvalho (2005)

Após uma análise do fenômeno da rotulação no *corpus* selecionado para a pesquisa, a autora reforça a tese de que os rótulos constituem estratégias discursivas divulgadoras de sentidos, geralmente de valor axiológico, utilizados para orientar de modo satisfatório o projeto de dizer dos produtores de textos, e distribui os rótulos do seguinte modo:

- a) a partir do seu funcionamento (retrospectivo, prospectivo, retrospectivo e prospectivo);
- b) do seu teor avaliativo e não-avaliativo na sumarização das proposições textuais;
- c) do seu posicionamento no texto: inicial, medial e final.

Neste ponto, observamos que a autora utilizou três critérios distintos para o agrupamento dos rótulos: em (a), constatamos o caráter remissivo deste recurso, identificado em nossas análises através da função remissiva; em (b), temos outro aspecto, o avaliativo, inerente a este recurso coesivo; em (c), temos o diferencial da pesquisa da autora: a posição do rótulo no desenvolvimento do tópico, que não contemplamos em nossas investigações, pelo fato de enfatizarmos o aspecto funcional das anáforas encapsuladoras e não apenas sua localização no decorrer no texto.

Para uma melhor compreensão dos resultados da pesquisa de Carvalho (2005), apresentaremos dois quadros distintos. O primeiro apresenta a posição dentro do texto na qual

foi verificado o aparecimento do rótulo e o segundo mostra o comportamento organizacional dos rótulos nos textos estudados.

✓ **Quanto à posição dos rótulos no texto:**

Inicial	de parágrafo de períodos	
Medial	entre períodos no interior do período	iniciando períodos
Final	de parágrafo de períodos (no interior do parágrafo)	promoção de idéias desfecho de idéias

Observamos que, neste quadro de distribuição da posição dos rótulos nos resultados da pesquisa de Carvalho (2005), a autora revelou, apenas, a posição deles dentro do desenvolvimento do tópico discursivo, não considerando, a nosso ver, a possibilidade de mais de uma localização para cada caso. Quanto a posição de início de parágrafo, a autora observou que não é muito freqüente a utilização de rótulos prospectivos nesta posição. Nesta localização, a autora destacou os casos de rótulos avaliativos introduzidos por pronomes indefinidos.

Já na posição medial, destacam-se, segundo a autora, os casos de rótulos retrospectivos iniciando períodos dentro do parágrafo, encabeçando informações já apresentadas anteriormente ao leitor.

Na posição de final de parágrafo, existe possibilidade, segundo Carvalho (2005), de um rótulo concluir as idéias do período, assim como de apontar o tópico do período seguinte, estabelecendo o movimento de retrospecção e prospecção ao mesmo tempo. Ainda nesta localização, a autora apresenta como muito freqüentes os casos de rótulos avaliativos, resumindo e atribuindo juízo de valor ao que foi enunciado.

A importância da análise da autora, e que dá valor à sua pesquisa, é ter relacionado certos traços dos rótulos com o desenvolvimento do tópico discursivo. Como não é nosso objetivo fazer uma análise criteriosa dos segmentos tópicos, o quadro classificatório desta autora não será contemplado em nossos critérios. Reconhecemos, todavia, a relevância de tal análise e sugerimos que ela seja ampliada de modo a considerar várias das outras funções que temos apontado nesta pesquisa.

✓ **Quanto ao funcionamento organizacional dos rótulos nos textos:**

Prospectivo	Abertura de tópicos Encaminhamento	
Retrospectivo	Encapsulamento Sequenciação	Iniciação do parágrafo Início do período
Retrospectivo/prospectivo	Retomada e/ou sequenciação	

O quadro acima, ilustrando o comportamento dos rótulos no texto, foi analisado por Carvalho (2005) com base nos seguintes critérios:

- a) recategorizar referentes;
- b) avaliar proposições;
- c) abrir tópicos, compactar e retomar;
- d) operar argumentativamente no texto.

De acordo com os resultados da pesquisa da autora, o movimento de retrospecção tem destaque em relação à progressão das idéias no texto, representando 74% dos casos analisados.

Merece comentário também o fato de os rótulos de conteúdo terem representado 83% dos casos, caracterizando-se pela atitude reflexiva do produtor do texto e constituindo-se, segundo a autora, como rótulos cognitivo-discursivos.

Em relação aos critérios acima estabelecidos criticamos o fato de não terem sido analisadas características intrínsecas à anáfora encapsuladora, pois reconhecemos que este recurso coesivo carrega funções discursivas inerentes a todos os casos, além de outras que aparecem apenas em situações específicas.

A autora conclui enfatizando que o fenômeno lingüístico da rotulação é importante recurso para conduzir e revelar o ponto de vista do autor, proporcionando uma orientação argumentativa ao texto. Através deste recurso, Carvalho (2005) defende que o processo de rotulação funciona como estratégia discursiva balizadora do projeto de dizer do autor e, por esta razão, pode servir como agente organizador do discurso, revelando-se como instrumento lingüístico responsável por sumarizar, recategorizar, conduzir e avaliar.

CAPÍTULO V: POR UMA REORGANIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS QUE ENVOLVEM AS FUNÇÕES DAS ANÁFORAS ENCAPSULADORAS

Nesta seção, tencionamos mostrar, de acordo com os casos que analisamos em nossos dados, uma reorganização dos critérios que envolvem o mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras.

Enfatizamos que, partindo do pressuposto de que o universo discursivo é criado e alterado de acordo com as necessidades de seus interlocutores, a proposta de critérios que tentamos apontar neste trabalho pode sofrer mudanças justificadas pelos objetivos comunicativos do ato de comunicação que as envolver.

Dentro desta proposta, elencamos dois critérios como responsáveis pelo emprego das anáforas durante a elaboração textual: *o desenvolvimento tópico* e o de *organização argumentativa* que abrigam, cada um, um quadro de funções que descreveremos em seguida.

5.1 Desenvolvimento tópico

Percebemos, através de pesquisas como a de Pinheiro(2005) já discutida no capítulo II deste trabalho, que a articulação tópica é responsável pelos movimentos textuais de continuidade, progressão e retomada do tópico, controlando o fluxo de informações no discurso. Partindo desta afirmação, constatamos que as anáforas encapsuladoras podem também contribuir para a articulação tópica dentro do texto, atuando como uma ferramenta importante no (re)direcionamento das informações.

É necessário deixar claro que nesta pesquisa não pretendemos proporcionar uma análise criteriosa dos segmentos tópicos de cada amostra analisada ou ainda de suas interligações, pois reconhecemos que, para tal análise, precisaríamos de uma pesquisa mais ampla do assunto. Contudo, apresentaremos a seguir as funções que compõem este critério.

5.1.1 Função de organização macroestrutural

Reconhecemos o fato de as anáforas encapsuladoras apresentarem a função de organização macroestrutural, presente nas expressões referenciais em geral, constatação que se evidencia através da utilização deste tipo de anáfora como sinalizador argumentativo, contribuindo como mecanismo de ligação entre os tópicos e subtópicos, ou ainda para a manutenção deles, proporcionando a continuidade das informações. As anáforas

encapsuladoras atuam, assim, de forma textual-discursiva, pois, além de se apresentarem como mecanismo coesivo, tendência natural entre estas anáfora, ancoram também novos segmentos textuais em informações anteriores, como podemos identificar no caso da utilização da expressão “**esta história**”, em (95), que além de remeter a todo o apólogo machadiano narrado anteriormente, estabelece a ponte coesiva entre a narrativa e a conclusão pessoal do professor de melancolia.

(95) (...) Parece que a agulha não disse nada; mas um alfinete, de cabeça grande e não menor experiência, murmurou à pobre agulha:

- Anda aprende, tola. Cansas-te em abrir caminho para ela e ela é que vai gozar da vida, enquanto aí ficas na caixinha de costura. Faze como eu, que não abro caminho para ninguém. Onde me espetam, fico.

Contei **esta história** a um professor de melancolia, que me disse abanando a cabeça:

- Também eu tenho servido de agulha a muita linha ordinária!

(ASSIS, Machado de. *Contos*. 18 ed. São Paulo, Ática, 1994, p.89)

5.1.2 *Função de progressão temática*

As anáforas encapsuladoras podem atuar como importante mecanismo de garantia da progressão textual, como mostram os movimentos de recuo e de adiantamento das informações que compõem o universo discursivo.

Desta forma, o produtor do texto pode assegurar a seqüenciação textual, estabelecendo as relações necessárias para a condução de seu texto, o que se reflete diretamente na progressão temática das seqüências textuais, como podemos observar através do emprego da expressão “**esse ato**”, em (96), que atua de forma retrospectiva em relação às atitudes diplomáticas americanas, com o objetivo de estabelecer a progressão para a seqüência textual seguinte.

(96) O leitor de hoje nem compreenderá porque tanta severidade com uma atitude tão inocente. Afinal, todo mundo tem agora embaixadas, até microestados de alguns milhares de habitantes. Não foi sempre assim, porém. Faz um século, eram raras as embaixadas. Quase apanágio de potências importantes. Na capital americana, não passavam de sete – quase 200 em nossos dias – e havia uma só latino-americana, a do vizinho México. No Rio, não havia nenhuma. A fim de elevar a embaixada uma legação, não bastava querer. Era preciso que o outro país também quisesse. Por isso mesmo, a decisão tinha carga política, indicava a vontade de alçar a relação mútua a patamar mais elevado. Com **esse ato**, os americanos mostravam considerar o Brasil o parceiro de maior relevo na América do Sul. Para nós, recém-saídos das convulsões do início da República-Canudos, Revolta da Armada, Revolução Federalista, era a consagração irrefutável de atingimento de status que conferia maior influência sobre os assuntos mundiais.

(Diário do Nordeste, 23/07/2005 – Cartas ao leitor)

5.1.3 Função de retomada tópica

Partindo da constatação de que a natureza resumitiva do grupo anafórico estudado pode contribuir para o processo de retomada de uma informação diluída nos segmentos textuais anteriores, concordamos com Pinheiro (2005) ao defender, com base na análise dos casos que compõem sua pesquisa, que o encadeamento de referentes pode atuar também no processo de retomada tópica, pois, segundo o autor, ao utilizar um referente associado a uma sequência tópica suspensa, o produtor do texto orienta seu interlocutor para a retomada desse tópico.

Esta tendência, que constatamos também durante a análise das anáforas encapsuladoras selecionadas, pode ser claramente verificada através da expressão “**a novena**” em (97), que atua como reativadora da sequência anterior, contribuindo para a manutenção da linha argumentativa que o produtor do texto pretende seguir.

(97) Inf. 1- bem aos paroquianos][mas engraçado eu estava hoje ...porque a E./ Tá fazendo aí no Morro do Ouro... ela está fazendo uma ::
 Doc.- (I) pode continuar ((voz de terceiro))
 Inf. 1- ela está fazendo aí **a novena** ... do Natal né::? que agora é a preparação que é o advento...

(Pinheiro,2005, p.56 – conversação espontânea)

5.2 Organização argumentativa

É inegável a contribuição das anáforas encapsuladoras como mecanismo de organização argumentativa durante o processo de elaboração do texto escrito, pois, além de constituir um indispensável mecanismo de coesão textual, estabelecendo as adequadas ligações entre os segmentos textuais, podem também manifestar-se como um forte aliado na condução da linha argumentativa que o produtor do texto pretende seguir.

Neste sentido, apontamos abaixo, com base nas amostras analisadas, as funções que compõem este critério.

5.2.1 Função remissiva

A remissão é considerada uma das características inerentes às anáforas encapsuladoras. Estudos como os de Cavalcante (2006) atribuem esta característica não somente às anáforas encapsuladoras, mas a todos os tipos de anáforas. Em nosso trabalho, partiremos dos postulados de Francis (2003) acerca do caráter remissivo dos rótulos para

atribuir às anáforas encapsuladoras, de um modo geral, a **função remissiva** como podemos verificar através da utilização do termo encapsulador “**esta nova edição**” em (98) que remete a toda a edição da obra.

(98) **Esta nova edição** de Vida Secas teve como base a 2ª edição do romance publicado pela J. Olímpio, com as últimas correções feitas por Graciliano Ramos. Os originais estão no Fundo Graciliano Ramos, arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Este projeto de reedição da obra Graciliano Ramos é supervisionado por Wander Melo Miranda, professor titular da Teoria da Literatura da Universidade Federal de Minas Gerais.

(RAMOS, Graciliano, Vidas Secas,. 2006.99ª ed. Rio de Janeiro: Record.)

Ainda partindo das contribuições de Francis (2003), consideramos que a remissão possa acontecer através dos movimentos de prospecção, retrospecção e retroprospecção, constatação que nos fez subdividir a função remissiva em: *prospectiva*, *retrospectiva* e *retroprospectiva*, as quais discutiremos individualmente em seguida.

✓ ***Função remissiva prospectiva***

Verificamos que o movimento de prospecção, além de responsável por dirigir a atenção do leitor para as seqüências seguintes no texto, atua como importante mecanismo de organização textual, ajudando a manter a coesão do texto, como na expressão “**seguintes instruções**”, em (99), que, além de orientar o leitor para o que vem adiante no texto, atua de forma coesiva na dinâmica textual.

(99) PROPOSTA 1

Escreva um parágrafo narrativo, obedecendo às **seguintes instruções**:

Protagonista: um menino de rua

Antagonista: um segurança

Fato: a expulsão do menino

Cenário: uma bonita loja de brinquedos em um shopping center

Tempo: ontem à tarde

Causa (porquê): caracterização livre

(TERRA, Ernani. NICOLA, José de. (2006). Português de olho no mundo do trabalho. 1ª edição. São Paulo: Scipione, p.111)

✓ ***Função remissiva retrospectiva***

Neste caso, diferentemente da função anterior, o movimento realizado é o de retrospecção, direcionando a atenção do leitor para o que já foi apresentado anteriormente no

texto. Observamos que através do movimento de retrospecção o produtor do texto pode estabelecer as ligações entre os tópicos do texto, como através da utilização da expressão “**dessas pequenas grandes idéias**”, em (100), que, além de remeter a todo o texto anterior de forma retrospectiva, resume-o.

(100) Para estimular os professores, a cidade de Sobral, no Ceará, está oferecendo um bônus condicionado ao desempenho dos alunos. É daquelas iniciativas que deveriam se disseminar por todo o país – e rapidamente – para melhorar o nível de cidadania via melhoria da educação.

Além do estímulo em dinheiro, há todo um programa da capacitação, de supervisão e de produção de materiais didáticos. Não é, portanto, apenas um truque, mas parte de um projeto. O professor passa a ser sócio do sucesso dos alunos. Os melhores profissionais são recompensados e os medíocres ou desmotivados, punidos. É mais um incentivo para o esforço, atingindo a visão tenebrosa de que todos no serviço público, independentemente do que façam, merecem o mesmo rendimento. Sobral mostra que esse tipo de estímulo funciona: tanto que, na cidade, 92% das crianças da primeira série do ensino fundamental já sabem ler e escrever. É muito mais do que a cidade de São Paulo, muito mais rica do que Sobral e onde o problema do absenteísmo dos professores não pára de crescer.

Não recompensar quem se esforça e não punir os incompetentes é a chave para entender a desmotivação crônica do serviço público.

É a junção **dessas pequenas grandes idéias**, espalhadas por muito municípios, que vai mexer de fato nos indicadores sociais brasileiros.

(O povo, 17/07/2005 – artigo de opinião)

✓ *Função remissiva retrospectiva*

Ainda tomando como ponto de partida os estudos de Francis (2003) acerca do caráter remissivo dos rótulos, autores como Carvalho (2005), em pesquisa já discutida neste trabalho, atribuem a alguns rótulos a remissão para frente e para trás ao mesmo tempo, movimento que verificamos também em vários casos das anáforas encapsuladoras analisadas e que denominamos de movimento de *retrospecção*.

Este movimento podemos identificar claramente através dos termos “**desta tese**”, no exemplo (101), e “**o presente depoimento**”, em (102), que agem de forma retrospectiva em relação ao conteúdo informacional, remetendo a todo um trecho do texto, tornando-se impossível atribuí-lo a uma passagem específica.

(101) O objetivo **desta tese** é propor uma classificação interna para as línguas Maipure/Arawak do grupo continental (G-C) (América do Sul). Através da pesquisa de campo e bibliográfica foram coletados dados de 36 línguas, sendo 23 delas extintas. A análise dos dados foi executada. De acordo com o Método Histórico Comparativo Clássico, das "Normalizações Fonéticas" e do critério adotado por Payne no seu trabalho: A Classification of Maipuran (Arawakan) Languages Based on Shred Lexical Retentions publicado em 1991. As classificações foram obtidas por meio do método estatístico

clássico, da "análise de conglomerados" ("Cluster Analysis") e do "proporcionamento de mínimos quadrados" ("least squares scaling") (tabelas de similaridades - tabelas de dissimilaridades - Figuras: dendrogramas e mapas).

(Ara 04, *resumo de artigo*, Prottexto)

(102) (...) sua representante legal, tendo conhecido em vida o falecido e suposto pai; que não tomou conhecimento de nenhum relacionamento amoroso havido entre o suposto pai e a representante legal da parte autora, nem por ouvir dizer; que não sabe informar quantos bens imóveis o fenecido deixou; que o investigado teve dois filhos originários de seu casamento; que quando da união com a mulher de origem o falecido residiu nas imediações da casa da testemunha; que quando o investigado faleceu encontrava-se no estado civil de viúvo; que desconhece inteiramente qualquer relacionamento amoroso havido pelo promovido fora do casamento originário. Dada a palavra à nobre Defensora Pública, em prol da parte promovida, às suas perguntas respondeu: que conhecia o de cujus desde o ano p.p. de 1995 até o ano de seu falecimento. Em seguida, dada a palavra ao Defensora Pública, em prol da parte autora, nada requereu. Por fim, dada a palavra à nobre Representante do Ministério Público, nada requereu. E como nada mais foi dito ou perguntado, mandou a MM. Juiz encerrar **o presente depoimento** que lido e achado conforme vai devidamente assinado.

(JuTD08 – *termo de depoimento*, Prottexto)

5.2.2 *Função coesiva*

Considerada por Conte (2003) uma característica inseparável aos encapsulamentos, o caráter coesivo deste fenômeno, tem sido evidenciado durante toda a análise de nossas amostras, fato que nos permite enfatizar a natureza intrinsecamente coesiva destas anáforas, tornando-se uma ferramenta indispensável durante a elaboração do texto escrito, por serem responsáveis pela costura do texto, ligando os segmentos do discurso. É o que podemos ver se observarmos os termos “**neste caso**”, em (103), e “**outro aspecto**”, em (104), que funcionam como mecanismos coesivos, ligando as seqüências textuais.

(103) O estudo que desenvolvemos é uma exposição sucinta da democracia e da liberdade, temas centrais na obra de ROUSSEAU, se articulados imediatamente à política e a um modelo de educação libertária. Mesmo integrando a Escola do Direito Natural Moderno, ROUSSEAU demonstra que o surgimento da propriedade é produtor da desigualdade. **Neste caso** tem-se a necessidade de um pacto de associação que, limitando o estado de guerra, possibilite a passagem do Estado de natureza ao Estado civil. Todavia, a única possibilidade de recuperar a felicidade e a liberdade naturais é criar mecanismos democráticos no interior da sociedade que, preparando pela educação, resguarde a bondade natural do homem.

(Ara 11, *resumo de artigo*, Prottexto)

(104) Não existem critérios lingüísticos objetivos para distinguir claramente idiomas de dialetos e estes de falares regionais. O prestígio político das partes envolvidas é sem dúvida um dos fatores considerados. Não estou, com essas observações, defendendo que

as pessoas deixem de aprender o castelhano ou se satisfaçam com o portunhol. Só afirmo que a prioridade do espanhol é, no meu entender, mais baixa que a do inglês e de outras duas ou três línguas européias que, valendo-me de um critério que combina legado literário e dificuldade de compreensão, parecem-me mais fundamentais.

Outro aspecto a considerar é o dos lobbies interessados. Estamos falando da contratação de um exército de várias dezenas de milhares de professores. A disputa pelo material didático a ser adotado também tende a ser uma briga de foice. Sintomaticamente, editoras espanholas vêm nos últimos anos conquistando espaço crescente no mercado editorial brasileiro. Longe de mim sugerir que deputados tenham recebido mensalões dos espanhóis, mas não creio que os mais altos interesses do Brasil tenham sido observados na votação desse dispositivo.

(Folha on-line, 14/07/2005 – artigo de opinião)

5.2.3 *Função de organização enumerativa*

Através desta função, as anáforas encapsuladoras podem enumerar e redistribuir aspectos importantes, na acepção do enunciador, para uma adequada compreensão de seu texto, tornando-se um mecanismo coesivo valioso nas estratégias de introdução, mudança ou desvio dos segmentos tópicos, assim como de ligação entre eles. É o que podemos observar claramente através da expressão “**duas ênfases**”, em (105), que, além de contribuir para a organização macrotextual fazendo a ligação entre os segmentos, prepara o leitor para o que aparecerá, revelando a importância que o enunciador atribui a estas informações.

(105) Na cristologia de Pedro, vemos a sua ênfase do senhorio de Cristo. A expiação é pelo precioso sangue de Cristo, derramado na cruz do Calvário. É pela morte de Cristo e o seu efeito expiatório que estamos salvos e livres do pecado. Para Pedro a igreja é agora o verdadeiro Israel de Deus. Sobre a vida cristã em Pedro existe **duas ênfases**: **A primeira** é ser firme no sofrimento, confiando pacientemente em Deus. **A segunda** é o bom comportamento que o crente deve ter no mundo. Aqui não é ser salvo pelas obras, conforme o legalismo judaico, mas uma conduta justa e baseada no amor.

(Are03 – resenha de artigo- Prottexto)

5.2.4 *Função resumitiva*

Podemos considerar a **função resumitiva** como comum a todas as anáforas encapsuladoras, pelo fato deste recurso possibilitar a referência a segmentos textuais que podem apresentar extensão e complexidade variada, chegando também a introduzir um novo referente no discurso, sob a base de uma informação velha, como no caso da expressão “**essas ações**”, em (106), que resume toda a seqüência textual anterior, servindo de tópico para o segmento seguinte.

(106) Cada Distrito, cada Rotary Club deve engajar-se nos projetos dedicados aos recursos hídricos, temática que considera o presidente de RI englobante no grupo da fome e da saúde por considerá-los estreitamente relacionados. A grande assertiva é que ‘água poluída é uma constante ameaça à saúde de milhões de seres humanos espalhados em todo o mundo’. O presidente de RI tem a plena consciência de que a instituição em si é incapaz de materializar, plenamente, as metas acima elencadas, contudo, com a ampla parceria de rotarianos do mundo inteiro, governantes e sociedade civil organizada, tais objetivos serão atingidos. A filosofia de rotary é criar uma ‘consciência cidadã’, não somente nas pessoas como também nos governantes do mundo. É a tão propalada responsabilidade social. Todas **essas ações** empreendidas pelo Rotary Internacional estão alicerçadas no atual lema que engloba, comprovadamente, tudo o que é feito e proposto por essa organização, ou seja: ‘Rotary uma ponte de serviços para o mundo’.

(Diário do Nordeste, 31/07/2005 – cartas ao leitor)

Observamos que o grau de generalidade das expressões que carregam esta função é bastante variável, tornando-se difícil, em alguns casos, identificar exatamente em que segmento textual termina o estatuto de nome geral e onde começa a especificidade de um determinado tema encapsulado. Sobre essa propriedade generalizadora de certas anáforas encapsuladoras, podemos apontar o título **“bobagem quixotesca”**, no exemplo (107), que apresentado no texto de forma prospectiva, se refere a todo o texto, sem permitir que seja destacado apenas um segmento como responsável pela reflexão acerca das questões que se seguirão.

(107) **Bobagem quixotesca**

O Parlamento aprovou na semana passada o projeto de lei nº 3.987/00 do deputado Átila Lira (PSDB-PI), que obriga escolas públicas e privadas de ensino médio a oferecer o espanhol como disciplina optativa no horário regular de aulas. Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vetar a proposta, ela se converterá em lei. Nada indica que vá fazê-lo, uma vez que o ainda ministro da Educação, Tarso Genro (PT-RS), é um dos mais entusiasmados apoiadores da iniciativa. Se se tratasse apenas de oferecer aos jovens a oportunidade de aprender direito o idioma de nossos vizinhos, eu mesmo assinaria embaixo da medida. O problema é que ela se inscreve num quadro legislativo e de realidade que a precede e que ela acaba por perturbar.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estipula, para o ciclo médio, o ensino, em caráter obrigatório, de uma língua estrangeira moderna a ser definida pela comunidade escolar. Prevê também a inclusão de um segundo idioma estrangeiro, em caráter optativo, “dentro das disponibilidades da instituição” (art. 36, III da lei nº 9.394/96). A pegadinha está no fato de que o projeto fala abertamente no espanhol e se cala em relação ao inglês. As escolas sem grandes “disponibilidades”, que devem ser a maioria, provavelmente passarão a escolher a língua de Cervantes no lugar da de Shakespeare como o idioma moderno obrigatório, de modo a satisfazer a lei gastando menos.

(Folha on-line, 14/07/2005 – artigo de opinião)

5.2.5 *Função de ativação de referentes novos*

Ao admitir as anáforas estudadas como um grupo de expressões nominais “ancoradas” no universo discursivo, podemos dizer que, através da *função de ativação de referentes novos*, as anáforas encapsuladoras servem como recurso empregado para a ativação das informações necessárias para a adequada condução da linha argumentativa empregada no texto e conseqüente progressão desta, através da utilização das anáforas encapsuladoras ancoradas nas seqüências textuais que compõem o texto. É o que podemos constatar claramente com o emprego da expressão “**vários tópicos**”, em (108), no qual o autor da resenha a utiliza de forma prospectiva, ativando os conhecimentos do leitor acerca dos tópicos para a composição de um texto.

(108) O Texto que ora pretendemos resenhar é do teólogo americano, George Eldon Ladd, no seu livro: “Teologia do Novo Testamento”. Vamos falar, especificamente, das Epístolas Gerais, que são epístolas importantíssimas para se ter uma visão da Bíblia e dos seus ensinamentos – doutrinas – com maior clareza e abrangência. O assunto está dividido em **vários tópicos**:

Hebreus;

Tiago;

I Pedro;

II Pedro e Judas;

As Epístolas Joaninas.

(Are03 – resenha de artigo, Prottexto)

5.2.6 *Função metaenunciativa*

Em estudos sobre o aspecto semântico-lexical do processo de rotulação, Francis (2003) reconheceu como metalingüística a característica que o encapsulamento anafórico possui ao referir-se à própria linguagem.

Esta característica metalingüística permite à estes termos rotularem uma extensão discursiva como um tipo particular de linguagem. Salientamos, aqui, o fato de reconhecermos como **metaenunciativa** a denominação mais apropriada para esta função atribuída às anáforas encapsuladoras, pelo motivo de elas se referirem, como já mencionado, ao conjunto de relações estabelecidas entre o texto e o co-texto, ressaltando a interação entre seus interlocutores.

Exemplificamos esta característica das anáforas encapsuladoras analisadas em nossos dados, com (109), em que o termo encapsulador “**dessas questões**” caracteriza-se pela auto-reflexividade que representa em relação à seqüência textual que encapsula.

(109) A pesquisa se desenvolve através de um enfoque teórico-histórico da pontuação, de uma análise da plurifuncionalidade dos sinais, do ponto de vista discursivo, de uma abordagem das relações (aproximação e distanciamento) entre oral e escrito, da avaliação da norma e dos critérios para descrição e explicação dos sinais de pontuação na perspectiva gramatical e na perspectiva discursiva. O *corpus* para o estudo prático **dessas questões** se constituiu a partir de informantes de I, II, III graus, de professores e de escritores, totalizando 56 gravações, 224 redações e 40 questionários respondidos.

(Ara 02 – resenha de artigo, Prottexto)

5.2.7 *Função de orientação argumentativa*

Como já mencionado neste trabalho, concordamos com Conte (2003) ao destacar o encapsulamento anafórico como um recurso coesivo ligado não somente aos conteúdos do texto, mas também à revelação do ponto de vista do produtor dele, servindo como mecanismo de categorização ou, em alguns casos, até de recategorização, de referentes do texto, quando o núcleo do sintagma nominal anafórico é representado por um nome axiológico.

Ao sinalizar para as opiniões expressas pelo enunciador, as anáforas encapsuladoras podem oferecer ao leitor do texto uma avaliação dos fatos e eventos descritos, como podemos verificar no exemplo (110):

(110) **Um Arriscado Esporte Nacional**

Os leigos sempre se medicaram por conta própria, já que de médico e louco todos temos um pouco, mas **esse problema** jamais adquiriu contornos tão preocupantes como atualmente. Qualquer farmácia conta hoje com um arsenal de armas de guerra para combater doenças de fazer inveja à própria indústria de material bélico nacional. Cerca de 40% das vendas realizadas pelas farmácias nas metrópoles brasileiras destinam-se a pessoas que se automedicam. A indústria farmacêutica de menor porte e importância retira 80% de seu faturamento da venda “livre” de seus produtos, isto é, das vendas realizadas sem receita médica.

Diante desse quadro, médico tem o dever de alertar a população para os perigos ocultos em cada remédio, sem que necessariamente, faça junto com essa advertências uma sugestão para que os entusiastas da auto medicação passem a gastar mais em consultas médicas.

(Veja, 18/dez/ 1985 – artigo de opinião)

Neste caso, segmentos textuais aparecem representados pelos sintagmas nominais encapsuladores “**um arriscado esporte nacional**” e “**esse problema**” em (110), que aparecem em pontos nodais no texto, funcionando como recursos de interpretação intratextual, encapsulando porções textuais que atuam, em relação ao segmento textual ao qual se referem, de forma prospectiva, no caso da primeira, e como retrospectiva no caso da segunda.

5.2.8 *Função de avaliação explícita*

Para Cavalcante (2006), deve ser feita a distinção entre as funções argumentativa e de avaliação explícita, pois, segundo a autora, somente as expressões explicitamente avaliativas acrescem um dado atributo e/ou revelam um ponto de vista do enunciador. A autora chama a atenção para o fato de que qualquer recurso lingüístico argumentativo pode exprimir uma avaliação, porém prefere tratar como rótulos **avaliativos** apenas os que contiverem na própria expressão o juízo de valor pretendido, o que pode incidir no próprio nome nuclear e/ou nos modificadores. No exemplo (111), podemos identificar como avaliativa a expressão “**nessa comunhão macabra**” por divulgar o ponto de vista do autor:

(111) O jovem Souvarine afogou e esmagou colegas seus, destruiu máquinas, mas nem de longe arranhou o alvo que desejava atingir. Pelo menos, pôde sair da cena e buscar outras paragens para dinamitar e sabotar. Assim como nossas intrépidas vítimas voluntárias de surra policial e devastadoras de lojas de fast-food na Escócia já estão prontas para outra coça. Já os garotos de Leeds não podem fazer o mesmo. E aí está, cristalina, uma fundamental diferença no “ethos” do terror suicida. Não basta ser agente da destruição; é necessário sofrê-la antes e mais fortemente que todos os outros que, desavisados, irão pelos ares **nessa comunhão macabra**.

(Folha on-line, 17/07/2005 – artigo de opinião)

Para Cavalcante (2006), muitas vezes, os títulos desempenham a função de rotulação avaliativa, por divulgarem um ponto de vista que vai ser sustentado durante todo o texto, definindo, segundo a autora, o tópico discursivo maior e orientando a centralização das diversas informações presentes no texto, podendo, inclusive antecipar a tese a ser defendida, resumizando a avaliação que será desenvolvida. Isso ocorre com relativa frequência em textos de natureza opinativa, como editoriais e artigos de opinião e também em reportagens. Isso ocorre em (112), no qual o título “**solução nota 10**” refere-se de forma prospectiva a todo o segmento textual que virá, além de antecipar o ponto de vista do articulista.

(112) **Solução nota 10**

Para estimular os professores, a cidade de Sobral, no Ceará, está oferecendo um bônus condicionado ao desempenho dos alunos. É daquelas idéias que deveriam se disseminar por todo o país – e rapidamente – para melhorar o nível de cidadania via melhoria da educação.

Além do estímulo em dinheiro, há todo um programa da capacitação, de supervisão e de produção de materiais didáticos. Não é, portanto, apenas um truque, mas parte de um projeto. O professor passa a ser sócio do sucesso dos alunos. Os melhores profissionais são recompensados e os medíocres ou desmotivados, punidos. É mais um incentivo para o esforço, atingindo a visão tenebrosa de que todos no serviço público, independentemente

do que façam, merecem o mesmo rendimento. Sobral mostra que esse tipo de estímulo funciona: tanto que, na cidade, 92% das crianças da primeira série do ensino fundamental já sabem ler e escrever. É muito mais do que a cidade de São Paulo, muito mais rica do que Sobral e onde o problema do absenteísmo dos professores não pára de crescer.

(O povo, 17/07/2005 – artigo de opinião)

5.2.9 *Função recategorizadora*

Admitimos que um mesmo referente poderá ser renomeado ou requalificado de forma diferente, por mais de uma vez, no decorrer do processo comunicativo. Tal processo de continuidade referencial, na nossa acepção, pode acontecer também entre as anáforas encapsuladoras, fato que nos leva a reconhecer que, em muitos casos analisados neste trabalho, um referente pode sofrer significativas alterações, em consequência de uma nova categorização, ou seja, uma recategorização de um referente que, embora não tivesse se explicitado ainda, já estava sendo “desenhado” na porção discursiva que a anáfora encapsuladora resume.

Acreditamos que, pelo fato de as anáforas encapsuladoras terem natureza inerentemente argumentativa, estas expressões referenciais ao servirem de veículo condutor da linha argumentativa defendida pelo produtor do texto, poderão também manifestar uma recategorização de referentes diluídos no texto, como podemos verificar através do emprego das expressões “**o problema**” em (113) e “**a tese**” em (114), que recategorizam as informações apresentadas.

(113) No Brasil se lêem, em média, 1,8 livro por ano. Enquanto isso, na França se lêem 7,0 livros por ano. Nos Estados Unidos, o nível de leitura é de 5,1 livros/ano. Os brasileiros precisam e devem ler mais. **O problema** é que as pessoas não compram livro por duas razões básicas: ou não têm dinheiro para comprar ou não gostam de ler. É tempo de mudar e há muita gente preocupada com isso. Se não leio, não me informo, se não me informo, não posso saber, se não sei, não posso decidir bem. Leitura de jornal e de livros é uma arma contra a ignorância, contra o alheamento e a manipulação de nossa vontade pelos outros. Quem não sabe ou gosta de ler e só ouve rádio e vê televisão é presa fácil, pois quase segue sempre o que ouve e vê ou o que querem que ele ouça ou veja.

(Diário do Nordeste 23/07/2005 – cartas ao leitor)

(114) Antes que me tomem por um desmancha-prazeres, devo esclarecer que fiz a minha parte. Duas décadas atrás, iniciei-me nos rudimentos do esperanto, mas estou esperando até hoje alguém dirigir-se a mim nesse idioma. Não diria que foi uma completa perda de tempo porque aprender uma nova língua, mesmo que inteiramente inútil para a vida prática, é sempre uma aquisição intelectual. Aliás, defendo **a tese** de que a cada cinco anos pelo menos todo mundo deve aprender um novo idioma.

(Folha on-line, 14/07/2005 – artigo de opinião)

5.2.10 Função de glosa por definição

Inicialmente apresentada por Koch (2004) como uma função das expressões referenciais desempenhadas exclusivamente por meio de hiperônimos, esta função fora denominada pela autora de *atualização de conhecimento por meio de glosa*. Já Matos (2005), através de uma pesquisa sobre o mecanismo das recategorizações, ampliou esta afirmação, acrescentando que a função de glosa por definição poderia realizar-se também através de nomes gerais, nomes metalingüísticos, nomes especificadores (hipônimos), dentre outras formas nominais.

Admitimos que as anáforas encapsuladoras também podem desempenhar esta função, recategorizando as seqüências as quais encapsulam, fato que constatamos ocorrer nos exemplos de *glosa por especificação*, podendo ou não, apresentar uma avaliação, como podemos verificar em (115), no qual o termo “**toda essa digressão**”, resume retrospectivamente a seqüência anterior, definindo-a e expressando uma avaliação.

(115)“Ateiem fogo aos quatro cantos das cidades, ceifem os povos, arrasem tudo e, quando nada mais sobrar deste mundo podre, talvez surja dele um melhor”, era a síntese da ideologia de Souvarine.

Toda essa digressão era para sugerir aos leitores que a ideologia da destruição, o niilismo radical, não é um privilégio do terrorismo apocalíptico islâmico, que deu mais uma demonstração de seu poder - e, também, do limite de seu poder -, no último dia 7 de julho, em Londres.

(Folha on-line, 15/07/05 – artigo de opinião)

5.3 As funções inerentes e as funções eventuais das anáforas encapsuladoras

Como já defendido nos itens anteriores desta pesquisa, o processo de encapsulamento anafórico caracteriza-se pela sua natureza multifuncional, estabelecendo relações coesivas e atuando como um mecanismo indispensável durante a elaboração do texto escrito, servindo de orientador do projeto de dizer do enunciador durante a condução argumentativa do texto.

A partir do que foi constatado esclarecemos, desde já, que não pretendemos esgotar aqui todas as possibilidades de uso deste mecanismo coesivo tão multifacetado, porém alertamos para o fato de que o emprego destas anáforas, assim como sua multifuncionalidade, estarão condicionados aos propósitos discursivos de seus interlocutores. Tentaremos apontar, nesta seção, as funções cognitivo-discursivas **inerentes** às anáforas encapsuladoras nominais, ou seja, aos rótulos e as **eventuais** que são condicionadas pelas intenções de seus interlocutores.

No primeiro grupo, estão as funções: **resumitiva**, **remissiva**, **de organização macroestrutural** e a **de orientação argumentativa** que ilustramos através do exemplo (116), no qual as anáforas encapsuladoras em destaque apresentam-se em sua multifuncionalidade. Inicialmente, podemos observar o emprego da expressão “**a ovelha negra**” no título, em que verificamos as funções: **resumitiva** por resumir prospectivamente todo o conteúdo textual que se seguirá, ilustrando também a **função remissiva prospectiva** e ainda a **função de orientação argumentativa** por adiantar o ponto de vista do produtor do texto sobre a narrativa. No caso das anáforas encapsuladoras “**essa situação**” e “**esses argumentos**”, verificamos a ocorrência da **função retrospectiva**, por estas expressões remeterem ao conteúdo proposicional expresso anteriormente resumindo-o, além de ilustrarem, claramente, sua contribuição para a ligação entre os segmentos textuais.

(116) **A OVELHA NEGRA**

“Havia um país onde todos eram ladrões.

À noite, cada habitante saía, com a gazuza e a lanterna, e ia arrombar a casa de um vizinho. Voltava de madrugada, carregado e encontrava a sua casa roubada.

E assim viviam em paz e sem prejuízo, pois um roubava o outro, e este, um terceiro, e assim por diante, até que se chegava ao último que roubava o primeiro. O comércio naquele país só era praticado como trapaça, tanto por quem vendia como por quem comprava. O governo era uma associação de delinquentes vivendo à custa dos súditos, e os súditos por sua vez só se preocupavam em fraudar o governo. Assim a vida prosseguia sem tropeços, e não havia ricos nem pobres.

Ora, não se sabe como, ocorre que no país apareceu um homem honesto. À noite, em vez de sair com o saco e a lanterna, ficava em casa fumando e lendo romances.

Vinham ladrões, viam a luz acesa e não subiam.

Essa situação durou algum tempo: depois foi preciso fazê-lo compreender que, se quisesse viver sem fazer nada, não era essa uma boa razão para não deixar os outros fazerem. Cada noite que ele passava em casa era uma família que não comia no dia seguinte.

Diante **desses argumentos**, o homem honesto não tinha o que objetar. Também começou a sair de noite para voltar de madrugada, mas não ia roubar. Era honesto, não havia nada a fazer. Andava até a ponte e ficava vendo a água passar embaixo. Voltava para casa, e a encontrava roubada.” (...)

(CALVINO, Ítalo. In: *Um general na biblioteca*. São Paulo: companhia das letras, 2001)

Já dentre as funções que atendem a contextos específicos de uso envolvidos no universo discursivo, as quais decidimos denominar de **funções eventuais** por aparecerem condicionadas aos propósitos enunciativos do produtor do texto, podemos apontar: a de **retomada tópica**, a de **progressão temática**, a **função ativadora de referentes novos**, a **metaenunciativa**, a **recategorizadora**, a de **avaliação explícita**, a de **organização enumerativa** e a **função de glosa por definição** que ilustraremos em seguida.

(117) Terminada a tarefa de desvendar o universo das competências, Roberta e Paola se uniram aos outros jornalistas e artistas gráficos da revista para **um fantástico desafio**: conhecer a realidade das escolas rurais e de seus professores. Como será que eles vêem as alterações que estão sacudindo a vida de educadores e alunos? Seu dia-a-dia permite que se sintam integrados às novas propostas? Ou o isolamento é grande? Algumas dessas respostas você verá em nossas páginas no mês que vem.

(Revista Nova Escola, set / 2000, JoCaL01)

No exemplo (117), verificamos que a anáfora encapsuladora **“um fantástico desafio”** além de referir-se de forma prospectiva a sequência posterior, desempenha as funções de: **glosa por definição**, a de **avaliação explícita** e a **recategorizadora**, pois define e promove o conhecimento da realidade escolar das zonas rurais brasileiras a **“um fantástico desafio”**, revelando também de forma explícita o ponto de vista do produtor do texto.

(118) Há **três métodos** pelos quais pode um homem chegar a ser primeiro-ministro. **O primeiro** é saber, com prudência, como servir-se de uma pessoa, de uma filha ou de uma irmã; **o segundo**, com trair ou solapar os predecessores; e **o terceiro**, como clamar, com zelo furioso, contra corrupção na corte. Mais um príncipe discreto prefere nomear os que se valem do último desses métodos, pois os tais fanáticos sempre se revelam os mais obsequiosos e subservientes à vontade e às paixões do amo. Tendo à disposição todos os cargos, conservam-se no poder esses ministros subordinando a maioria do senado, ou grande conselho, e afinal, por via de um expediente chamado anistia (cuja natureza lhe expliquei), garantem-se contra futuras prestações de conta e retiram-se da vida pública carregados com os despojos da nação.

(Jonathan Swift. Viagens de Gulliver, Abril Cultural, 1979. P.234-5)

Já em (118), verificamos através do emprego do termo encapsulador **“três métodos”** a ocorrência das funções: **de organização enumerativa** e **metaenunciativa**, pois defendemos que esta anáfora, além de auxiliar na enumeração e organização das sequências textuais que compõem a informação, é utilizada de forma auto-reflexiva caracterizando, assim, a metaenunciação. Ainda sobre a análise da expressão **“três métodos”**, no exemplo (118), verificamos que a anáfora encapsuladora condensa outros três termos (**“o primeiro”**, **“o segundo”** e **“o terceiro”**) que funcionam de maneira prospectiva em relação as sequências as quais se referem, dando continuidade à informação contida na expressão **“três métodos”**.

Com base nestas constatações, é inegável afirmar que tanto a multifuncionalidade das anáforas encapsuladoras quanto seu condicionamento às intenções dos interlocutores envolvidos na dinâmica do discurso aparecem em destaque no decorrer da análise de nossas amostras, argumentos que desenvolveremos melhor nas conclusões deste trabalho.

Conclusões

O presente trabalho teve como objetivo investigar as possíveis funções que as anáforas encapsuladoras com núcleos formados por sintagmas nominais (rótulos) desempenham no discurso.

Para esta investigação, utilizamos como teoria de base os pressupostos que norteiam a proposta teórica da referenciação, que defende a referência como atividade que implica interpretações intersubjetivas sobre os objetos do discurso. Este processo de negociações de sentidos proporciona freqüente flexibilidade às formas de apresentações dos objetos envolvidos no discurso, fazendo com que estes mecanismos sejam influenciados pelos contextos sócio-culturais, assim como pelas concepções dos sujeitos envolvidos no ato comunicativo.

Dentre os mecanismos coesivos que, durante o processo de elaboração textual, atendem aos propósitos comunicativos do produtor do texto, destacamos um que denominamos, nesta pesquisa, por anáfora encapsuladora, caracterizado pela capacidade de referir-se a uma porção textual anterior ou posterior do discurso, representando uma ferramenta importante para a construção argumentativa do texto.

Diante das leituras que compuseram nosso levantamento teórico do tema, reconhecemos duas realidades distintas em relação às pesquisas que investigaram este mecanismo coesivo. A primeira dizia respeito à quantidade de trabalhos que se preocuparam com uma análise funcional das anáforas encapsuladoras, pois pouco tem sido investigado neste sentido. A segunda revela, dentre as pesquisas que analisaram funcionalmente este fenômeno, uma abordagem superficial deste recurso, sem apresentação de critérios que amparassem as constatações apresentadas.

Destacamos, dentre estes trabalhos, as contribuições de Koch (2004, 2006) e Carvalho (2005) por se preocuparem com a análise funcional deste recurso coesivo, contudo divergimos de Koch (2004, 2006) por primeiramente reduzir o encapsulamento à uma função das expressões referenciais e depois, por apresentar algumas funções sem estabelecer critérios que as nortegassem. Já em Carvalho (2005), observamos que a autora termina por repetir a classificação de Francis (2003), ao privilegiar o aspecto semântico-lexical, dividindo os rótulos em: de conteúdo e metadiscursivos. Entretanto ressaltamos que a autora deixa uma importante contribuição ao propor uma classificação dos rótulos de acordo com o desenvolvimento tópico dos textos.

Partimos do quadro de funções apontados por Koch (2004) para as expressões referenciais em geral, para propor nosso quadro de funções para as anáforas encapsuladoras, identificando os critérios nelas ressaltados.

Um dos pressupostos defendidos no decorrer desta pesquisa e endossado pelas ocorrências analisadas, é a natureza argumentativa das anáforas encapsuladoras, fato que nos faz admitir a intencionalidade como um aspecto marcante durante a escolha dos sintagmas nucleares na composição lingüística deste recurso coesivo, interferindo diretamente na condução e manutenção da linha argumentativa do texto. Isto faz com que tais anáforas representem importante ferramenta nas mãos do produtor do texto, revelando ou não o seu ponto de vista.

Após a análise destas amostras, chegamos a um quadro de funções que apareceram diante do *corpus* analisado e constatamos que dois critérios norteavam estas funções o de **desenvolvimento tópico** e o de **organização argumentativa** cada um deles agrupando um quadro de funções.

O primeiro critério destacou-se, no decorrer de nossas análises, por reconhecermos o mecanismo coesivo das anáforas encapsuladoras como uma importante estratégia de mudança, seqüenciação e articulação tópica, contribuindo diretamente para a progressão temática e para a organização macroestrutural do texto.

Já como razão para a escolha do segundo critério está o fato de defendermos, no decorrer desta pesquisa, a natureza intrinsecamente argumentativa das anáforas encapsuladoras, reconhecendo que esta característica norteia a escolha dos termos que constituem tais anáforas.

As funções que compõem o critério de **desenvolvimento tópico** foram discriminadas em: função de organização macroestrutural, a função de progressão temática e função de retomada tópica.

Quanto ao critério de **organização argumentativa**, concluímos que ele abrange as seguintes funções: remissivas (prospectiva, retrospectiva e retroprospectiva), a função coesiva, a de organização enumerativa, a resumitiva, a função de ativação de referentes novos, a função metaenunciativa, a de orientação argumentativa, a de avaliação explícita, a recategorizadora e a função de glosa por definição.

Neste caso, é necessário admitir que algumas funções atribuídas, neste trabalho, às ocorrências de anáforas encapsuladoras estudadas são *inerentes* a este fenômeno coesivo; já outras atendem a contextos específicos de uso, as quais denominamos de *eventuais*. No primeiro grupo, apontamos as funções: resumitiva, remissiva, de organização macroestrutural

e a de orientação argumentativa. Já no segundo grupo compõem as funções *eventuais*, estão as funções: de retomada tópica, progressão temática, a função ativadora de referentes novos, a metaenunciativa, a recategorizadora, a de avaliação explícita, a de organização enumerativa e a função de glosa por definição.

Mostramos que as funções atribuídas às anáforas encapsuladoras estudadas podem atuar de maneira concomitante durante o processo de elaboração textual e constatamos, ainda, que as anáforas encapsuladoras atendem, por vezes, a propósitos enunciativos particulares dos interlocutores o que pode desencadear o aparecimento de outras funções, assim como, suscitar a reformulação dos critérios aqui apontados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J-M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, Cap 3. Tradução inédita de Adair Bonini. (mimeo) 1998.

APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et strategies de designation. In: BERRENDONNER, A; REICHLER-BÉGUELIN, M-J (eds). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtsh, Université de Neuchâtsh, 1995, p. 227-271. Tradução (não publicada): Mônica Magalhães Cavalcante

_____. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: *Referenciação*. Mônica Magalhães Cavalcante, Bernadete Biasi Rodrigues, Alena Ciulla (org.). São Paulo, Contexto, 2003, p. 53-84. (Coleção Clássicos da Lingüística).

_____.; CHANET, C. Défini et démonstratif dans les nominalisations. In: MULDER, W. de; RYCK, L. T.; VETTERS, C.(eds.) *Relation anaphoriques et (in)cohérence*. Amsterdam: Rodopi, 1997, p.159-86.

_____.; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: Cavalcante, M.; Rodrigues, B.; Ciulla, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo; Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003, p.131-176.

ARAÚJO, Inês Lacerda.. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

ASSIS, Machado de. *Contos*. 18 ed. São Paulo: Ática, 1994, p.89

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. *Introduction to Textlinguistics*. London: Longman, 1981.

BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. *O funcionamento textual-discursivo dos rótulos em artigos de opinião*. 183 f. Tese – Doutorado em Lingüística. Campinas: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. 2005.

CAVALCANTE, Mônica M. Expressões referenciais – uma proposta classificatória; In: CAVALCANTE, Mônica M.; BRITO, Mariza A. P. (orgs.). *Gêneros Textuais e Referenciação*; Fortaleza: Prottexto – UFC, 2004, CD – Rom.

_____. Subtipos de nomeação; In: CAVALCANTE, Mônica M.; BRITO, Mariza A. P. (orgs.).: *Gêneros Textuais e Referenciação*; Fortaleza: Prottexto – UFC, 2004, CD – Rom

_____. Demonstrativos – uma condição de saliência; In: CAVALCANTE, Mônica M.; BRITO, Mariza A. P. (orgs.). *Gêneros Textuais e Referenciação*; Fortaleza: Prottexto – UFC, 2004, CD – Rom.

_____. *Anáforas encapsuladoras – traços peculiares aos rótulos*. In: Encontro Nacional da ANPOLL, 21.2004, São Paulo: USP, 2006.

CONTE, Maria-Elisabeth. Anaphoric encapsulation. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003.

CUNHA-LIMA, M.L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: BENTES, A.C.; MUSSALIM, F. *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos, filosóficos e modelos de análise*. São Paulo: Cortez, vl. 3, 2004, p.251-300.

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: Leitura e redação*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

FRANCIS, Gill. Labelling discourse: na aspect of nominal-group lexical cohesion. In: Coulthard, M. (ed.). *Advances in written text Analysis*. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003

GRABE, W.; KAPLAN, R. *Theory and Practice in Writing*. Harlow, Longman, 1996.

HYLAND, K. *Genre and Second Language Writing*. Ann Harbor, University of Michigan Press, 2004.

_____. *Metadiscourse*. London: Continuum. 2005.

_____.; TSE, P. Metadiscourse in academic Writing: a reappraisal. In: *Applied Linguistics*, v. 25, n. 2, 2004, p. 156-177.

JAGUARIBE, V. M. F. *A recategorização no texto literário: as negociações discursivas em poemas*. Projeto de Pesquisa/ Doutorado em Lingüística/ Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, A. C. (Org.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

_____. *Rotulação: uma estratégia textual de construção do sentido*. Unicamp. 2006.

_____.; MARCHUSCHI, L. A. *Processos de referenciação na produção discursiva*. DELTA, 14, n. especial, 1998. (mimeo)

MAINGUENEAU, Dominique. (2002). *Análise de textos de comunicação*. trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, A. C. (Org.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.

_____.; KOCH, I.G.V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. Bernadete; RODRIGUES, A.C.S. (orgs.). *Gramática do Português Falado*. v. VIII. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002, p.31-56.

MATOS, J. G. *As funções discursivas das recategorizações*, Dissertação – Mestrado em Lingüística. Fortaleza – Universidade Federal do Ceará (UFC). 2005.

MELO NETO, João Cabral de. *Morte e Vida Severina e outros poemas*. 4ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MILNER, J-C. Reflexões sobre a referência e a correferência. Tradução: Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 85-130.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003.

MÜSSELER, Jochen & RICKHEIT, Gert. “Inferenz-und referenzprozessen bei der textverarbeitung”. In FELIX, KANNGIESER, S. W., RICKHEIT, G. (eds.) *Sprache und Wissen. Studien zur kogitiven linguistik*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1990.

PINHEIRO, Clemílton L. *Estratégias textuais-interativas: a articulação tópica*. Maceió: EDUFAL. 2005.

RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 99ª ed. Rio de Janeiro: Record. 2006.

ROTTAVA, Lúcia, *Recursos metadiscursivos na escrita de aprendizes de português como língua estrangeira*. Revista Entrelinhas, 2006, Ano I n.º 1 - jan./jun.,.

SCHWARZ, Monika. *Indirekte Anaphern in texten*. Tübingen: Gunther Narr, 1992.

SILVA, Francisca M. dos S. *Expressões referenciais avaliativas em artigos de opinião – uma análise dos rótulos*. Fortaleza. Projeto de Mestrado. Universidade Federal Ceará, 2002.

TAVARES, D. P. F. *Processos de recategorização – uma proposta classificatória*. Dissertação, Mestrado em Lingüística, Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza. 2003.

TERRA, Ernani. NICOLA, José de. *Português de olho no mundo do trabalho*. 1ª edição. São Paulo: Scipione, 2006.